

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL**

**LIMITES E POSSIBILIDADES DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO CONTEXTO
DAS TRANSFORMAÇÕES DO MUNDO DO TRABALHO: A EXPERIÊNCIA DA
INCUBADORA DE COOPERATIVAS POPULARES DA UNIVERSIDADE
CATÓLICA DE PELOTAS**

SOLEDAD BECH GAIVIZZO

ORIENTADOR: PROF. DR. CARLOS NELSON DOS REIS

Porto Alegre

2006

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

SOLEDAD BECH GAIVIZZO

**LIMITES E POSSIBILIDADES DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO CONTEXTO
DAS TRANSFORMAÇÕES DO MUNDO DO TRABALHO: A EXPERIÊNCIA DA
INCUBADORA DE COOPERATIVAS POPULARES DA UNIVERSIDADE
CATÓLICA DE PELOTAS**

**Dissertação apresentada à Pontifícia
Universidade Católica do Rio Grande do Sul
– Faculdade de Serviço Social – Programa de
Pós-Graduação em Serviço Social, como
requisito parcial para a obtenção do grau de
Mestre em Serviço Social.**

Orientador: Prof. Dr. Carlos Nelson dos Reis

Porto Alegre

2006

AGRADECIMENTOS

Ao meus pais, por servirem de incentivo em tudo aquilo que tenho procurado ser.

Aos meus familiares, pelas palavras de incentivo e de amor em todos os momentos de minha vida

Ao meu filho Cayí, por iluminar o meu caminho.

Ao meu companheiro Kleber, pelo amor dedicado em todos os momentos do nosso percurso.

Ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, em especial à Coordenadora, Prof.^a Dr.^a Berenice Rojas Couto, pelo carinho e encorajamento de seguir estudando, pesquisando e construindo a dissertação, especialmente nos momentos mais difíceis da minha vida.

Ao Prof. Dr. Carlos Nelson dos Reis, pelo incentivo às leituras, discussões e reflexões e a confiança de que era possível pesquisar uma temática ainda tão nova.

Aos colegas do Núcleo de Estudos em Economia e Políticas Sociais (NEPES), pelo apoio, estímulo e parceria acadêmica.

À Prof.^a Dr.^a Eliana Moura, pela receptividade e análise crítica da dissertação.

À Equipe Técnica da Incubadora de Cooperativas Populares da Universidade Católica de Pelotas, que me mostrou um horizonte possível.

Aos trabalhadores dos empreendimentos de economia solidária, pelo exemplo de vida e de luta.

A todos os meus amigos queridos.

Muito obrigada.

Janela sobre a utopia

E lá no horizonte – diz Fernando Birri – Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte se afasta dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais a alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para caminhar.

Eduardo Galeano, *As palavras andantes*

SUMÁRIO

RESUMO	7
ABSTRACT	8
LISTA DE TABELAS E QUADROS	9
INTRODUÇÃO	10
1 – TRANSFORMAÇÕES DO MUNDO DO TRABALHO	13
1.1 – Gestão da mão-de-obra na primeira e segunda onda de transformação produtiva	13
1.2 – Impactos da terceira grande onda de transformação produtiva para a esfera do trabalho	24
1.3 – Brasil, no contexto das transformações	28
2 – A ECONOMIA SOLIDÁRIA	34
2.1 – A prática da economia solidária no Brasil	35
2.2 – Incubadoras tecnológicas de cooperativas populares: processo de formação e organização	43
2.3 – Conceção, metodologia e operacionalização das ITCPs	52
2.3.1 Proposta de trabalho	59
3 – A INCUBADORA TECNOLÓGICA DE COOPERATIVAS POPULARES	63
3.1 – Procedimentos metodológicas da pesquisa empírica	63
3.2 – Contexto local-regional da pesquisa	66
3.3 – Processo histórico de formação e implantação	69
3.4 – Prática de economia solidária proposta pela INTECOOP-UCPEL	72
3.4.1 - Proposta de trabalho	72

3.4.2 - EES incubados.....	79
3.4.3 - Contexto universitário	88
CONSIDERAÇÕES FINAIS	101
REFERÊNCIAS	104
ANEXO.....	110

RESUMO

No Brasil, as transformações do mundo do trabalho, decorrentes do processo de reestruturação produtiva e da reforma do Estado, a partir da década de 1990, implicaram o aumento dos níveis de desemprego, a precarização das relações, das condições de trabalho, entre outros problemas. Entre as muitas conseqüências desses processos está a proliferação e ampliação da exclusão social. No contexto dessas mudanças na esfera do trabalho e em uma conjuntura desfavorável para os trabalhadores, surgem importantes iniciativas de apoio à economia solidária, como uma reação às conseqüências determinadas pelos processos em curso. Entre essas iniciativas incluíram-se as universidades brasileiras, através das Incubadoras de Cooperativas Populares. Ao atuar nesse campo, as incubadoras trazem para a academia outros debates, outras experiências, sinalizando a possibilidade de ressignificação de seu papel na sociedade. Nessa perspectiva, esta dissertação tem por objetivo analisar a experiência da prática da economia solidária proposta pelas universidades, através das incubadoras de cooperativas de cunho popular, tomando como referência a proposta da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Católica de Pelotas.

ABSTRACT

In Brazil, the changes seen in the labor world due to the process of production restructuring and State reform starting in the 90's have brought an increase in unemployment levels, as well as downgrading in labor relationships and conditions, among other problems. Included in the many consequences of such processes is the proliferation and broadening of social exclusion. Within the context of such changes in the labor sphere and a conjuncture that is unfavorable to workers, important supporting efforts towards solidarity economy have surfaced, as a reaction against the consequences determined by the processes in course. Among such efforts are Brazilian universities, through Popular Cooperative Technological Incubators. Upon acting in the field, the incubators bring other debates, other experiences into the academy, pointing to the possibility of resignification of their role in society. According to such perspective, the present dissertation aims at examining the experience of solidarity economy practice proposed by the universities, through incubators of popular-oriented cooperatives, having as reference the proposal of a Popular Cooperative Technological Incubator at the Catholic University of Pelotas.

LISTA DE TABELAS E QUADROS

TABELA 1 – Brasil. Taxa de desemprego aberto nas regiões metropolitanas – 1991-2002 (Média anual)	31
QUADRO 1 – ITCPs instaladas e em funcionamento em 2005 no Brasil	49
QUADRO 2 – Características que permitem diferenciar as incubadoras tecnológicas de cooperativas populares das incubadoras de empresas de base tecnológica	57
QUADRO 3 – Distribuição das iniciativas de economia solidária incubadas pela ITCP no período de março de 2000 a julho de 2005	82
QUADRO 4 – Distribuição das iniciativas de economia solidária segundo o tipo	83
QUADRO 5 – Distribuição territorial do campo de ação do projeto /programa	85
QUADRO 6 – Distribuição dos trabalhadores segundo o tipo de público-alvo do projeto / programa	86

INTRODUÇÃO

No Brasil, o processo histórico de desenvolvimento e ampliação da economia solidária, a partir da década de 80, foi resultado do sinergismo de dois movimentos: um de caráter mais econômico, decorrente da reestruturação produtiva, que implicou o agravamento das condições de trabalho, de renda e de vida da classe-que-vive-do-trabalho¹ (Antunes, 2002), e outro de caráter social, decorrente da acumulação de experiências dos vários atores sociais no campo da organização popular nas décadas de 70 e 80.

É nesse contexto que emerge um conjunto diversificado de iniciativas de apoio à economia solidária, que, embora tenham um objetivo comum – o de enfrentar a crise do mundo do trabalho – expressam um conjunto muito heterogêneo de significados e práticas. Entre estas se destacam as universidades brasileiras, através das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, conhecidas pela sigla ITCPs. Elas começam como projetos, programas ou órgãos da universidade com a finalidade de dar suporte à formação e ao desenvolvimento de cooperativas populares criadas por iniciativa de grupos de trabalhadores desempregados ou daqueles que vivenciam situações de precarização das condições e das relações de trabalho. Para isso, as universidades buscam revitalizar os instrumentos de organização social, agregando a dimensão econômica, para que essa estratégia de ação seja ao mesmo tempo viável e emancipatória, na qual os conceitos de solidariedade, autogestão e democracia, entre outros, estejam elencados como princípios fundamentais.

A atuação da universidade no campo da economia solidária é uma experiência nova, que teve início em meados de 1990, porém rapidamente foi ganhando visibilidade no cenário brasileiro pela sua multiplicação e pela extensão de suas ações. Hoje, existem 30 incubadoras implantadas nos espaços acadêmicos. Além disso, foram se tornando referência para que outras universidades em outros países, como na Argentina e no Uruguai, viessem a aderir a essa proposta de organização socioeconômica.

¹ A expressão “Classe-que-vive-do-trabalho” foi elaborada e proposta por Ricardo Antunes, com o objetivo de conferir validade contemporânea ao conceito marxiano de classe trabalhadora. Essa definição de classe compreende a totalidade dos sujeitos que vendem sua força de trabalho por salário, englobando os trabalhadores improdutivos e todos aqueles trabalhadores empregados ou não (Antunes, 1999).

Nesse sentido, tanto as universidades públicas como as comunitárias e privadas voltaram-se para a discussão e definição do papel das ITCPs e de quais seriam os seus principais objetivos e atribuições no campo da economia solidária. Apesar disso, a produção científica sobre essa prática encontra-se muito limitada, pois existem muito poucas publicações, além disso a grande maioria dessas produções trata de relatos de experiências junto aos empreendimentos, o que prejudica o avanço das discussões.

Percebendo-se esse debate na sociedade e tendo em vista o compromisso ético-político do serviço social em buscar práticas emergentes capazes de promover sujeitos históricos em condições de definir os rumos da sociedade, voltadas para o interesse dos trabalhadores, julgou-se importante realizar uma pesquisa sobre essa temática. A economia solidária, através do exercício de seus fundamentos, mostra-se como um possível instrumento de organização social que pode vir a ser praticado pelo assistente social junto aos setores da sociedade mais afetados pelas transformações do mundo do trabalho. Para isso deve captar e analisar as diferentes manifestações dessa prática, procurando desvelar os limites e as suas potencialidades, a fim de torná-la uma possibilidade real.

Nessa perspectiva, esta dissertação tem o objetivo de analisar a prática de economia solidária proposta pelas Incubadoras Universitárias de Cooperativas de cunho popular, buscando identificar os elementos que caracterizam e definem essa estratégia de ação, bem como desvelar os limites e as potencialidades dessa proposta, com o intuito de contribuir para o processo de construção e fortalecimento dos diferentes instrumentos de organização socioeconômica no campo da economia solidária.

A fim de cumprir esses objetivos, tomou-se como referência a experiência da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Católica de Pelotas – INTECOOP-UCPel, pois sua proposta tem sido referência para a organização de outras incubadoras em outras universidades, como a ITCP da Universidade Estadual de Campinas, da Universidade do Oeste de Santa Catarina, em Chapecó, e da Universidade da República Oriental do Uruguai.

No primeiro capítulo, procurou-se apresentar de forma sistemática e cronológica a relação histórica entre as mutações do mundo do trabalho e as transformações produtivas, com o intuito de compreender o impacto produzido pela terceira grande onda de transformação para a esfera do trabalho e suas conseqüências

sociais. Argumenta-se que estas variaram de país para país, em função do estágio de desenvolvimento das economias, do contexto histórico e das forças sociais e políticas existentes, como foi o caso do Brasil, onde se produziram efeitos contraditórios: de um lado houve o aumento das taxas de desemprego, entre outras conseqüências; de outro, a proliferação e a expansão das várias formas de organização socioeconômica na perspectiva da economia solidária.

No segundo capítulo, realiza-se uma análise do contexto econômico e social que propiciou o desenvolvimento e a ampliação da prática da Economia Solidária no Brasil, através da contribuição das universidades brasileiras, por meio das Incubadoras de Cooperativas Populares. Esse capítulo também descreve e analisa a proposta de trabalho desses instrumentos no espaço acadêmico.

No terceiro capítulo analisa-se o resultado da pesquisa empírica desenvolvida na Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Católica de Pelotas – INTECOOP-UCPel – através da análise documental e de entrevistas com gestores, planejadores e executores do programa e o público-alvo.

Por fim, nas considerações finais apresentam-se os limites e as possibilidades no que se refere à prática da economia solidária no espaço universitário, a partir da análise da experiência da INTECOOP-UCPel.

1 – TRANSFORMAÇÕES DO MUNDO DO TRABALHO

Nos últimos anos, particularmente depois da década de 1980, o mundo do trabalho² vem vivenciando profundas mutações, consideradas por muitos pesquisadores, orientados pelo paradigma histórico-crítico, como Ricardo Antunes, Márcio Pochmann, Robert Castel, entre tantos outros, como sendo uma das maiores mutações desde o advento da primeira onda industrializante no século XVIII. Essas mutações foram resultados das diferentes estratégias econômicas e sociais adotadas pelos países de economia de mercado, no final da década de 1970, para fazer frente à crise de acumulação. Entre as principais estratégias adotadas, têm destaque a reestruturação produtiva e a reforma do Estado de Bem-Estar Social, que no seu conjunto acabaram provocando graves conseqüências sociais, como o aumento e das expressões da exclusão social³.

Este capítulo tem por objetivo analisar as metamorfoses do mundo do trabalho nos países capitalistas, desde o advento da primeira onda de transformação produtiva, enfatizando as transformações operadas a partir da década de 1980 e suas conseqüências sociais. Na segunda seção, realiza-se análise dessas determinações para a organização do trabalho no Brasil na década de 1990.

1.1 – Gestão da mão-de-obra na primeira e segunda onda de transformação produtiva

Nos últimos anos, especialmente a partir da década de 1980, as economias capitalistas vêm vivenciando profundas e intensas mutações no mundo do trabalho, consideradas por Ricardo Antunes (1999) como as mais graves desde o nascimento da classe trabalhadora. Entre essas mutações, é possível destacar: elevação das taxas de

² O mundo do trabalho é constituído de variáveis que servem para apontar o percurso das sociedades e indicam o processo econômico e social das mesmas. Os processos de trabalho, as formas de gestão e organização da força de trabalho, a dinâmica do mercado de trabalho, os direitos trabalhistas, as condições de vida e a identidade dos trabalhadores são algumas dessas variáveis (Antunes, 1996).

³ A exclusão social, independente da época e /ou do local, pode ser entendida como a soma da exclusão econômica com a exclusão política. Cada uma dessas categorias contém as seguintes subcategorias: a exclusão econômica compreende os pobres, miseráveis, indigentes, subnutridos, desempregados e outros; a exclusão política compreende as minorias sociais, segurança, direitos humanos e outras (Dorneles, 2000).

desemprego, aumento da inserção econômica feminina, declínio no setor secundário na absorção de mão-de-obra e expansão do setor terciário, retração do assalariamento formal, flexibilização das relações contratuais de trabalho, informalização e precarização das relações de trabalho, diminuição dos índices de sindicalização e aumento das taxas de desfiliação partidária, entre outras (Oliveira, 2004; Cattani, 2000; Castel, 1998). Toda essa situação vem proporcionando alterações tanto da materialidade quanto da subjetividade do “ser-que-vive-do-trabalho”, pois atinge as suas condições de trabalho e vida, seus valores e seus ideários (Antunes, 1999; Cattani, 2000). Tais mutações, embora assumam dimensão global, se atualizam e se ampliam de acordo com o estágio de desenvolvimento das economias capitalistas e das características político-sociais e culturais de cada país.

A produção teórica dos últimos 20 anos tem apontado para um debate acerca das possíveis interpretações e explicações para as modificações ocorridas na esfera do trabalho a partir da década de 1980. Nesse sentido, grande parte dos pesquisadores sociais, inseridos na perspectiva histórico-crítica, interpretam essas mudanças, em parte, como uma das principais conseqüências provocadas pelas constantes mudanças no processo produtivo ao longo da história do desenvolvimento capitalista (Benko, 2002).

Nessa perspectiva, pode-se dizer que as profundas mutações ocorridas na esfera do trabalho, evidenciadas num determinado período histórico, servem para indicar, em maior ou menor grau, a dinâmica econômica do sistema capitalista. Parte-se do pressuposto de que o desenvolvimento tecnológico é um dispositivo de promoção do processo de acumulação de capital e uma forma de tornar mais competitivos alguns setores do sistema produtivo, e com isso cria-se a possibilidade de eliminar os concorrentes no mercado. Ainda que as tecnologias sempre estejam em constante processo de inovação e renovação, em determinados momentos históricos constata-se um verdadeiro *boom* dessas descobertas, cuja generalização pode alterar substancialmente, em maior ou menor medida, o sistema produtivo e social vigente num determinado período histórico. A radicalidade desse fenômeno, no que tange ao mundo do trabalho, se expressa pela alteração dos processos de produção e trabalho (Benko, 2002; Pochmann, 2001). Ou seja, essas modificações, em cada ciclo econômico do sistema, propagam mudanças nas formas de organização e de uso da força de trabalho, nas alterações das ocupações, nas condições e nos modos de vida dos trabalhadores.

Conhecer a historicidade desses movimentos torna-se fundamental para que se tenha uma visão dialético-crítica dos impactos sociais produzidos pelas mudanças na estrutura produtiva implantada pelos países capitalistas no transcorrer das décadas de 1970 e 1980. Nesse sentido, no desenvolvimento do sistema capitalista, podem ser identificados três momentos importantes dessas mudanças: a primeira revolução, transcorrida entre 1760 e 1780, a segunda revolução, entre 1870 e 1910, e a terceira revolução, a partir de 1970.

A primeira transformação tecnológica teve início no século XVIII, na Inglaterra⁴. Em grande medida, ocorreu porque nesse país foram criadas bases para o desenvolvimento tecnológico (Pochmann, 2001). A transformação do sistema produtivo foi impulsionada pelo processo de mecanização industrial, o qual provocou o deslocamento do capital da atividade comercial para a atividade industrial (Vicentino, 2002), implicando profundas e extensas modificações na estrutura econômica e social vigente até esse período histórico.

O surgimento da mecanização industrial impulsionou grandes modificações nos processos de trabalho e produção. A máquina passou a substituir, pouco a pouco, no processo produtivo, parte do trabalho humano, tornando-o cada vez mais rentável para o capital. Isso ocorreu porque o uso da máquina possibilitou superar mais facilmente os limites físicos do corpo humano. Até então a produção de qualquer atividade artesanal dependia quase exclusivamente do tempo de trabalho realizado pela força humana, o que elevava o custo dessa produção, enquanto, com a implementação da máquina, há um aumento da produtividade e diminuição dos custos.

Além disso, com a incorporação da máquina na esfera produtiva verifica-se a alteração das formas de trabalho pretéritas. Se antes o trabalho doméstico ou artesanal era realizado numa relação mais direta entre o homem e a natureza, em que as ferramentas

⁴ A Inglaterra foi precursora da Primeira Revolução Industrial, pois esse país possuía as bases econômicas e sociais necessárias para a intensificação do processo de mecanização da atividade industrial, devido ao capital acumulado na fase do capitalismo comercial (Vicentino, 2002, p. 288). Os séculos XVII e XVIII foram marcados por significativas mudanças na sociedade e na economia, como: a) implantação de um sistema bancário e a revolução agrícola, estimulando a produção de algodão, matéria-prima básica para o processo industrial-têxtil; b) êxodo rural, estimulando a formação de grandes contingentes de mão-de-obra disponível – posteriormente denominado como exército industrial de reserva; c) mecanização do setor têxtil, disponibilizada pelo desenvolvimento da ciência e da tecnologia, como a máquina a vapor. Posteriormente a primeira onda de industrialização se estendeu para outros países, atingindo a Bélgica, a França, a Itália, a Alemanha, a Rússia, os Estados Unidos e o Japão (Vicentino, 2002).

utilizadas para realizar as tarefas eram tidas como auxiliares do trabalho, na nova etapa essa relação passa a ser intermediada necessariamente pelo uso da máquina-ferramenta.

Com isso, o processo de mecanização da atividade produtiva representou, lentamente, o solapamento do saber necessário para transformar as matérias-primas em produtos destinados ao consumo dos homens. Assim, o saber popular, a criatividade e as habilidades manuais tradicionais, considerados essenciais para a confecção de produtos, deram lugar à produção mecanizada.

Com o advento da Primeira Revolução Industrial, surgiram novas formas de trabalho calcadas no sistema fabril, em detrimento de outros sistemas mais antigos, como o sistema de corporações de ofício e o doméstico⁵, implicando o desaparecimento, pouco a pouco, de formas de trabalho predominantes desde a Idade Média, como os mestres artesãos, que foram dando lugar, progressivamente, ao proletariado. Em contrapartida,

Com a expansão da produção têxtil ocorreu a difusão do emprego industrial, que passou dos 100 mil trabalhadores, em 1770, para 350 mil empregados, em 1800, assim como o aumento da produção de 4 milhões de libras de algodão, em 1770, para 300 milhões, em 1833 (Pochmann, 2001, p. 53).

A Primeira Revolução Industrial, em vista do exposto, foi propulsora de uma profunda mutação nas relações de trabalho. Esse processo englobou contingentes de trabalhadores, que passaram a estar rigorosamente supervisionados e dependentes das ferramentas. Os trabalhadores deixaram de ser os proprietários das máquinas e das matérias-primas utilizadas no processo industrial, inclusive de sua própria força de trabalho. Assim, a divisão do trabalho tornou-se uma das grandes características desse período.

⁵ O sistema de corporações de ofício caracterizava-se por ter uma produção realizada por mestres artesãos independentes, com dois ou três empregados, para o mercado, pequeno e estável. Os trabalhadores, nesse sistema, eram donos da matéria-prima que utilizavam e das ferramentas com que trabalhavam. Não vendiam o trabalho, mas o produto do trabalho. Esse sistema perdurou por toda a Idade Média. Já no sistema doméstico a produção realiza-se em casa, para um mercado em crescimento, pelo mestre-artesão e ajudantes, tal como no sistema de corporações. Com uma diferença importante: os mestres já não era independentes, tinham ainda a propriedade dos instrumentos de trabalho, mas dependiam do fornecimento de matéria-prima, de um empreendedor que surgira entre eles e o consumidor. Esse sistema perdurou do século XVI ao XVIII (Vicentino, 2002, p. 292).

Na estrutura socioeconômica, fez-se a separação definitiva entre o capital, representado pelos donos dos meios de produção, e o trabalho, representado pelos assalariados. O trabalhador perdia a posse das ferramentas e máquinas, passando a viver da única coisa que lhe pertencia: sua força de trabalho, explorada ao máximo (Vicentino, 2002, p. 292).

Assim, o mundo do trabalho, nesse contexto histórico-conjuntural, expressou a consolidação da burguesia industrial no poder político e o incremento no avanço das atividades econômico-industriais. Esses avanços transformaram radicalmente a organização social e econômica da sociedade capitalista, explicitando a existência de duas classes sociais: a classe burguesa e a classe proletária. O desenvolvimento do sistema capitalista, de modo contraditório, permitiu a formação da classe burguesa, detentora dos meios de produção, e da classe trabalhadora, detentora da força de trabalho. Essas duas classes, à medida que vão se consolidando e fortalecendo, passam a disputar as riquezas socialmente produzidas, estabelecendo explicitamente chamada “luta de classes” (Marx, 2001, p. 39).

Contraditoriamente, “as condições de existência das populações que são, ao mesmo tempo, agentes e vítimas da revolução industrial, é que permitiram explicitar a questão social no início do século XIX” (Castel, 1998, p. 30). Desse modo, ficará cada vez mais explícito para os trabalhadores que o aumento da riqueza socialmente produzida é antagônico ao processo de empobrecimento da classe proletária. Essa percepção levou os trabalhadores a questionarem a ordem econômica vigente e a construírem diferentes estratégias de organização política, as quais possibilitaram a articulação de ações de resistência da classe trabalhadora e a construção de alternativas no plano das políticas públicas, frente às várias situações históricas, como

a remuneração, condições de trabalho e de vida subumanas dos trabalhadores, em oposição ao enriquecimento e pujança dos proprietários; por outro lado fizeram com que os trabalhadores começassem a organizar-se em associações trabalhistas, como as *trade unions*, e que surgissem idéias e teorias preocupadas com o quadro social da nova ordem industrial. Estabeleceu-se, claramente, a luta de interesses entre a burguesia e o proletário. Emergia permanentemente a questão que atravessou o desenvolvimento capitalista até os nossos dias: de um lado

os que valorizam a dinâmica produtiva, a atuação do mercado, como regente fundamental do desenvolvimento, e que priorizam o lado social e os efeitos das maiorias sociais no desenvolvimento econômico (Vicentino, 2002, p. 292).

Portanto, à medida que avança a Primeira Revolução Industrial, verifica-se a hegemonia da burguesia sobre toda a sociedade, mas é aí que essa hegemonia começa a ser questionada e contestada pelas organizações políticas de representação dos trabalhadores, como o movimento sindical.

A segunda onda de transformação produtiva foi impulsionada: (a) pela descoberta de novos materiais e tecnologias, como a transformação do ferro em aço, a substituição do vapor pela eletricidade e a descoberta do motor a combustão, entre outros fatores; (b) pelo investimento sistemático dos excedentes econômicos na esfera produtiva, objetivando incorporar as novas tecnologias à atividade produtiva, com o objetivo de transformar sua matriz. O resultado disso foi o rápido e generalizado avanço do uso dessas tecnologias. Por exemplo, nos Estados Unidos da América, em 1899, “havia em operação quase 17 mil motores elétricos industriais. [...] Dez anos depois, passaram a ter quase 4 milhões de motores elétricos industriais” (Pochmann, 2001, p. 56). Com essa onda de inovações concentradas em um determinado período histórico e sua acelerada expansão, o “capitalismo conseguiu garantir um novo ciclo de acumulação sem precedentes” (Pochmann, 2001, p. 55).

Essas inovações, de modo geral, provocaram profundas mudanças na base do sistema produtivo e, conseqüentemente, suscitaram a necessidade de serem construídas novas formas de organização do trabalho, com o objetivo de tornar o sistema mais eficiente. Nesse sentido, houve importantes investimentos em pesquisas, que procuraram sistematizar novas tendências de modelos produtivos no início do século XX. Entre essas tendências, destacam-se os modelos de produção em massa taylorista e fordista. Com a expansão da segunda onda de transformação, esses padrões passaram a representar no cenário produtivo mundial a forma dominante de organização e gestão da força de trabalho adotada pelos países de economia capitalista, vigorando até princípios dos anos setenta do século XX.

Historicamente, o novo modelo de organização e gestão da força de trabalho foi sistematizado por F. W. Taylor e Henry Ford. O primeiro a sistematizar esse modelo foi Taylor, que argumentava que a mão-de-obra deveria ser organizada de tal maneira que se pudesse aumentar ao máximo sua produtividade, por meio da racionalização e padronização dos processos produtivos e de trabalho. Isso demandou a reorganização interna do trabalho, em que cada trabalhador deveria se especializar numa única e mesma tarefa, o que provocou a fragmentação dos processos de trabalho em diversas unidades. Além disso, todas as atividades produtivas deveriam estar sincronizadas espacial e temporalmente para que as diferentes atividades produtivo-operacionais, decompostas em pequenas unidades, pudessem ser realizadas por cada trabalhador especializado. O tempo que é gasto por cada trabalhador para realizar a sua atividade é de extrema importância nesse sistema, uma vez que o produto, embora fosse confeccionado separadamente por cada trabalhador, no final da linha produtiva deve ser recomposto em sua unidade. Assim, o taylorismo teve como proposta não só padronizar, fragmentar, sincronizar a atividade produtiva, mas também especializar ao máximo o trabalhador em uma única atividade.

operários não-qualificados se especializam numa tarefa, que eles executam a um ritmo imposto. Nos princípios taylorianos, a separação entre a engenharia e o escritório dos métodos, a fabricação qualificada das máquinas e a execução desqualificada (as cadeias de montagem) é muito nítida (Benko, 2002, p. 246).

Assim, o novo sistema de organização e gestão da força de trabalho provocou a taylorização dos processos de trabalho, ou seja, a *homogeneização* e a *heterogeneização* (Castel, 1998, p. 428) dos trabalhadores dentro do processo produtivo. Se por um lado a organização científica do trabalho rebaixou, e portanto colocou todos os trabalhadores sob a mesma condição de trabalho, por outro lado a condição de operário promoveu a emergência da distinção, ou melhor, da diferenciação “entre um pessoal de pura execução (é o caso do operário especializado, o OE) e um pessoal de controle ou de manutenção (o operário técnico)” (Castel, 1998, p. 428), resultando na hierarquização das atividades realizadas no espaço de produção. Porém, a homogeneização científica do trabalho também possibilitou a formação de uma consciência de classe, estimulada pelas péssimas condições de trabalho e de vida dos trabalhadores fabris (Castel, 1998). É a partir de então

que se começam a organizar as primeiras greves, ocupações nas indústrias e a formação de partidos políticos inspirados nos ideais socialistas, que passam a pressionar a ordem política vigente. Por exemplo, na França, “as primeiras ocupações de indústrias, em 1936, se darão nas empresas mais modernas e mais mecanizadas. É também nestas cidades operárias que o [...] o partido comunista recrutará seus militantes mais combativos” (Castel, 1998, p. 427).

O segundo a sistematizar o processo de gestão e organização da força de trabalho foi o empresário americano Henry Ford. Os princípios do fordismo tiveram como ponto de partida os pressupostos tayloristas para estimular o aumento da produtividade do trabalho e, conseqüentemente, o aumento da produção. Mas o empresário americano foi além dos pressupostos taylorianos. Ford, nesse sentido, teve como principal contribuição sistematizar a relação entre produção em massa e consumo em massa, propondo uma nova forma de gestão da força de trabalho.

Ford preconiza a concessão de salários elevados para desenvolver a produção em massa pelo consumo em massa. Assim, o fordismo ultrapassa o simples domínio da organização do trabalho e corresponde a uma lógica particular de crescimento no nível macroeconômico. A aplicação de uma articulação funcional entre produção em massa e consumo em massa é designada sob o nome de fordismo (Benko, 2002, p. 236).

Nessa nova concepção, acentua-se a integração entre produção e consumo coletivo, ou seja, o trabalhador passa paulatinamente a ser concebido como um produtor e consumidor das riquezas socialmente produzidas, o que torna os trabalhadores importantes agentes dinamizadores da economia capitalista. Nessa perspectiva, o consumo ganha destaque, porque a ligação entre o trabalhador e a dinâmica econômica é garantida por intermédio do salário, o que permite ao trabalhador se tornar o próprio usuário da produção em massa.

O desdobramento dos pressupostos fordistas-tayloristas no plano prático abriu a possibilidade da emergência de grandes oligopólios, calcados na produção e consumo em massa. Uma das principais empresas a adotar esse modelo foi a montadora de

veículos de Henry Ford, localizada nos Estados Unidos, que passou a produzir automóveis em massa no mundo todo.

Os Estados Unidos, que em 1900 tinham produzido 4,3 mil carruagens sem cavalo, ao preço médio de mil dólares a unidade, produziram, 11 anos depois, quase 35 mil automóveis pela Ford Motor Company, ao preço médio de 780 dólares cada carro. Em 1921, a produção de automóveis chegou a 1,2 milhões de veículos, ao preço médio de 380 dólares cada (Pochmann, 2001, p. 57).

O extraordinário desenvolvimento das inovações tecnológicas e organizacionais na linha automática de montagem de carros foi somente o princípio de um processo que foi gradativamente se estendendo para outros setores da economia e para outros países.

À medida que avança o desenvolvimento econômico, emergem no cenário público ações políticas mobilizatórias por parte dos trabalhadores industriais. Isso fez com que os governos dos Estados capitalistas, entre outros fatores, começassem a atender paulatinamente as demandas sociais requeridas pela classe trabalhadora. O resultado foi a elaboração de sucessivas estratégias regulatórias entre capital e trabalho por parte do Estado. “Na falta de condições objetivas e de estratégias para transformar o sistema que os oprimia, a classe trabalhadora aproveitou os impactos e outras condições objetivas e subjetivas para abraçar no seio do próprio sistema a causa dos direitos sociais” (Shons, 1999, p. 33).

Com o objetivo de manter a paz social e, assim, alavancar o desenvolvimento industrial, o Estado passou, pouco a pouco, a encarar a questão social como área pública e, nessa ação, precisou se transformar e exercitar seu papel social. Nesse sentido, foram sendo elaborados, ao longo dos anos, várias formas de intervenções nas relações de trabalho.

Outro fator que contribuiu para a transformação do papel do Estado, além da ação demandatória dos trabalhadores, foi a crise econômica das décadas de 20 e 30 do século XX, que produziu a estagnação conhecida como a Grande Depressão, que marcou a sociedade capitalista. A desregulamentação das relações econômicas internacionais serviu para colocar em pauta a necessidade da ampliação do Estado, “como forma de evitar o

aprofundamento da crise e impulsionar o desenvolvimento capitalista sobre novas bases” (Pochmann, 2001, p. 14).

O desdobramento desses dois processos – econômico e social – fez com que o desenvolvimento da sociedade capitalista passasse a depender cada vez mais do alargamento dos campos de intervenção do Estado, o que resultou na politização da economia. Um dos fatores decisivos para o estabelecimento de um novo modelo de regulamentação entre o trabalho e o capital foi a possibilidade de instituir uma dinâmica virtuosa entre produção em massa e consumo em massa. A dinamização desse processo foi realizada pelo Estado, uma vez que partes dos excedentes gerados no setor produtivo passaram a ser canalizados pelo mesmo, com o objetivo de financiar bens e serviços públicos. Este processo possibilitou aumentar o consumo coletivo, através da elevação do padrão salarial na forma de renda direta e indireta (Pochmann, 2001).

[...] com o avanço do planejamento e a capacidade provisional exercida pelo Estado, bem como o estímulo à área social (educação, saúde, lazer, transporte), à ciência e pesquisa e à produção (investimento produtivo e financiamento), houve singularidade no funcionamento das economias de mercado no século XX. O consumo do trabalhador, por exemplo, passou a ser valorizado através da ampliação das formas de rendimento, tendo como salário direto acompanhando a produtividade, os encargos sociais financiando as despesas com aposentadoria e qualificação e o salário indireto atendendo aos gastos de saúde, educação, transporte e habitação (Pochmann, 2001, p. 15).

Nesse sentido, as economias capitalistas, inspiradas no paradigma teórico keynesiano, reforçaram suas estruturas produtivas, cuja principal característica é a presença do Estado enquanto agente interventor e regulador das atividades econômicas. Entre os princípios orientadores desse paradigma está a proposta de implantar um Estado de Bem-Estar Social, embasado na formulação de políticas públicas, com objetivo de enfrentar as conseqüências sociais resultantes do sistema (Reis, 1997). A possibilidade de combinar crescimento econômico com ampliação dos direitos sociais foi uma construção política que se apoiou

no consenso político [...] entre a direita e a esquerda [...] na maioria dos países ocidentais, também se buscou um consenso entre padrões e

organizações trabalhistas para manter as reivindicações dos trabalhadores nos limites que não afetassem os lucros e as perspectivas de futuros lucros e os enormes investimentos no setor produtivo (Hobsbawm, 1995, p. 276).

Nesse sentido, a segunda revolução tecnológica, por meio de suas contradições, possibilitou a emergência de um conjunto de estratégias que associa processos econômicos aos sociais. O modelo de produção fordista e o Estado de Bem-Estar Social tornaram-se os principais pilares de sustentação e de referência de um longo período de crescimento dos países capitalistas, conhecido como os 30 anos gloriosos. Esses dois processos foram primeiramente adotados nos Estados Unidos, mas com o fim da Segunda Guerra Mundial (1945) esse modelo se estende para outros países (Hobsbawm, 1995).

O modelo de desenvolvimento econômico e social do pós-guerra determinou profundas alterações para o mundo do trabalho e permitiu que um amplo contingente de trabalhadores fosse absorvido pelo mercado formal de trabalho e que direitos fossem assegurados, o que possibilitou a integração dos trabalhadores à ordem econômica capitalista. Devido a isso, grande parcela de trabalhadores deixou de conviver com uma situação de insegurança econômica e social presente nas fases anteriores à década de 40 do século XX.

Entretanto, esse modelo começou a dar sinais de crise na década de 1960, intensificando-se na década de 1970, quando as economias de mercado entram em período de depressão⁶ econômica, indicada pela estagnação ou redução do ritmo de crescimento econômico e, conseqüentemente, das taxas de lucro.

[...] o modo de desenvolvimento fordista entra abertamente em crise. As alavancas macroeconômicas que asseguravam o crescimento de ouro dos trinta gloriosos (trinta anos de crescimento) se revelaram fragilizadas ou serviram até mesmo de obstáculo à acumulação do capital. O fordismo aparece como perda de velocidade, dado pela conjunção de uma crise de eficácia e de esmorecimento de legitimação: a cadeia de produção peca pela sua rigidez, ao passo que a cadeia das certezas de um desenvolvimento inexaurível é quebrada de maneira patente (Benko, 2002, p. 19).

⁶ “[...] a Era de Ouro acabou em 1973-5 como alguma coisa semelhante a uma depressão cíclica bastante clássica, que reduziu a produção industrial nas economias de mercado desenvolvidas em 10% em um ano, o comércio internacional em 13%. O crescimento no mundo capitalista continuou, embora com ritmos visivelmente mais lentos do que a Era de Ouro” (Hobsbawm, 1995, p. 395).

Como resposta à crise estrutural do capital, a partir da década de 1970 põe-se em jogo um conjunto de estratégias para superá-la, das quais se destaca a “implementação de um amplo processo de reestruturação do capital, com vistas à recuperação do seu ciclo reprodutivo” (Antunes, 1999, p. 35), que terminou por atingir, mais uma vez, o mundo do trabalho. Assim, o item a seguir terá como foco a terceira grande onda de transformação produtiva e seus impactos sociais produzidos.

1.2 – Impactos da terceira grande onda de transformação produtiva para a esfera do trabalho

A terceira grande onda de transformação produtiva marca mais uma nova etapa do desenvolvimento capitalista, no último quartel do século XX. As novas tecnologias foram rapidamente generalizadas a todos os setores econômicos, como a microeletrônica, a robótica, os novos materiais e fontes de energia, os quais proporcionaram, mais uma vez, a transformação na forma de organização da produção e do trabalho (Pochmann, 2001).

A incorporação das tecnologias às mais diversas atividades econômicas teve como ponto central procurar superar a rigidez dos processos produtivos, dos mercados, da alocação e dos contratos de trabalho, dos compromissos sociais estabelecidos pelo Estado Social. Contrapondo-se a essa rigidez, houve uma tendência a experimentar novas formas mais flexíveis de todos esses processos.

De fato, a resposta instintiva das forças capitalistas à crise de lucratividade (esgotamento das contratendências à baixa taxa de lucro) é duplamente decisiva: de um lado, trata-se [...] de desvalorizar a força de trabalho reduzindo todos os componentes dos custos de sua reprodução (desindexação e regulação concorrencial da formação dos salários, revisão em baixa dos salários indiretos, supressão das garantias de emprego e de tudo o que é considerado entrave à liberdade do trabalho etc.). E de outro lado, trata-se de utilizar as virtualidades tecnológicas da automação como suporte material a fim de remodelar a organização do trabalho, os processos de produção, os sistemas de gestão e a qualidade dos produtos ou mesmo a norma social de consumo (Benko, 2002, p. 22).

As possibilidades de incorporar novas tecnologias em diversos setores da economia tiveram o propósito de melhorar a eficácia do sistema produtivo global, ou seja, de diminuir ou até eliminar os desperdícios gerados nas atividades econômicas, com o intuito de melhorar os rendimentos e aumentar a competitividade entre os países. As tecnologias, à medida que são incorporadas no sistema produtivo, leva as empresas a repensar o seu modo de organização e de gestão da força de trabalho, o que vem provocando impactos nos níveis de emprego, nos níveis de remuneração, na estrutura ocupacional e no conteúdo do trabalho. Entre os novos modelos, destaca-se o japonês, também conhecido como toyotismo⁷ (Antunes, 1999). Entre os aspectos que caracterizam o toyotismo está o domínio da produção flexível, que tem como centralidade contrapor-se ao padrão fordista. A produção flexível se caracteriza por combinar novas técnicas de organização da produção e de gestão do trabalho com tecnologias cada vez mais sofisticadas para produzir mais, com menos custo e menos mão-de-obra.

Para alcançar esses objetivos de produção, tecnologias de ponta são incorporadas às bases produtivas. Por exemplo: a microeletrônica digital miniaturizada, quando acoplada a computadores, cria a possibilidade de automatizar a produção em pequena escala. Isso faz com que o número de trabalhadores necessários para realizar a atividade produtiva seja cada vez menor. Se no fordismo era necessário um homem para uma máquina, já no toyotismo é necessário apenas um homem para operar cinco máquinas. O resultado desse processo é a substituição progressiva do trabalho vivo (homem) pelo trabalho morto (máquina) e, portanto, a eliminação de postos de trabalho. Assim, o sistema que opera a produção de acordo com a demanda realiza suas atividades com um número reduzido de trabalhadores.

Além dessa forma de organização dos processos de trabalho reduzir o número de trabalhadores nas unidades produtivas, a possibilidade de automatizar parte das atividades que antes eram realizadas pelos trabalhadores rompe ainda mais com o saber e o poder do trabalhador na operação da máquina automatizada (Bering, 2003). Nessa modalidade, os trabalhadores devem ser altamente qualificados para atuar nas unidades

⁷ O modelo de produção toyotista se originou e se consolidou no Japão, na empresa Toyota, após a Segunda Guerra Mundial, e posteriormente se expandiu para outros setores produtivos e em várias partes do mundo, como na Itália, Estados Unidos e América Latina (Antunes, 1996).

produtivas e entender, por exemplo, de programação e de controle digital. Nessa nova forma de produção, o trabalhador não só precisa ter como pré-requisito um conjunto de habilidades e competências específicas e altamente qualificadas, mas também deve estar apto para dominar e atuar nas diferentes fases do sistema fabril e saber trabalhar em equipe, originando um ser multifuncional ou polivalente. O trabalhador, nessa nova forma produtiva, tem que ser qualificado, tem que saber muito, aprender muito e trabalhar muito.

[...] o padrão flexível de organização da produção modifica as condições sociais e técnicas de organização do trabalho, tornando o trabalhador polivalente, abre perspectivas de mobilidade social vertical e horizontal, mas também intensifica a tecnificação da força produtiva do trabalho, potencializando-a (Ianni, 1999, p. 21).

Assim, a forma de organização da força de trabalho significa levar ao extremo a racionalização de todas as suas atividades, o que implica potencializar ao máximo sua capacidade produtiva. Uma lógica que altera de maneira qualitativa e quantitativa o uso dessa força.

Além da reestruturação produtiva, foram adotadas novas estratégias de regulação por parte do Estado. Nesse sentido, os governos das economias capitalistas, de modo geral, passaram a aderir sucessivamente a novos padrões de regulação social inspirados no suporte teórico neoliberal⁸, com o objetivo de impulsionar a reestruturação dos mercados com a intenção de liberá-los. A adoção sistemática dessas medidas fortaleceu todas as formas de flexibilização, envolvendo organização do trabalho, processo de produção, sistema de gestão e qualidade de produtos. De modo sistemático, considera-se que o toyotismo se apóia nas seguintes flexibilidades: 1) dos equipamentos utilizados na produção, permitindo a adaptação rápida do sistema produtivo com o objetivo de atender às flutuações postas pelo mercado consumidor; 2) dos trabalhadores, que através de suas múltiplas habilidades e competências têm aptidão para atuar em diferentes funções do

⁸ Embora tenham ocorrido algumas experiências isoladas de governos com projetos teóricos neoliberais, como Chile na década de 70, considera-se que os primeiros países a adotar o neoliberalismo foram os Estados Unidos da América, governado por Reagan (presidente de 1980 a 1988) e o Reino Unido, governado pelos primeiros-ministros Margaret Thatcher (de 1979 a 1990) e John Major (1990-1997) (Moreira, 1999).

sistema produtivo, tornando-se o que a literatura denomina trabalhadores polivalentes; 3) das leis que regem os contratos de trabalho, gerando maior mobilidade dos trabalhadores no mercado de trabalho, tornando-os os mais disponíveis; 4) da classe trabalhadora para negociar as condições de trabalho e os seus salários; 5) das organizações para atuarem sem a regulamentação pública que limita a liberdade de ação (Benko, 2002).

Assim, como resposta do capital à crise dos anos 1970, intensificam-se as transformações no processo produtivo e de trabalho, através da incorporação de novas tecnologias e técnicas de gestão da força de trabalho. Essas transformações acabaram por afetar profundamente o mundo do trabalho, principalmente no que diz respeito à estrutura do mercado de trabalho. Nessa perspectiva, pode-se dizer que existem, atualmente, dois grupos de trabalhadores. O primeiro, um grupo de trabalhadores denominados centrais, os quais têm maior estabilidade no mercado de trabalho, são altamente qualificados, estão continuamente se reciclando e recebem bons salários diretos e indiretos. O segundo grupo pode ser subdividido em dois subgrupos. No primeiro subgrupo, têm-se os empregados de tempo integral, com menos qualificação e estabilidade que os trabalhadores centrais. No segundo subgrupo têm-se os trabalhadores em tempo parcial, que não possuem nenhuma ou quase nenhuma qualificação, estão submetidos a contratos de trabalho por tempo determinado e não têm direitos assegurados. Esse grupo é o que mais vem crescendo nos últimos anos (Harvey, 1996).

As configurações assumidas pelo mercado de trabalho também podem ser analisadas pela emergência de inúmeras formas de contratação de mão-de-obra, denominada por vários autores como *subtrabalho* (trabalho parcial, temporário e terceirizado) e *subproletarização dos trabalhadores* (flexibilização dos direitos trabalhistas). Ademais, verifica-se a mudança no perfil do mercado de trabalho: a) o aumento dos índices de trabalho feminino, principalmente vinculado às formas de trabalho precarizado, subcontratado, terceirizado; b) o aumento das taxas de desemprego para pessoas maiores de 45 anos; c) a diminuição dos índices de inserção de trabalho realizado por jovens; d) expansão dos salários médios, especialmente vinculados ao setor de serviços; e) intensificação e superexploração do trabalho, com a utilização do trabalho de imigrantes; e) alargamento dos índices de trabalho infantil e de trabalho escravo. Todas as novas formas de trabalho proporcionam não só a ampliação da fragmentação e a

heterogeneização da classe-que-vive-de-trabalho, mas também sua complexificação, portanto representam um desafio para o conjunto da sociedade (Antunes, 1999).

Enfim, a acelerada expansão dos processos produtivos alicerçados no desenvolvimento científico e tecnológico, particularmente no que se refere à reestruturação das formas de organização e de gerência da força de trabalho, determinou, por um lado, a necessidade de uma formação altamente qualificada dos trabalhadores, e por outro, a sua gradativa expulsão da esfera produtiva. Soma-se a esse processo a revisão do papel do Estado na economia e na sociedade. Ambos os movimentos têm afetado profundamente o mundo do trabalho e conseqüentemente têm provocado o aumento das taxas de desemprego, precarização das relações e das condições de trabalho. O desdobramento desses dois movimentos tem sido a proliferação dos processos que determinam a exclusão social na sociedade capitalista (Reis, 2005).

Entretanto, as conseqüências sociais do desdobramento desses processos afetou de maneiras e graus diferentes os países capitalistas, em função do desenvolvimento econômico, das forças sociais existentes, dos processos históricos, entre outros. Nesse sentido, no item a seguir serão analisadas as principais mudanças produzidas na esfera do trabalho no Brasil.

1.3 Brasil, no contexto das transformações

Nas duas últimas décadas do século XX, o Brasil passou – e continua passando – por profundas transições econômicas e sociais que têm afetado o conjunto da sociedade, especialmente a classe-que-vive-do-trabalho. Tais transições têm provocado um impacto negativo para a esfera do trabalho, entre os quais destacam-se o aumento das taxas de desemprego e a flexibilização das condições e das relações de trabalho. Uma das conseqüências desse impacto tem sido a proliferação do fenômeno da exclusão social.

As mudanças no modelo de desenvolvimento econômico e social nos países capitalistas desenvolvidos, que se iniciaram na década de 1970, passaram a influenciar e a pressionar para que outros países realizassem mudanças no seu modelo. O Brasil começou

a sentir as pressões por mudanças na década de 1980, mas, por questões internas, estas somente foram oficialmente realizadas em 1990.

Um dos motivos do atraso para o Brasil alavancar um intenso processo de reestruturação produtiva e de reforma do Estado foi o momento histórico-político, econômico e social vivido na década de 1980. Nessa década o país passava por uma crise que se expressou essencialmente por meio dois movimentos: um de caráter econômico, manifestado pela estagnação econômica, altas taxas de inflação, aumento da dívida externa e interna, aumento do déficit público (Marques; Rego, 2000); outro de caráter político-social, evidenciado pelo processo de revitalização da sociedade civil, por meio da emergência de “movimentos sociais populares urbanos reivindicatórios de bens e serviços públicos e por terra e moradia, assim como parcela dos então chamados novos movimentos sociais, em luta pelo reconhecimento dos direitos sociais e culturais modernos” (Gohn, 2002, p. 314) no cenário público nacional. Esses movimentos vieram se somar às formas históricas de luta social dos partidos políticos e sindicatos. Dois pontos convergentes de todas essas organizações foram a crítica ao regime militar e a luta pelo processo de redemocratização do país (Gohn, 2003; 2002).

Com o agravamento da crise econômica e as pressões sociais contra o regime militar, o governo ditatorial foi perdendo legitimidade política. Em 1985, esse regime chega a seu fim e é inaugurada uma nova fase na história política do Brasil, chamada Nova República. Durante os cinco anos que sucederam 1985, todos os governos tentaram enfrentar a crise através da adoção de planos de combate à inflação (Plano Cruzado, Plano Bresser e Plano Verão). Porém, esses planos obtiveram poucos resultados e, portanto, não conseguiram controlar a crise, e muitos autores denominaram a década de 1980 como a “década perdida” (Pochmann, 2001, 2002; Rezende, 2002).

Quando o Brasil adentrou a década de 1990, a economia continuava em crise, contudo essa crise foi ampliada pela implantação de um amplo processo de reestruturação produtiva. Essa reestruturação foi chamada de *modernização conservadora*⁹, fortemente influenciada pelas diretrizes elaboradas no *Consenso de Washington*¹⁰ (Marques; Rego,

⁹ Modernização Conservadora: expressão cunhada pelo historiador Barrington Moore para qualificar o modelo autoritário de desenvolvimento do capitalismo retardatário do século XIX, especialmente na Alemanha e do Japão (Marques; Rego, 2000, p. 181).

¹⁰ Consenso de Washington: conjunto de medidas liberalizantes e de ajustes sugerido para as reformas dos países em desenvolvimento. Esse documento foi elaborado e concebido com o apoio das organizações

2000; Pochmann, 2001). Somando-se ao processo de reestruturação produtiva houve a reforma do Estado, segundo as diretrizes do consenso. A “ revisão do papel do Estado teve, além da realização de reformas administrativas, tributárias e previdenciárias, a preocupação com a promoção de um intenso programa de privatização de empresas estatais” (Pochmann, 2001, p. 23).

Com isso, priorizou-se o desenvolvimento do Brasil buscando a inclusão da economia nacional no mercado global. Isso forçou o setor empresarial a se ajustar às exigências desses mercados para poder competir em melhores condições. Com isso, esse setor passou progressivamente a incorporar ao seu sistema novas tecnologias, e, com elas, novas formas de gestão e de reorganização da força-de-trabalho – fundadas em modelos mais flexíveis, como o proposto pelo toyotismo, a fim de aumentar a produtividade. Entre os efeitos constatados a partir da implantação progressiva dessas estratégias, houve o enxugamento do número de postos de trabalho dentro da empresa, o que gerou aumento do desemprego. Além disso, com a reorganização interna, houve ampliação do uso de outras formas de contratação, como a terceirização e a subcontratação de mão-de-obra.

O projeto de modernização conservadora, além de incentivar a reestruturação do setor produtivo, também incentivou a privatização de empresas estatais. Nesse sentido, observa-se que durante a década de 1990 houve no Brasil um processo progressivo de privatização de empresas públicas presentes nos diferentes setores (produtivo, de serviços etc.). O resultado dessas medidas foi a diminuição expressiva de postos de trabalho, o que pode ser constatado em números: entre 1990 e 1994, houve diminuição de 246 mil postos de trabalho; entre 1995 e 1999, de 300 mil. A privatização repercutiu diretamente no volume de empregos no setor público: após dez anos, foram exterminados mais de 500 mil postos (Pochmann, 2001). O volume de perdas de postos de trabalho no setor público, comparado ao volume total de perdas, é expressivo, pois dos “3,2 milhões de empregos assalariados formais destruídos na economia brasileira durante a década de 1990, 17,1% foram de responsabilidade direta da reformulação do setor produtivo estatal” (Pochmann, 2001, p. 29). Esses dados demonstram que os governos, através das medidas contidas no

financeiras internacionais, como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial (Marques; Rego, 2000, p. 181).

processo de modernização econômica, não buscaram priorizar o desenvolvimento social através da garantia dos postos de trabalho já existentes no mercado.

Ao longo da década de 1980 e 1990, a questão do desemprego, bem como suas conseqüências sociais, vem se tornando um problema central para a classe-que-vive-do-trabalho. Através dos dados contidos na Tabela 1¹¹, é possível constatar a evolução das taxas de desemprego aberto¹² nas principais capitais metropolitanas, as quais servem para estabelecer uma relação com os níveis de desemprego no Brasil.

Brasil: Taxa de Desemprego
Aberto nas Regiões Metropolitanas^a : 1991-2002
(Média anual)

Ano	Taxa(%)
1991	4,8
1992	5,9
1993	5,3
1994	5,1
1995	4,7
1996	5,4
1997	5,7
1998	7,6
1999	7,5
2000	7,1
2001	6,2
2002*	6,2

Fonte: CHADAD; PICCHETTI, 2002, p. 11.

^a Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre, Belo Horizonte, Recife, Salvador

* Janeiro / Setembro

A partir da análise da Tabela 1, é possível observar que ao longo da década de 1990 houve um progressivo aumento das taxas de desemprego, embora em alguns subperíodos essas taxas tenham se estabilizado e algumas até retrocedido. De qualquer maneira, observa-se um aumento de 4,8% em 1991 para 6,2% em 2002 (Tabela 1). A constatação do número quantitativo de desempregados no Brasil apenas expressa uma parte dos efeitos produzidos para a esfera do trabalho a partir da implantação das medidas de ajuste estrutural, pois as pessoas que são “contabilizadas” nessas taxas, na sua grande maioria,

¹¹ Esta tabela apresenta a evolução do desemprego aberto no Brasil. Foram usadas as informações da Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE (PME/IBGE), que cobrem seis regiões metropolitanas do País – São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador, Porto Alegre e Recife (Chahad; Picchetti, 2002).

¹² Desemprego aberto: medição restrita da situação em que o indivíduo não realiza qualquer trabalho remunerado e permanece sistematicamente à procura de emprego.

são trabalhadores em condições de realizar atividades laborais e, por não conseguirem se inserir no mercado formal, passam a executar atividades temporárias, em condições precárias, com baixos níveis de remuneração e sem cobertura previdenciária. No ano de 1996, por exemplo, existiam no Brasil 76 milhões de pessoas economicamente ativas, das quais 43 milhões (59%) eram assalariadas; destas, somente 23 milhões tinham registro previdenciário e 20 milhões não o tinham (Pochmann, 2001).

As reformas estruturais implantadas no Brasil, a partir da década de 1990, não só impulsionaram um intenso processo de privatização de empresas estatais e incentivaram a reestruturação do setor privado, mas também procuraram restringir a proposta de seguridade social inscrita na Constituição de 1988. No plano prático essas reformas foram operacionalizadas por meio de programas e serviços sociais públicos, seguindo os pressupostos teóricos neoliberais. Uma das propostas foi a privatização e a focalização dessas políticas, em que os recursos são concentrados e destinados à população mais pobre; os serviços públicos são ofertados de forma precária e desqualificada, de modo que aqueles setores que não são considerados “tão” pobres são coagidos a consumir esse serviço no mercado. Além disso, muitos direitos trabalhistas retrocederam, como foi caso do seguro-doença, em que o trabalhador, para ter acesso, precisa contribuir 12 meses consecutivos, ao invés de quatro.

Percebe-se que a situação de desemprego crescente e acompanhada da restrição do sistema de cobertura social produziu um impacto negativo para grande parte da classe-que-vive-do-trabalho.

Os projetos de políticas sociais comprometidos com a busca de qualidade nos sistema de proteção social, a universalização da cobertura e o avanço da oferta dos serviços foram sensivelmente comprometidos. O crescimento da pobreza e, por conseqüência, o aumento da demanda por serviços sociais básicos se deram paralelamente ao processo de redução de recursos e de deterioração dos sistemas de seguridade social (Pochmann, 2002, p. 62).

Nessa perspectiva, a reestruturação produtiva e a reforma do Estado, resultantes da aplicação das medidas de ajuste estrutural no Brasil, proporcionaram o aumento das taxas de desemprego e a restrição no sistema de proteção social. Uma das conseqüências sociais da interpenetração desses dois processos em curso foi o alargamento

da exclusão social (Reis, 2005). Diante disso, os históricos segmentos da população brasileira que sempre viveram em situação de pobreza, privados, na maioria das vezes, dos circuitos de consumo e desprovidos de bens e serviços sociais básicos, somaram-se os trabalhadores expulsos do mercado formal de trabalho. Com isso, contata-se que “os processos tradicionais de exclusão social, não foram contidos, senão agravados pelas reformas” (Pochmann, 2002, p. 63).

Em consequência disso, na última década do século XX apenas “um quinto de toda a população tem assegurado sua inclusão socioeconômica, isto é, somente 20% dos brasileiros têm acesso aos benefícios sociais do novo modelo econômico” (Pochmann, 2001, p. 172), o que demonstra a difícil situação de vida em que se encontra grande parte da população brasileira.

Entre as muitas consequências da reestruturação produtiva e da Reforma do Estado estão as diferentes formas de garantir a sobrevivência, as quais podem se manifestar de várias maneiras. Por um lado, aumentam todas as formas de violência social, que se expressam por assaltos, seqüestros, tráfico de drogas etc. De outro lado, ressurgem novas formas associativas como resposta parcial da sociedade civil organizada à crise ou simplesmente como busca de alternativa de sobrevivência. Entre essas formas diversificadas de associativismo, emerge a chamada Economia Solidária. Esta é uma forma de organização socioeconômica constituída por trabalhadores em processo de exclusão social, que buscam de maneira solidária e cooperada inserir-se coletivamente no mercado de trabalho. Trata-se de uma estratégia que foi sendo construída pelos trabalhadores que não conseguiam mais obter seus meios de sobrevivência de forma isolada.

A partir da compreensão dos diferentes processos econômicos e sociais em curso e de suas consequências negativas para a classe-que-vive-do-trabalho, busca-se, a seguir, analisar uma das estratégias de ação que vem sendo construída e desenvolvida pelos diferentes setores da sociedade civil organizada e pelos próprios trabalhadores: a economia solidária.

2 – ECONOMIA SOLIDÁRIA

Dentro do contexto de crise do mundo do trabalho e, portanto, de desemprego estrutural, com a ampliação e intensificação dos diferentes processos que determinam a exclusão social, vêm sendo buscadas alternativas que possam garantir a sobrevivência das camadas mais atingidas da população. Entre as estratégias de sobrevivência, cabe destacar as diferentes alternativas de trabalho e geração de renda, inspiradas nos princípios da economia solidária, para os excluídos do mercado de trabalho formal ou informal. As novas formas de organizar o trabalho concretizam-se nas cooperativas populares, associações de produção e de consumo, em clubes de trocas, recuperação de fábricas falidas promovida por seus próprios trabalhadores, entre outras – são experiências recentes que visam essencialmente a gerar possibilidades de renda para um contingente expressivo de trabalhadores, abrindo um espaço para a reinserção social e a promoção da cidadania daqueles sujeitos que integram essas ações.

O grande avanço da economia solidária no Brasil, na década de 90, foi resultado, em parte, da ação de um conjunto de entidades em âmbito nacional, regional e local que, embora tenham o mesmo objetivo, expressam concepções, objetivos e métodos de trabalho diferenciados. Entre essas entidades destacam-se as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, que têm a peculiaridade de unir a pesquisa tecnológica à perspectiva da cooperação e do popular, reunindo professores, pesquisadores e universitários no apoio a iniciativas nascentes da Economia Solidária.

Este capítulo tem por objetivo contextualizar a Economia Solidária como uma das estratégias de enfrentamento ao processo de exclusão social no Brasil e analisar o processo de formação e de organização das ITCPs no Brasil. Na segunda seção, realiza-se uma descrição e análise da concepção teórico-metodológica e operacional proposta pelas ITCPs e sua distribuição e difusão nas universidades brasileiras.

2.1 – A prática da economia solidária no Brasil

Historicamente, sempre existiram, em maior ou menor medida, experiências econômicas populares e solidárias, mesmo antes da emergência do modo de produção capitalista. Entretanto, durante toda a história da humanidade, embora muitas dessas experiências tenham se tornado referências importantes, estiveram isoladas e com pouca representatividade na vida econômica e social. A partir da década de 70, diversas experiências econômicas solidárias em diferentes partes do mundo começam a ganhar novas dimensões, tanto do ponto de vista quantitativo como qualitativo.

No Brasil, o desenvolvimento e ampliação da economia solidária foi resultado da imbricação de dois processos, o econômico e o social, a partir da década de 80 (Cruz, 2004b; Pochmann, 2004). A reestruturação produtiva e a reforma do Estado provocaram, por um lado, significativa alteração na estrutura do mercado de trabalho brasileiro, sinalizada pelo aumento das taxas de desemprego, precarização das relações e das condições de trabalho. O resultado desse processo foi o surgimento de uma força de trabalho excedente e qualificada que se somou aos trabalhadores historicamente excluídos do mercado de trabalho formal. Uma das conseqüências desse processo foi a busca de diferentes alternativas de sobrevivência por parte desses trabalhadores, das quais se destaca o aumento de formas associativas de produção e consumo. Essas formas receberam apoio de vários segmentos sociais, agentes e instituições no Brasil.

As diferentes formas de organização socioeconômica desenhadas pelos diversos atores sociais, em parte, são resultado das experiências históricas acumuladas por esses atores, junto aos movimentos sociais, partidos políticos, associações de bairro etc. nas décadas de 70 e 80 no Brasil. Vários dos movimentos surgidos nesse período, por exemplo, tiveram o apoio da ala progressista da Igreja Católica, como o Movimento Contra os Loteamentos Clandestinos na periferia das cidades, Movimento dos Moradores das Favelas, Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) (Gohn, 2003). Frente a uma nova conjuntura econômica, marcada pela exclusão de trabalhadores do mercado de trabalho, o “desemprego se torna o ponto central da questão social no país (...) e a demanda básica dos setores populares passa a ser o emprego” (Gohn, 2002, p. 317). Com a mudança

nas condições econômicas e políticas no país na década de 1990, emergem e se estabelecem novas necessidades, o que leva os atores sociais a utilizar suas experiências no campo da organização popular junto à sociedade civil e imprimir um novo enfoque – o da organização socioeconômica.

A mudança no cenário econômico fez, por exemplo, com que movimentos tradicionais e de expressão nacional, como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, passem a aliar formas e estratégias clássicas de luta, como ocupações de terra e caminhadas, com outras formas de organização – via cooperativas de produção, consumo, comercialização e de crédito e associações de produtores nos assentamentos rurais (Gohn, 2003) –, orientadas pelos princípios da solidariedade e da autogestão. Atualmente, essas ações são organizadas e articuladas pela Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária Brasileiras, fundada em 1990 e constituída por 80 cooperativas rurais e 400 associações de produtores, localizadas principalmente nos estados da região sul do país.

Outro ator que sofreu influência dos novos tempos foi alguns setores da Igreja Católica da ala progressista, principalmente através da Cáritas Brasileira, considerada por muitos autores como um dos atores mais antigos nesse campo (Gaiger, 2000, 2001), pois desde a década de 1980 vem promovendo a organização de grupos populares para gerar trabalho e renda numa perspectiva solidária em todo o Brasil. Soma-se a Associação Nacional de Trabalhadores de Empresas e Autogestão – ANTEAG, que apóia a apropriação e o controle dos trabalhadores de empresas capitalistas que foram à falência e que queiram trabalhar em regime de autogestão. Foi organizada pelo movimento sindical e fundada em 1994. Desde a sua fundação até 2003, foram apoiadas mais de 400 empresas que foram à falência e entregues aos trabalhadores; destas, 200 se viabilizaram econômica e socialmente.

Soma-se à atuação de velhos atores sociais a emergência de novos, principalmente a partir década de 1990. Esses grupos de diferentes setores da sociedade civil representam múltiplas concepções de mundo, tendo como substrato de suas ações a crítica ao modelo econômico e social vigente no Brasil na década de 1990. Na sua maioria estão interessados em propor e construir estratégias de ação que possibilitem gerar renda e promover a inserção social para os segmentos excluídos da população (Cruz, 2004a; Pochmann, 2004) sob patamares diferentes dos instituídos na sociedade capitalista, com o individualismo. Entre esses novos atores destacam-se o Estado nas suas diferentes esferas e

as universidades brasileiras. Em relação ao Estado, sua ação nesse campo, embora ainda tenha uma participação muito tímida, realiza suas atividades via o agendamento de políticas públicas que através de programas e projetos tragam a possibilidade de gerar trabalho e renda. Nesse sentido, merecem destaque, recentemente, as ações desenhadas a partir de 2003 pelo governo federal, que organizou através da Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES¹³, vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego, uma política pública voltada para esse setor: o Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento¹⁴, que prevê, por meio de ações diretas ou da contratação de agências de fomento, difundir e fomentar a economia solidária no Brasil. Ainda que essas políticas públicas sejam de caráter compensatório e incapazes de oferecer reais alternativas ocupacionais frente à crise do mundo do trabalho e de contribuir para a inibição do processo de exclusão social (Pochmann, 2004), representam: primeiro, uma conquista por parte do movimento em prol do desenvolvimento da economia solidária¹⁵; segundo, têm servido para fomentar ou promover novas experiências econômicas no espaço público, como o banco do povo, cooperativas populares de trabalho, de apoio a empresas de autogestão, de redes de produção e comercialização, entre outras, que, ao lado das experiências econômicas tradicionais, constituem exemplos de modos de produção e comercialização que valorizam o fator trabalho (Pochmann, 2004; Singer, 2000).

O outro novo ator social que vem cada vez mais participando do movimento de apoio e fomento à prática da economia solidária são as universidades brasileiras, que nesta dissertação, por ter seu foco voltado para a prática da economia solidária proposta por essas instituições, ganham maior ênfase. Percebe-se, por meio da análise da produção científica que trabalha a relação entre a economia solidária e a universidade (muito embora

¹³ A SENAES é coordenada pelo Prof. Dr. Paul Singer, considerado por todos os pesquisadores e atores sociais uma referência no campo da economia solidária no Brasil.

¹⁴ O Programa Economia Solidária em Desenvolvimento compreende 10 pontos principais: 1) contribuir para organizações de autogestão na geração de trabalho e renda; 2) facilitar o intercâmbio entre os empreendimentos; 3) qualificar as pessoas envolvidas com a criação e execução de políticas públicas feitas especialmente para ES; 4) promover o consumo ético e o comércio justo; 5) dimensionar e dar visibilidade aos empreendimentos; 6) promover estudos e pesquisas sobre o tema; 7) criar leis claras e específicas para a economia solidária; 8) desenvolver o conhecimento e formação em economia solidária; 9) mapear e sistematizar informações da economia solidária; 10) promover comunicação e divulgação da economia solidária (MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO / SENAES / Plano de Ação 2004-2006)

¹⁵ A SENAES foi criada com a publicação da Lei n.º 10.683, de 28 de junho de 2003, instituída pelo Decreto n.º 4.764, de 24 de junho de 2003. Resulta, em parte, da história da mobilização e articulação do movimento de economia solidária existente no país. Em 2002, entre as atividades do III Fórum Social Mundial, foi discutido o papel desse setor para o próximo governo e a possibilidade de se organizar um Fórum Nacional de Economia Solidária, que integraria os demais Fóruns – municipais e estaduais. O FBES foi criado em 2003 e passou a demandar políticas públicas para esse setor junto à SENAES.

seja bastante restrita!), que a sua participação nesse campo é recente, tendo início entre 1994 e 1995; que as ações se concretizam por meio da pesquisa, do ensino e de ações interventivas; que sua atuação nesse campo nasceu da crítica de determinados setores dentro do espaço universitário ao modelo de pesquisa, ensino e extensão instituído na década de 1990 no Brasil (Guimarães, 2000; Singer, 2000).

No Brasil, ao longo do final da década de 1980 foi sendo gestado no interior da universidade e com forte apoio do Estado um novo modelo de instituição. Contudo, somente a partir de 1990 esse modelo foi oficialmente instituído por meio de políticas públicas voltadas para a área da Educação – a exemplo da Lei de Diretrizes de Base – LDB e o Sistema da Avaliação (Fernandes, 2001). O novo modelo instituído teve por objetivo adequar o processo de formação, ensino e aprendizagem aos interesses e demandas econômicas e políticas de determinados setores da sociedade – o setor empresarial. Nesse modelo, a universidade mantém uma relação estreita com as organizações empresariais por meio do estabelecimento de um sistema de troca, no qual cada um dos espaços (o universitário e o empresarial) assume um determinado papel, isto é, a universidade assume a função de produzir conhecimento científico-tecnológico intensivo de tecnologia, capaz de reduzir custos, por meio da prestação de serviços, e as organizações passam a financiar pesquisas direta ou indiretamente por meio de outras organizações. Ademais, a universidade fica responsável em formar recursos humanos de acordo com as exigências desse mercado (Chauí, 2001; Fernandes, 2001).

Ademais da concepção de que a universidade deve atender as exigências do setor empresarial, foi se instituindo uma concepção de que a instituição de ensino superior deve ter uma organização interna “parecida” a das empresas e a gestão deve guiar-se pelos mesmos valores e parâmetros das organizações empresariais, como o da competição, da produtividade, da hiperespecialização, da excelência, enfim, de se introduzir na universidade “a mesma cultura que permeia uma empresa” (Fernandes, 2001, p. 10). Dessa forma, no espaço acadêmico cada vez mais observa-se a valorização excessiva da produção do conhecimento do ponto de vista quantitativo, reconhecendo centros de pesquisa e ensino pelo quanto é produzido, em quanto tempo e a que custo. Uma das conseqüências dessa nova visão instituída tem sido o fomento de relações de competição entre pesquisadores e centros de pesquisa, de desmerecimento ou até de desqualificação de ações

de extensão que não estejam voltadas para os setores tradicionais da sociedade (Chauí, 2001).

A crítica a essa corrente teve como objetivo questionar e defender outras atribuições da universidade, através da defesa de um modelo alternativo de pesquisa, ensino e extensão voltado para atender os interesses e as necessidades dos setores historicamente excluídos, buscando: estimular a produção de conhecimento científico-tecnológico para subsidiar ações interventivas junto a organizações e movimentos dos trabalhadores; formar sujeitos críticos e sensíveis ante as demandas sociais e econômicas dos setores mais atingidos pela crise. Entre essas iniciativas, destacam-se a Rede Interuniversitária Unitrabalho e a Rede Brasileira de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares.

Com isso, pode-se constatar que as mesmas determinações econômicas e políticas que afetam a sociedade brasileira a partir das últimas décadas do século XX também provocaram profundas transformações nas universidades, que vivenciam dentro de seu espaço e fora dele as mesmas contradições e transições por que passa parcela dos setores organizados e os não tão organizados da sociedade civil.

Portanto, pode-se dizer que o desenvolvimento inicial da economia solidária no Brasil é resultado do sinergismo desses dois processos históricos: a) econômico: que provocou mudanças no mundo do trabalho e importantes conseqüências para os trabalhadores; b) social: decorrente das experiências acumuladas por diversos atores no campo da organização popular junto à sociedade civil (organizações não-governamentais, partidos políticos, movimentos sociais, associações, universidades e setores vinculados à Igreja Católica). Nesse sentido, o desenvolvimento dessa forma de organização socioeconômica aparece não só como um resultado, mas também como uma forma de resposta e/ou de resistência dos setores organizados da sociedade civil aos impactos das transformações econômicas e sociais para a esfera do trabalho e suas repercussões para pior das condições de grande parcela da população brasileira (Pochmann, 2004).

O termo economia solidária, em vista do exposto, refere-se a um campo de significados e práticas vinculados a diversos projetos societários, que têm como propósito criar novas experiências ou recriá-las a partir das velhas experiências alternativas de enfrentamento da crise do mundo do trabalho, através da organização coletiva dos

trabalhadores e de sua inserção no mercado. Trata-se de uma forma diferente de organização socioeconômica, que se orienta por valores e práticas que não são centrados no individualismo, na exploração e na apropriação privada das riquezas socialmente produzidas no interior da unidade econômica, tão característicos da sociedade capitalista (Singer, 2002).

Nessa perspectiva, a economia solidária diz respeito a um conjunto diversificado de tipos de experiências econômicas, “que surge como modo de produção e distribuição alternativo do capitalismo, criado e recriado periodicamente por aqueles que se encontram ou temem ficar marginalizados do mercado” (Singer, 2000, p. 13). Tem como unidade típica de produção a Cooperativa. Mas, além dessa unidade de produção, vêm se concretizando outras experiências em curso, que têm suas atividades centradas no campo do consumo e da circulação de bens e serviços, o que significa que essas experiências estão em constante processo de construção e renovação de suas atividades e de seus espaços de atuação. Outros tipos de experiências são: as empresas de autogestão, as associações de produtores e de consumidores, os bancos populares, os clubes de trocas, entre outros (Singer, 2000; Bertulucci; Silva, 2003).

Os diferentes tipos de experiências econômicas, para que sejam considerados “verdadeiros” representantes do campo da economia solidária, devem ser

iniciativas econômicas associativas, nas quais (a) o trabalho, (b) a propriedade de seus meios de operação (de produção, de consumo, de crédito etc.), (c) os resultados econômicos do empreendimento, (d) os conhecimentos acerca de seu funcionamento e (e) o poder de decisão sobre as questões a ele referentes são compartilhados por todos aqueles que dele participam diretamente, buscando relações de igualdade e de solidariedade entre seus partícipes¹⁶ (Cruz, 2004b, p. 15).

A partir dessa perspectiva, são considerados empreendimentos de economia solidária todos aqueles que têm por estratégia a organização e a inserção coletiva dos trabalhadores no mercado, e cujo sistema produtivo esteja estruturado essencialmente no fator trabalho, priorizando a geração e a manutenção dos postos de trabalho. Além disso,

¹⁶ O conceito de economia solidária adotado por esta pesquisa foi elaborado pelo Prof. Dr. Antônio Cruz, tendo como substrato: a) os estudos teóricos de Luis Razetto, José Luis Coraggio e Paul Singer; b) os estudos da história da economia solidária; c) sua experiência no campo das ITCPs.

todas as atividades devem ser desenvolvidas em conjunto pelos associados, não havendo terceirização das atividades-fins. A gestão e o planejamento das ações e de seus resultados devem ser decididos coletivamente, através de instrumentos apropriados que permitam estabelecer processos democráticos, justos, transparentes e éticos na unidade econômica.

A prática da economia solidária tem como perspectiva ser não apenas uma possibilidade de gerar trabalho e renda, mas também de proporcionar mudanças no nível de relação social e cultural no espaço de trabalho. Ou seja, que através do exercício da participação, da cooperação e da solidariedade entre seus partícipes, possa provocar “mudanças na visão de mundo, valores, paradigmas, atitudes, comportamentos, modos de relação, aspirações, paixões e desejos” (Bertulucci; Silva, 2003, p. 68). Trata-se de uma organização econômica que, por se basear em relações mais solidárias, cooperadas e democráticas, possibilita mudanças de mentalidade nos trabalhadores que delas participam.

Assim, definir a economia solidária pelos parâmetros acima propostos possibilita ampliar os tipos de empreendimentos econômicos. Além disso, a adoção desse conceito permite diferenciar esses empreendimentos dos convencionais (não-solidários), que costumam confundir os pesquisadores e atores sociais envolvidos nesse campo. São modelos clássicos dessa situação as chamadas “cooperativas tradicionais”, as quais são constituídas como empreendimentos econômicos organizados na forma jurídica de uma cooperativa, porém sua operacionalidade interna não segue os pressupostos instituídos pela Política Nacional do Cooperativismo, sendo considerada como uma forma degenerada de economia solidária (Singer, 2000), cujo objetivo central é escapar à legislação trabalhista que protege os trabalhadores no Brasil.

Enfim, o conceito de economia solidária nos parâmetros propostos permite a expressão de diferentes manifestações dessa atividade, constituindo-se, portanto, como uma das formas possíveis de se interpretar a diferente configuração desse fenômeno. Nessa perspectiva, a prática econômica inspirada na solidariedade se insere no campo do debate nacional sobre as novas formas de luta, movimentos e ações sociais coletivas, na década de 90, no Brasil, em parte protagonizadas por um conjunto diversificado de entidades sociais que têm como plataforma comum: enfrentar a proliferação de processos de exclusão social através da organização e inserção coletiva dos trabalhadores no mercado de trabalho, com o objetivo de gerar renda e promover o exercício da cidadania

coletiva e ampliada¹⁷ (Gohn, 2003). Essas ações são realizadas por meio de assessorias, consultorias e apoio sistemático de nível técnico, político e religioso junto às camadas populares ou não (Gohn, 2001), concretizadas, na maior parte das vezes, por meio de rede de trabalho, de parceria e interações entre os diversos atores sociais. Entre essas redes de trabalho, destacam-se as ações da universidade através das Incubadoras de Cooperativas Populares.

Estudar economia solidária e seu desenvolvimento exige enfrentar alguns desafios: a) adotar um conceito que possa dar conta do fenômeno estudado; b) discutir seu caráter alternativo e todos os seus desdobramentos teóricos e práticos. Em relação ao primeiro, por se tratar de um fenômeno novo e em processo de construção, optar por um ou por outro conceito torna-se uma tarefa difícil para qualquer pesquisador, pois tentar definir um processo que está em aberto significa que, qualquer que seja a definição elencada, trata-se de uma aproximação parcial do que está sendo ensaiado no plano prático. Além do mais, do ponto de vista teórico existe uma visão ainda muito “romântica” e “utópica” sobre a temática e suas possibilidades concretas, o que levou alguns autores a conceituar e, conseqüentemente, identificar experiências nesse campo, a partir da existência de valores e práticas “ideais”¹⁸ (Gaiger, 2000).

O segundo desafio refere-se ao caráter alternativo dessa experiência em relação ao capitalismo. Apesar de os valores e as práticas orientadoras serem diferentes dos dominantes na economia capitalista, esse empreendimento econômico “está subordinado ao núcleo capitalista, sobretudo pela dependência do mercado capitalista. [...] o seu desafio consiste em criar condições para que as iniciativas assegurem e fortaleçam as relações internas de solidariedade” (Bertulucci; Silva, 2003, p. 69), ao mesmo tempo em que sirva de potencializador de processos sociais e políticos na busca por melhores condições de vida. Além do mais, muitos estudiosos referem-se a essa forma de organização como uma

¹⁷ As novas práticas civis da sociedade brasileira, na década de 1990, possibilitam a construção de uma nova concepção de cidadania, coletiva e ampliada. Coletiva quanto às fronteiras e os campos de atuação, ultrapassando os limites jurídicos e formais; ampliada quanto à abrangência das categorias sociais que abarca, desde os catadores de lixo aos membros das elites (Gohn, 2003, p.17).

¹⁸ O pesquisador Luiz Inácio Gaiger propõem um conceito de economia solidária que pode servir de parâmetro para identificar e analisar as diferentes experiências econômicas emergentes nesse campo. Para o autor, as propriedades de um EES giram em torno de oito princípios : a autogestão, democracia, participação, igualitarismo, cooperação no trabalho, auto-sustentação, desenvolvimento humano e responsabilidade social Estes são considerados como características ideais que devem se manifestar no plano prático da experiência. (Gaiger, 2000, p.31).

das maneiras de diminuir os níveis de desemprego (Singer, 2000). Ora, os resultados de pesquisas mostram que, do ponto de vista econômico, esses processos ainda estão mais próximos de estratégias emergenciais destinadas a prover os níveis de sobrevivência, ou seja, permitem apenas satisfazer as necessidades básicas e estão muito longe, ainda, de serem uma possibilidade de prover níveis mais altos de vida, com mais qualidade, renda e acesso aos direitos (Pochmann, 2004).

Frente a todos esses desafios, é preciso perguntar: Qual seria o papel concreto da economia solidária frente às transformações do mundo do trabalho no Brasil? Talvez o seu papel, na atual conjuntura, seja o de recolocar na pauta das discussões a importância do fator trabalho como um elemento estruturante e norteador na busca de um modelo alternativo de desenvolvimento econômico e social mais justo, equitativo e solidário. Um papel importante que assume uma dimensão de resistência e de confronto a todos aqueles autores que, sob influência do referencial teórico neoliberal, advogaram (e continuam a fazê-lo!) o fim do trabalho e o fim da história. Além do mais, é uma visão teórico-prática de um processo que está em andamento, pois construir experiências econômicas viáveis e autogestionárias representa ideários que servem como metas a serem alcançadas por todos os atores sociais que participam desse fenômeno.

2.2 – Incubadoras tecnológicas de cooperativas populares: processo de formação e organização

Com inspiração nos resultados positivos obtidos pelo movimento de Ação da Cidadania Contra a Fome e a Miséria e pela Vida¹⁹ – ACCMV, com a criação de uma cooperativa popular formada por moradores da região da Maré, no Rio de Janeiro, foram criadas as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares. A proposta inicial do movimento foi apoiada pelo Comitê de Entidades Públicas no Combate à Fome e pela Vida

¹⁹ O movimento social de Ação da Cidadania Contra a Fome e a Miséria e pela Vida – ACCMV, coordenado pelo sociólogo Herbert de Souza, foi um movimento de caráter nacional, que mobilizou diversas organizações da sociedade civil – ONGs, grupos, partidos políticos, etc. –, instituições públicas, organizações internacionais, entre outras. O movimento foi oficialmente inaugurado no dia 8 de março de 1993 e tinha por objetivo eliminar a fome no Brasil. Entre as diferentes estratégias, teve como proposta a implantação de um programa de geração de trabalho e renda (Gohn, 2003).

– COEP²⁰, que, para operacionalizar a idéia e as atividades, estabeleceu uma parceria com a Universidade Federal de Santa Maria²¹, no Rio Grande do Sul, com o Instituto Brasileiro de Análises Sociais – IBASE e com a Fundação Nacional de Saúde Pública do Rio de Janeiro – FIOCRUZ. Essa parceria resultou na organização da Cooperativa de Manguinhos²², por parte da UFRJ, na região periférica da cidade do Rio de Janeiro.

O resultado positivo com essa experiência fez com que um grupo de professores e alunos da Universidade Federal do Rio de Janeiro, integrantes do Programa de Pós-Graduação em Engenharia – COPPE, discutisse a possibilidade de organizar um centro de apoio e assessoramento às iniciativas econômicas que tivesse como proposta seguir os princípios propostos pela economia solidária e integradas por segmentos populares de baixa renda.

A idéia consistiu essencialmente em utilizar os recursos humanos e o conhecimento técnico-científico acumulado pelas universidades para apoiar a organização e consolidação de empresas autogestionárias constituídas por trabalhadores em situação de exclusão social.

Sob essa perspectiva é que nasceu o primeiro projeto de uma Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares, conhecida pela sigla ITCP. A primeira incubadora foi implantada em 1995 pela COPPE/UFRJ como um projeto universitário de caráter interdisciplinar de extensão, com o objetivo de gerar trabalho e renda e promover a cidadania através da organização de cooperativas populares (Guimarães, 2000). O sucesso dessa experiência, posteriormente, serviu de inspiração para que outros grupos de pesquisadores em outras universidades brasileiras viessem a implantar incubadoras nesses moldes, como a Universidade Federal do Ceará, que foi a segunda pioneira na implantação de um projeto dessa natureza.

²⁰ O COEP foi fundado em maio de 1993, por iniciativa de professores e funcionários da Universidade Federal do Rio de Janeiro e algumas empresas estatais, como o Banco do Brasil, que integravam o grupo de trabalho do Fórum de Ciências e Cultura da UFRJ. A organização desse comitê possibilitou captar recursos e, portanto, viabilizar os programas propostos pela Campanha. O comitê contou com a participação de 37 entidades (Gohn, 2003, p. 88).

²¹ A Universidade Federal de Santa Maria possui um curso de cooperativismo e por isso foi chamada para apoiar a criação dessa cooperativa (Cruz, 2001).

²² A Cooperativa de Manguinhos foi organizada com os moradores da Favela de Manguinhos, no Rio de Janeiro, situada junto à Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ. Além de ser moradia de muitos funcionários dessa instituição, apresentava altos índices de criminalidade, taxas elevadas de desemprego, etc. (Bocayuva, 2001).

A partir de 1998, e contando com o apoio, mais uma vez, do Comitê de Entidades no Combate à Fome, foi criado um programa público pelo Governo Federal, específico para incentivar o desenvolvimento e o aprimoramento das metodologias propostas pelas ITCPs, denominado Programa Nacional de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares – PRONINC²³. Nesse primeiro momento, foram seis incubadoras financiadas ao longo de dois anos: a Universidade Federal do Rio de Janeiro, a Universidade Federal de Juiz de Fora, a Universidade Federal Rural de Pernambuco, a Universidade Estadual da Bahia, a Universidade de São Paulo, a Universidade Federal do Paraná, além da ITCP/UFRJ (Guimarães, 2000; Singer, 2000). Apesar de a proposta ser inovadora e ter expressado alguns pontos positivos em relação à ação de incubagem por parte da universidade, posteriormente o programa teve sua continuidade comprometida pela falta de recursos. Em 2000, apenas duas universidades foram contempladas pelo programa: a Universidade Federal do Ceará e a Universidade Federal de Juiz de Fora.

No entanto, o restrito financiamento público para as ITCPs não impediu a expansão dessas experiências em outras universidades como programas de extensão. Em 1998, as 14 incubadoras existentes no Brasil decidiram organizar-se numa rede, com o objetivo de “instituir um processo intenso de trocas de experiências e de colaboração mútua” e “definir sua missão na atual conjuntura histórica do país” (Singer, 2000, p. 130). Nesse período, a Rede de Incubadoras decide integrar-se à Rede Interuniversitária de Pesquisas e Estudos sobre o Mundo do Trabalho – UNITRABALHO²⁴. As incubadoras passaram a constituir-se como um programa nacional de caráter permanente dessa organização, o que possibilitou rápida e expressiva expansão de seu programa para outras universidades, pois muitos dos Núcleos Locais pertencentes à UNITRABALHO passaram

²³ Para entender mais sobre o programa, consultar <http://www.finep.gov.br>. De maneira geral, pode-se dizer que o objetivo essencial do PRONINC é utilizar o conhecimento e a capacidade existentes nas universidades para a constituição de empreendimentos cooperativos que proporcionem trabalho e renda. As universidades se envolvem com o PRONINC de duas formas: promovendo atividades de apoio à formação e desenvolvimento de cooperativas ou associações produtivas, principalmente através de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares; e realizando pesquisas que visem a produzir conhecimentos relevantes para a consolidação da metodologia de incubação (FINE, 2005)

²⁴ A UNITRABALHO é uma rede universitária nacional que agrega, atualmente, 92 universidades e instituições de ensino superior de todo o Brasil. Constitui-se juridicamente na forma de fundação de direito privado e sem fins lucrativos. Foi criada, em 1996, com o objetivo de contribuir para o resgate da dívida social que as universidades brasileiras têm com os trabalhadores. Sua missão se concretiza por meio da parceria em projetos de estudos, pesquisas e capacitação. No momento do ingresso da Rede ITCPs à Rede UNITRABALHO, ou seja, em 1998 a rede possuía 48 Núcleos Locais instituídos nas diversas universidades brasileiras. Atualmente a coordenação está sob a responsabilidade do Prof. Dr. Amaro Henrique Pessoa Lins, reitor da Universidade Federal de Pernambuco (UNITRABALHO, 2005). Para saber mais sobre a rede, consultar <www.unitrabalho.org>.

a implantar a ITCP como um programa permanente. Em 2001, existiam 18 ITCPs instaladas e em funcionamento no Brasil, seis em processo de organização. Nesse período, as incubadoras apoiaram a formação e consolidação de aproximadamente 211 cooperativas em todo o território nacional, gerando trabalho para mais de 11 mil trabalhadores (Cruz, 2004a).

Contudo, no final de 2002, a Rede ITCP decidiu separar-se oficialmente da UNITRABALHO. O resultado foi o surgimento de duas redes: a Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares e a já existente Rede Interuniversitária de Pesquisas e Estudos sobre o Mundo do Trabalho – UNITRABALHO. Assim, as incubadoras que foram sendo criadas e as que já estavam constituídas optaram por fazer parte de uma e outra rede, ou, ainda, de ambas²⁵. Um dos resultados desse processo foi a fragmentação da proposta das incubadoras, gerada pela falta de comunicação, de intercâmbio das experiências, de idéias, de propostas, de debate em torno das questões referentes à temática.

A fragmentação da rede de incubadoras em duas redes, a ITCP e UNITRABALHO, e seu impacto negativo para o avanço do desenvolvimento de suas atividades no campo da economia solidária ainda não foram superados. Essa situação é facilmente percebida quando se tem como objeto de estudo as incubadoras, pois além de a produção sobre essa temática ser pequena, grande parte não está disponível em revistas, em *sites* da Internet ou qualquer outro meio de publicização. Como uma das conseqüências dessa falta de produção e de intercâmbio entre as incubadoras, muitos dos grupos que integram esse tipo de ação têm dúvidas sobre várias questões referentes à temática. Por exemplo, até hoje alguns grupos manifestam dúvidas sobre o tipo de público-alvo da incubadora, se ele é ou não popular e o que se entende por isso. Tais dúvidas têm levado a que algumas incubadoras tenham como alvo de suas ações cooperativas integradas por egressos da universidade ou trabalhadores com alto grau de escolarização, como a Incubadora da Universidade Federal de Alagoas, no estado de Alagoas, a Universidade do

²⁵ Os motivos que levaram à separação das duas redes em 2002 ainda é objeto de muita discussão e especulação por ambas as partes. Pode-se dizer que existiram motivações explícitas e implícitas no processo de rompimento. Entre as explícitas havia o fato de que a Rede ITCPs, por estar se difundindo cada vez mais, não queria se submeter à direção nacional da Rede UNITRABALHO. Entre os motivos implícitos, a gestão e o planejamento de recursos financeiros advindos da ICCO (Organização Intereclesiástica para Cooperação ao Desenvolvimento), uma ONG holandesa, para execução de um projeto de sistematização e avaliação das metodologias de incubagem.

Vale do Rio dos Sinos, no Estado do Rio Grande do Sul, entre outras (Cruz, 2004a). A escolha de cooperativas integradas por trabalhadores oriundos dos setores não-populares expressa a falta de clareza sobre a proposta fundante das incubadoras, que é socializar o conhecimento produzido para os setores da sociedade historicamente apartados deste. Outro exemplo é a dúvida manifestada por algumas incubadoras em relação ao tipo de empreendimento que deve ser incubado. Para algumas incubadoras, são alvo de suas ações apenas as cooperativas; para outras, além dessas são alvo empresas de autogestão, associação de produtores e consumidores, entre outras. Ora, a incubadora é um instrumento de apoio a empreendimentos de economia solidária e, portanto, não precisa e não deve ficar restrita a incubar apenas cooperativas. Ela deve acompanhar e apoiar a diversidade de experiências antigas e novas que emergem nesse campo, buscando, além disso, produzir conhecimento sobre essa diversidade para ser socializado com outros grupos. Suas ações devem ter como perspectiva que esse setor ainda está em pleno processo de construção e de desenvolvimento de suas possibilidades.

As questões exemplificadas acima demonstram que, embora as propostas de trabalho das incubadoras tenham avançado em alguns aspectos, o processo de ruptura da rede de incubadoras que houve em 2002, em duas redes, em grande parte ainda não foi superado pelos seus integrantes, deixando lacunas no desenvolvimento e aprimoramento de sua proposta.

Com a mudança no cenário político no Brasil, devido à ascensão do Partido dos Trabalhadores ao Governo Federal em 2003, o movimento das Incubadoras Universitárias de Cooperativas de origem popular entra numa nova fase. Desde o início da década de 1990, a prática da economia solidária tem sido pauta constante dos programas eleitorais para governos estaduais e municipais do referido partido político, com uma das estratégias importantes e complementares para o enfrentamento do desemprego e da pobreza (Lechat, 2002). Alguns governos sob a gestão do partido, como o da prefeitura de Santo André, no estado de São Paulo, e o governo do Estado do Rio Grande do Sul, agendaram políticas públicas para fomentar o desenvolvimento dessa estratégia de ação, tendo as incubadoras como agente intermediário entre os empreendimentos e o governo (Cruz, 2001).

Assim, devido à experiência do Partido dos Trabalhadores com a economia solidária em nível municipal e estadual, no governo federal ela adquire um espaço na

agenda pública nacional. É criado um Plano de Ação para esse setor, o qual contempla cinco linhas de ação, entre as quais destaca-se o apoio às incubadoras universitárias de cooperativas. O apoio a esse tipo de instrumento de organização socioeconômica deve-se ao reconhecimento de sua trajetória nesse campo, à estreita vinculação que essa proposta tem com alguns dos dirigentes do governo, em especial da SENAES, e à possibilidade que essa estrutura tem não só de atuar no campo da extensão – de atuar diretamente com os empreendimentos, mas também de produzir conhecimento sobre essa temática e formar recursos humanos para trabalhar nesse setor.

Sejam quais forem as razões que levaram o governo federal a apoiar esse tipo de instrumento através da SENAES, o fato é que em 2004 sua proposta de trabalho foi ampliada para outras universidades. A secretaria, vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social – MDS, a Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP, a Fundação Banco do Brasil – FBB e o COEP, promovem a reativação do PRONINC. Nessa nova fase, a coordenação do programa é gerida por um comitê integrado por representantes dessas instituições e das duas Redes Universitárias. O resultado dessa política pública é a implantação e implementação de 33 programas de ITCPs distribuídas nas universidades brasileiras em 17 Unidades da Federação. A ampliação e a extensão da maior parte das incubadoras foi resultado da política pública. No Quadro 1, a seguir, estão listadas as ITCPs financiadas pelo PRONINC.

QUADRO 1 – ITCPs instaladas e em funcionamento em 2005 no Brasil

Instituição	Sigla	Ano de fundação
Região Sul		
1. Universidade do Estado do Rio Grande do Sul	UNIJUI	2004
2. Universidade do Vale do Rio dos Sinos	UNISINOS	1999
3. Fundação Universidade Federal do Rio Grande	FURG	2004
4. Universidade Católica de Pelotas	UCPel	2000
5. Fundação Universidade Regional de Blumenau	FURB	1999
6. Universidade Comunitária Regional de Chapecó	UNICHAPECÓ	2004
7. Universidade Federal do Paraná	UFPR	2004
8. Universidade Federal do Maringá	UEM	2004
9. Universidade Estadual de Londrina	UEL	2004
Região Sudeste		
10. Universidade Federal de São Carlos	UFSCAR	1999
11. Universidade Metodista de Piracicaba	UNIMEP	2004
12. Universidade Estadual de Campinas	UNICAMP	2001
13. Fundação Getúlio Vargas	FGV	2004
14. Universidade de São Paulo	USP	1999
15. Universidade Federal Fluminense	UFF	1998
16. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro	PUC-RJ	2004
17. Universidade Federal do Rio de Janeiro	UFRJ	1996
18. Universidade Federal de São João Del Rei	UFSJ-MG	1999
19. Universidade Federal de Viçosa	UFV-MG	2004
20. Universidade Federal de Juiz de Fora	UFJF	2004
Região Centro-Oeste		
21. Universidade Federal do Mato Grosso	UFEMAT	2004
22. Universidade de Brasília	UnB	2004
Região Nordeste		
23. Universidade Federal da Paraíba	UFPB	2001
24. Universidade Federal de Sergipe	UFS	2004
25. Universidade Federal de Alagoas	UFAL	2001
26. Universidade Federal Rural de Pernambuco	UFRPE	1999
27. Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia	CEFET-BA	2004
28. Universidade do Estado da Bahia	UNEB	1999
29. Universidade Federal do Ceará	UFC	1997
Região Norte		
30. Universidade Federal do Rio Grande do Norte	UFRN	2001
32. Universidade Federal do Amazonas	UFAM	2001
33. Universidade Federal do Pará	UFPA	2002

Fonte:- www.acompanhamentoproninc.org.br – organizada pela autora

*Foram computadas apenas as ITCPs que são alvo do PRONINC/2004/2005.

** As ITCPs que integram oficialmente a Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares estão grifadas em negrito, segundo os dados fornecidos pela ITCP/COPPE/UFRJ.

A partir da análise das informações contidas no Quadro 1, percebe-se que, das 33 incubadoras existentes no Brasil, 15 foram implantadas partir da reedição do PRONINC. O processo de implantação desses instrumentos foi contraditório. Se, por um lado, a política pública para esse setor favoreceu a ampliação para que outras universidades viessem a adotar essa proposta e permitiu que as incubadoras existentes aprimorassem e qualificassem sua prática, por outro lado contribuiu para fragmentar e descaracterizar o movimento de incubadoras universitárias. Isso porque muitas dessas instituições de ensino superior, embora não tivessem constituído projetos ou programas de extensão nos moldes de uma incubadora, já tinham uma trajetória de ação junto a empreendimentos de economia solidária, como é o caso da Incubadora Universitária da Fundação Universidade Federal do Rio Grande – INTECOOP/FURG²⁶. Porém, outras somente começaram a realizar ações de incubagem após aprovação de seu projeto junto ao PRONINC.

Com isso, não se está afirmando que as políticas públicas de apoio à economia solidária não são importantes para esse setor. Ao contrário, as políticas são fundamentais, principalmente quando são uma conquista do movimento e servem para ampliar as estratégias de organização desse setor. Entretanto, o processo de generalização das incubadoras, que resultou no PRONINC, precisa ser avaliado criticamente por todas as universidades envolvidas nesse processo, pois a difusão de uma proposta para grupos que não tenham um acúmulo teórico e prático nesse campo pode vir a descaracterizar o conteúdo político-ideológico orientador dessa ação, que possui alguns traços fundamentais e definidores para a consolidação da identidade do movimento.

Ademais, foi possível perceber, na análise do Quadro 1, que das 33 incubadoras distribuídas pelas quatro regiões do território nacional, 20 estão nas regiões Sul e Sudeste. Essa constatação poderia indicar que há uma relação entre a existência de experiências históricas de associativismo, cooperativismo e autogestão e a implantação de incubadoras, já que ambas as regiões têm tradição histórica nesse campo.

Um terceira variável que se tentou analisar, mas que não foi de todo possível por falta de informações disponíveis, foi saber quais as incubadoras que pertencem a uma

²⁶ Os trabalhos de organização socioeconômica de cunho popular surgem em 1997, através do projeto de “Apoio e Assessoria a Grupos de Economia Solidária”. A partir dessa experiência, foi aprovado e firmado o convênio com a FINEP, dando origem à INTECOOP-FURG, em agosto de 2004. Tal convênio oportunizou a qualificação técnica e humana do projeto, permitindo a ampliação quantitativa e qualitativa da equipe de trabalho.

ou a outra rede. Das 33 incubadoras, 15 pertencem à Rede ITCPs e algumas destas também pertencem à Rede UNITRABALHO. A falta de informações sistematizadas e disponíveis para outros integrantes de incubadoras e a sociedade como um todo expressa, mais uma vez, a desarticulação do movimento.

No Brasil existem duas redes universitárias de incubadoras de empreendimentos de economia solidária: a Rede ITCPs, que tem por objetivo “desenvolver e disseminar conhecimentos sobre cooperativismo e autogestão, contribuindo para o desenvolvimento da Economia Solidária (e) surge para integrar de forma dinâmica as incubadoras e favorecer a transferência de tecnologias e conhecimentos” (ITCP/COOPE/UFRJ, 2005); e a Rede UNITRABALHO, que tem vários programas, entre eles o Programa de Economia Solidária e Desenvolvimento Sustentável da Rede Unitrabalho, que tem como um de seus objetivos “Apoiar por meio do processo de incubação, a criação e viabilização de EES, oferecendo suporte organizacional e de autogestão” (UNITRABALHO, 2005). Contudo, as formas como cada incubadora se estruturou (e continua se estruturando) para cumprir esse objetivo são bastante heterogêneas e são objeto de intensa discussão por todos os atores que participam desse processo, pois ainda não há uma sistematização das experiências de trabalho. Existem algumas publicações no meio eletrônico, em revistas nacionais e internacionais, grande parte das quais tratando de relatos de experiência. Há ainda outros materiais produzidos em cadernos, polígrafos, *folders*, de circulação restrita no meio acadêmico.

Na busca por superar essas dificuldades, procurou-se reunir o máximo de material produzido sobre essa temática a fim de identificar e analisar os elementos orientadores da prática da economia solidária proposta pela universidade através das incubadoras, exposta no item a seguir.

2.3 – Concepção, metodologia e operacionalização das ITCPs

A proposta de organizar uma Incubadora de Cooperativas Populares, por parte do grupo de pesquisa da COOPE/UFRJ, havia partido de várias questões, entre elas: Quais são os diversos tipos de experiências históricas sobre a organização do trabalho, no

Brasil e em outros países, inspiradas nos princípios da Economia Solidária? Qual seria o papel e os instrumentos que as universidades poderiam acionar para enfrentar a proliferação de processos de exclusão social no Brasil? (Bocayuva, 2001).

Na década de 90, o debate sobre a exclusão social em vários setores da sociedade também chegou à universidade. Desde a década de 80, com o fim ditadura militar, alguns grupos de professores, funcionários e alunos vêm se preocupando em trazer as questões prioritárias da sociedade para dentro do espaço da instituição, para serem analisadas e discutidas mais profundamente. Não obstante, esses grupos buscam construir formas diversas de atender direta e indiretamente, social e economicamente, grande parcela da população que vive em processo de exclusão, através da organização popular. E no meio desses debates (originados no contexto universitário), na construção de novas possibilidades de ação por parte da universidade, são implantadas as ITCPs. Foi, portanto, uma proposta fortemente influenciada pelo seu tempo histórico, por todos os atores que passaram a discutir e a construir no espaço público estratégias alternativas factíveis de geração de renda e trabalho organizado cooperativamente e articulado a outras iniciativas.

Daí, umas das propostas que emergiram foi trabalhar no fomento e apoio a cooperativas populares. Cooperativas porque eram a forma jurídica até então mais apropriada para que trabalhadores organizados pudessem gerar trabalho com pouco ou nenhum capital. Além disso, havia a dimensão política da idéia de que as relações de trabalho, nesse tipo de organização coletiva, como eram de natureza mais solidária e autogestionária, poderiam servir de dispositivos para acionar processos emancipatórios nos trabalhadores associados. Populares porque o público-alvo dessas ações seria as camadas populares de baixa renda. Desse modo, as cooperativas populares foram consideradas um importante instrumento de inserção coletiva no mercado de trabalho, que possibilitaria gerar trabalho e renda e ao mesmo tempo promover a cidadania de seus integrantes (Bocayuva, 2001; Cruz, 2004a).

Depois de o grupo ter optado pelo cooperativismo popular para trabalhar com as populações excluídas do mercado de trabalho, outro desafio foi posto em questão. Como garantir às cooperativas populares a inserção no mercado de trabalho? Como garantir a viabilidade econômica desses empreendimentos de corte popular? Sabe-se de antemão que os trabalhadores integrantes dessa iniciativa na sua maioria têm baixa escolaridade e pouca ou nenhuma experiência de como “tocar um negócio”.

O acesso ao mercado de trabalho exige um instrumento sócio-técnico, uma Incubadora, para romper o quadro de fragmentação social e de precarização do mercado de trabalho, com seus correlatos culturais de marginalização e criminalização das populações faveladas. O cooperativismo apresenta-se como o instrumento mais próximo dessa abordagem política, como uma definição precisa de seu sentido e do seu limite como empresa de trabalhadores. A tensão entre a iniciativa autônoma e a limitação real de inserção no mercado do trabalho poderia exigir um instrumental técnico e educativo adaptado ao esforço de dar formalidade aos postos de trabalho e ocupações geradas, dando-lhes institucionalidade e garantindo viabilidade de cooperativas de corte popular (Bocayuva, 2001, p. 4).

A idéia de organizar um instrumento como uma incubadora veio a partir da experiência acumulada pelo grupo da COPPE, com a Incubadora de Empresa, instalada no UFRJ, mas, em vez de ter seu foco voltado para empresas tradicionais, teria seu foco voltado para cooperativas populares. Porém, por terem públicos-alvos diferentes, não só o conhecimento disponibilizado, mas a sua forma de transmissão deveria ser diferenciada.

Nessa perspectiva, a proposta de organizar no espaço acadêmico um instrumento de apoio ao cooperativismo popular foi inspirada nas Incubadoras Tecnológicas de Empresas. Devido à origem da proposta, alguns autores consideram que a concepção das duas incubadoras é a mesma, e que “a grande diferença está na metodologia utilizada, como nos explica Gonçalo Guimarães” (Pereira, 2002, p. 82). Além disso, existem outros autores e atores que compartilham essa perspectiva, como a Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos de Tecnologia Avançada – ANPROTEC. De outro lado, há teóricos e pesquisadores que consideram essa perspectiva um equívoco, pois quando ambos os instrumentos são analisados de forma mais apurada percebe-se que existem importantes diferenças (Azevedo et al., 2003; Pereira, 1998). As divergências manifestadas pelos diferentes autores estão relacionadas, em parte, à escassa produção sobre as Incubadoras de EES e de estudos comparativos entre elas. Nesse contexto, cabe descrever e analisar alguns produções sobre as diferenças e semelhanças que vêm contribuindo para o debate.

Tradicionalmente, as Incubadoras de Empresas têm suas raízes nos Estados Unidos da América, na Universidade de Stanford, na Califórnia, em 1937, quando jovens profissionais resolveram iniciar empreendimentos na região com o incentivo e o apoio da

universidade (Azevedo et al., 2003; Pereira, 2002). Contudo, é somente na década de 1970 que essa experiência se consolida pelo que se conhece hoje por Incubadora de Empresas, ou seja, como uma estratégia que “permite às empresas em formação se desenvolverem na etapa considerada mais crítica em sua consolidação”, no que diz respeito à “administração das dificuldades gerenciais e o estabelecimento inicial de relações fortes no mercado” (Pereira, 2002, p. 82), através do apoio proporcionado por profissionais altamente qualificados. Devido ao sucesso dessa experiência no final da referida década, outros países passam a estimular a implantação desse instrumento, como a França, Alemanha, Grã-Bretanha (Azevedo et al., 2003).

No Brasil, a implantação de incubadoras foi iniciada em 1980, como uma estratégia utilizada pelo governo para promover o desenvolvimento da economia através de programas públicos de apoio e estímulo à formação de Incubadoras de Empresas, vinculadas, na sua maioria, às universidades e centros de pesquisa²⁷. A proposta era promover um intenso processo de modernização das empresas, seguindo os padrões internacionais. Para dar conta dessa proposta, uma das estratégias utilizadas pelo governo foi a de aproximar dois setores da sociedade, o empresarial e a universidade. Com isso, as instituições de ensino superior passam a assumir o papel de agente indutor e provedor do processo de modernização empresarial, através da organização, dentro do seu espaço, de arranjos específicos responsáveis pela articulação da produção de conhecimento científico tecnológico gerado nesse espaço e de sua transferência para o setor empresarial, principalmente para micro e pequenas empresas de base tecnológica (Pereira, 1998).

Dessa forma, a universidade deixa de atuar como provedor gratuito de conhecimento para passar a ser um ator do processo de privatização desse, através da cobrança de direitos dos resultados da pesquisa por ela realizada e apoiar. Na verdade a proposta tem sido de que as universidades devem (...) procurar estreitar os vínculos entre o setor privado a fim de se poder legitimar na sociedade, assim como financiar suas atividades neovinculacionistas, principalmente as Incubadoras de Empresas, ganham lugar de destaque nas principais políticas públicas de Ciência, Tecnologia e Educação (Azevedo et al., 2003, p. 3).

²⁷ Segundo dados da ANPROTEC – Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos de Tecnologia Avançada, existem hoje cerca de 150 incubadoras espalhadas pelo Brasil, número que mal chegava a 10 em 1991. Estima-se em cerca de 1100 o número de empresas residentes nessas incubadoras, o que representa a geração de cerca de 6100 novos empregos (ANPROTEC, 2005).

Na década de 1990, a proposta de estreitar os vínculos da universidade com o setor privado, associada ao contexto da reestruturação produtiva e a reforma do Estado brasileiro, que tem entre as suas diretrizes a redução do orçamento para as instituições de ensino superior, reforça e amplia o discurso de que estas devem adotar uma nova postura: estreitar os seus vínculos com o setor privado e com isso poder financiar suas atividades, não mais custeadas integralmente pelo setor público. Uma das conseqüências desse processo é a acelerada expansão do número desses instrumentos, que antes de 1990 era de aproximadamente 10, já em 2000 chegava a 150 (ANPROTEC, 2005).

De modo geral, as Incubadoras de Empresas registram uma imensa variedade de tipos de Incubadoras, definidas a partir de diferentes critérios. Para efeitos de estudo, são referenciadas as tipologias apresentadas pela ANPROTEC. Nesse sentido, a Associação apresenta a tipologia conforme os critérios que seguem.

Em relação ao local em que se realiza a ação de incubagem, a ANPROTEC aponta os seguintes tipos de Incubadoras: a) Incubadoras fechadas – cada empresa possui espaços de trabalho constituídos de uma ou mais salas pequenas, mais os espaços coletivos a serem utilizados por todos, dentro da própria incubadora; b) Incubadoras abertas – as empresas incubadas não precisam estar instaladas no mesmo local, elas contam com os serviços de apoio/assessoria no local da empresa; c) Incubadoras mistas: podem ter ao mesmo tempo espaços de trabalho na própria incubadora ou prestar serviços de assessoria no local da empresa incubada.

Em função do tipo de empresa que a Incubadora abriga, apontam-se os seguintes tipos de incubadoras: a) Incubadora de Empresas de Base Tecnológica: é a incubadora que abriga empresas cujos produtos, processos ou serviços são gerados a partir de resultados de pesquisas aplicadas, e nos quais a tecnologia representa alto valor agregado; b) Incubadora de Empresas dos Setores Tradicionais: é a incubadora que abriga empresas ligadas aos setores tradicionais da economia, as quais detenham tecnologia largamente difundida e queiram agregar valor aos seus produtos, processos ou serviços por meio de um incremento no nível tecnológico que empregam. Devem estar comprometidas com a absorção ou o desenvolvimento de novas tecnologias; c) Incubadora de Empresa Mista: é a incubadora que abriga empresas dos dois tipos acima descritos.

Na maioria das experiências existentes, toda ação de incubagem está centrada em promover o desenvolvimento de inovações através do desenvolvimento de técnicas gestão, de produtos e de processos inovadores. O conhecimento é considerado essencial para o processo produtivo, uma vez que as idéias dos empreendedores são transformadas em produtos. Por isso, geralmente esse tipo de incubadora está vinculado a centros de pesquisa universitária de alta tecnologia (Pereira, 1998). As suas ações estão centradas no apoio oferecido às médias e pequenas empresas através: da disposição de infra-estrutura adequada, de assessoria gerencial, contábil, jurídica, apuração e controle de custos, gestão financeira, comercialização, exportação; da qualificação, treinamentos, cursos e *network*. Tudo isso é realizado objetivando de diminuir a taxa de mortalidade dessas empresas incubadas. Nesse tipo de arranjo institucional, a incubação é entendida como o momento em que “as empresas se instalam em um ambiente apropriado e passam a receber assessoria e acompanhamento por parte da incubadora e de seus parceiros, visando a desenvolver o negócio” (Pereira, 1998, p. 30).

Ao analisar o modelo de incubadora, nas diversas referências bibliográficas e nas pesquisas realizadas pela ANPROTEC, percebe-se que existe uma relativa homogeneidade. Uma das razões disso é o fato de esse modelo de instrumento já foi largamente experimentado, aperfeiçoado e sistematizado ao longo de mais de três décadas no mundo (não esquecer que a primeira surgiu em 1970!). As variações existentes desse modelo seguem a tipologia proposta. Para a entidade que coordena esse tipo de mecanismo no País, a ITCP pode fazer parte de seu universo, classificando-a como Incubadora Tradicional Aberta de Cooperativas Populares, que “presta os serviços necessários à montagem e acompanhamento do desenvolvimento de cooperativas” (ANPROTEC, 2005).

Diante disso, verifica-se que não estão muito claras para os diversos atores e autores as diferenças entre ambas as incubadoras universitárias no Brasil, pois não se pode considerar que o instrumento de apoio a empresas populares, por prestar serviços a esse tipo de organização, seja considerado como mais uma incubadora tradicional. Nesse sentido, a realização de alguns estudos nessa perspectiva são de grande valia, como a pesquisa desenvolvida pela Universidade Estadual de Campinas, que realizou um estudo comparativo entre a ITCP e a Incubadora de Empresas de Base Tecnológica – IEBT instaladas na própria universidade. Os resultados da pesquisa apontaram que, embora ambas as Incubadoras tenham um papel essencial no processo de desenvolvimento da

economia brasileira, há importantes diferenças. No Quadro 2 é possível estabelecer de forma sistematizada as diferenças apontadas entre as Incubadoras: ITCP e IEBT.

QUADRO 2 – Características que permitem diferenciar as incubadoras tecnológicas de cooperativas populares das incubadoras de empresas de base tecnológica

Características	ITCP	IEBT
Em relação ao público- alvo	Desempregados e /ou informais, com baixo grau de escolaridade	Profissionais altamente qualificados
Em relação à gestão	Compartilhada entre seus sócios-trabalhadores	Apropriação individual
Em relação à tecnologia	Uso de tecnologias mais apropriadas para as cooperativas	Desenvolvimento e o uso de tecnologias convencionais (de ponta)
Em relação à missão	Promoção de políticas voltadas para combater o desemprego e a exclusão social	Desenvolvimento de tecnologias de ponta

Fonte: Azevedo et al., 2003 – organizado pela autora.

As informações contidas no Quadro 2 auxiliam no entendimento das diferenças das duas incubadoras universidades: primeiro, as IEBTs, em geral, atendem a um público-alvo com altos níveis de escolaridade, muitos egressos da universidade ou vinculados a centros de pesquisa. Já as ITCPs têm com público-alvo pessoas com baixos níveis de escolaridade, muitos analfabetos ou semi-analfabetos. Esse é um fator importante, pois à medida que o nível de escolaridade é menor, diminuem suas competências no gerenciamento do negócio, mesmo que seja uma cooperativa, porque as pessoas, por não terem educação básica, enfrentam muitas dificuldades, como por exemplo, para emitir uma nota fiscal. Considerando essas questões, as ITCPs partem de um outro ponto, precisando investir fortemente na educação e formação do seu público.

Um segundo aspecto é a questão tecnológica. Normalmente, o processo de produção de bens e serviços dos empreendimentos incubados pela IEBT é intensivo em tecnologia, buscando aumentar a produtividade, tanto na esfera da gestão da força de trabalho como no processo produtivo, o que faz como que o processo “de geração da renda

e na acumulação do capital dos empreendimentos incubados por ambas as incubadoras sejam opostos, cabendo aos empreendimentos da IEBT a maior geração de renda e a maior concentração da mesma” (Azevedo et al., 2003, p. 12). Por outro lado, as empresas incubadas pelas ITCPs buscam adequar as tecnologias geradas na universidade para a realidade do público-alvo dessas iniciativas, tornando-as de manejo mais fácil, democratizando o saber sobre o seu uso e buscando que sejam intensivas em mão-de-obra.

Um terceiro aspecto refere-se ao processo de gestão. Enquanto nas cooperativas incubadas pelas ITCPs a gestão do empreendimento é compartilhada entre os seus sócios-trabalhadores, obedecendo uma outra racionalidade, que é capaz de proporcionar uma outra forma de relações de trabalho, já nos empreendimentos incubados pela IEBT a gestão é individual, reforçando as tradicionais formas de relação de trabalho.

Um quarto aspecto, talvez o mais importante, é a missão que ambos os instrumentos expressam. Ou seja, a questão central é saber: Por que e para que esses arranjos institucionais são organizados e implantados nas universidades brasileiras? Quais são os pressupostos norteadores que dão substrato a essa estratégia de ação?

Trata-se de duas propostas de ação que refletem, em parte, duas visões diferentes sobre o papel e a relação da universidade com a sociedade. A instituição universitária, por ser uma instituição social, absorve e exprime idéias e práticas existentes na sociedade (Chauí, 2001). Frente a uma nova conjuntura de transformação econômica, social e política no Brasil, algumas dessas idéias e práticas tornaram-se dominantes e outras não. Nesse sentido, o que se tornou dominante é “a aceitação da idéia de modernização racionalizadora pela privatização e terceirização das atividades universitárias, a universidade participando da economia e da sociedade como prestadora de serviços às empresas privadas” (Chauí, 2001, p. 36). Ou seja, há uma perspectiva de que a universidade, assim como qualquer instituição social, deve buscar reorganizar-se internamente e se readaptar externamente às novas exigências do mercado, guiando-se pelos parâmetros da eficiência e da eficácia, os quais se apóiam na corrente teórica neoliberal. Além disso, a instituição deve procurar aproximar-se do setor empresarial através da contratação de serviços de ensino e pesquisa. E foi sobre essa visão que foram implantadas as IEBTs.

As ITCPs reivindicam para si e tentam construir um outro papel e estabelecer uma outra forma de relação com a sociedade, buscando disponibilizar e socializar o conhecimento científico-tecnológico gerado para os setores mais afetados pelas transformações produtivas e pela reforma do Estado: a classe-que-vive-do-trabalho. Ou seja, elas surgem do contexto de discussões sobre qual deve ser o papel da universidade frente ao agravamento do desemprego e miserabilidade, da má distribuição de renda, do baixo crescimento econômico e da pressão exercida por uma parcela da sociedade que necessita de respostas imediatas. Essa visão estabelece uma posição crítica em relação à primeira e “defensiva em favor do ensino público e gratuito, procurando fortalecer a mobilização sindical e reclamando um novo papel do Estado no apoio à pesquisa e à produção de tecnologia” (Cruz, 2004a, p. 41). E foi em meio a essas discussões que foram organizadas e implantadas as ITCPs.

Portanto, ambas as incubadoras têm como ponto comum o fato de serem ações de extensão universitária mas organizadas e implantadas dentro do espaço acadêmico por grupos de docentes, discentes e técnicos a partir de *visões sociais* diferentes, que expressam um “conjunto de idéias sobre o homem, a sociedade, a história e sua relação com a natureza (...) ligada aos interesses e a situação de certos grupos” (Lowy, 1985, p. 13). Conseqüentemente, expressam conceitos, buscam alcançar objetivos e escolhem procedimentos metodológicos diferenciados. Para uma melhor compreensão, o item a seguir estabelece uma sistematização da proposta de trabalho das Incubadoras Universitárias de Cooperativas de cunho popular.

2.3.1 – A proposta de trabalho

A proposta de trabalho pelas ITCPs no campo da economia solidária não podem se entendidas simples e unicamente, senão por meio de um conjunto de elementos – que servem para materializar a sua prática. Nesse sentido, é mister serem feitas algumas observações referentes a esses elementos.

O surgimento das ITCPs e de outros empreendimentos de economia solidária esteve ligado, como exposto anteriormente, ao

movimento de Ação pela Cidadania Contra a Fome e a Miséria pela Vida, na cidade do Rio de Janeiro, em 1993. Trata-se de projetos ou programas de extensão universitária que têm como objeto de ações os empreendimentos de economia solidária principalmente localizados na comunidade vizinha à universidade (Singer, 2000; Guimarães, 2000; Bocayuva, 2001), com o objetivo de promover a “inserção social e econômica de setores excluídos do mercado de trabalho, a partir de uma perspectiva ética que valoriza, entre outros elementos, os protagonismo das camadas populares, a autogestão de empreendimentos” (Seminário de Incubadoras de Cooperativas do PRONINC, 2005, p. 5).

Tal objetivo proposto manifesta a posição ético-política do projeto. Um posicionamento político de atuar junto aos sujeitos que vivem-do-trabalho que estão excluídos ou em processo de exclusão social, esforçando-se por organizar esses sujeitos de outra maneira no mundo do trabalho, a partir de práticas mais democráticas, autogestionárias, participativas e solidárias, valorizando o fator trabalho. Essa dimensão é um dos principais elementos aglutinadores dos projetos de incubagem.

O objetivo de promover a inserção social e econômica a partir da organização fundada nos elementos que caracterizam a economia solidária é executado por meio de um processo chamado incubação. Trata-se de um conjunto diversificado de atividades que se realiza por sucessivas aproximações entre a universidade e EES, o qual é resultado da “interação entre incubadoras e grupos ou cooperativas incubadas, com uma grande diversidade de formas de atuação neste processo, tendo como ponto de partida a realidade e as demandas dos grupos apoiados, com forte caráter formativo” (Sanchez; Kruppa, 2002, p. 9).

Nesse sentido, o processo de incubação é produto do encontro e da interação de dois espaços, o acadêmico e o comunitário (Cruz, 2004a; 2004b). Porém, devido às características e especificidades que se manifestam em cada espaço, a forma como se efetua esse processo varia de uma incubadora para outra. Em linhas gerais, a metodologia utilizada por cada um dos projetos tem como ponto comum o pressuposto de que deve ser progressiva e contínua, devendo ser planejada de acordo ao conjunto de características e necessidades manifestas e latentes dos grupos.

A fim de alcançar o objetivo – a inserção coletiva dos trabalhadores no mercado – e, com isso, gerar renda e trabalho e, através disso, promover a cidadania, a proposta de incubagem orienta-se pelos princípios de:

a) **autogestão**: o controle e a socialização da gestão da cooperativa pelo conjunto dos associados, através do exercício da democracia interna, por meio de instâncias diretivas livremente formadas e eleitas, assegurando-se a transparência no exercício e sua fiscalização por órgãos independentes, comprometida com valores éticos.

b) **viabilidade econômica**: uma forma de organização social que procura garantir a geração de trabalho e renda para todos os associados, através de sua inserção e sustentação no mercado, ou seja, garantir sua auto-sustentação.

c) **valorização do trabalho**: o trabalho é considerado o elemento central do empreendimento, que deve ser realizado dentro da unidade econômica de forma cooperada, através do estabelecimento de relações de confiança, reciprocidade e compromisso entre os associados.

d) **valorização da educação**: o desenvolvimento de todas as atividades de incubação deve visar a um processo constante e sistemático de formação e qualificação dos trabalhadores-associados para desempenhar as atividades necessárias e requeridas em nível técnico e profissional.

(Sanchez; Kruppa, 2002).

Visando a dar conta dos objetivos e princípios, a prática de incubagem é um processo essencialmente sociopedagógico, que busca construir o conhecimento a partir da troca de saberes entre a incubadora e as iniciativas, para possibilitar a viabilidade econômica e autogestão dessas iniciativas. Para isso, é necessário um conjunto de atividades que inclui: assessoria, produção de pesquisas tecnológicas, qualificação e formação dos trabalhadores (para a produção, para a gestão e para a inovação). Essas atividades são operacionalizadas mediante a organização de equipes interdisciplinares de trabalho integradas por docentes, discentes, técnicos oriundos das diversas áreas do conhecimento (Guimarães, 2000; Singer, 2000; Cruz, 2004b; Bocayuva, 2001).

Assim, as Incubadoras Tecnológicas com a ação voltada para as cooperativas de origem popular constituem-se enquanto projetos, programas ou órgãos das universidades com a finalidade de dar suporte à formação e desenvolvimento de cooperativas criadas de grupos excluídos do mercado formal e informal de trabalho, através da disponibilização do saber científico acumulado nessas instituições aos

trabalhadores organizados em empreendimentos de economia solidária. Por tratar-se de experiência ainda muito nova no campo da economia solidária (vale lembrar que a primeira surgiu em 1995) e inserida em contextos regionais-locais e institucionais diferentes, o processo não é pré-codificado em uma única metodologia. Nesse sentido, não há rotinas ou procedimentos preestabelecidos. O que há, sim, são princípios norteadores, assimilados por grande parte das ITCPs, que constroem a metodologia de ação segundo as necessidades e as possibilidades que a conjuntura lhes coloca.

Essa forma de atuação das ITCPs é estabelecida em encontros e seminários que, através da troca de experiências permitem estabelecer níveis de identidade com a proposta e apontar alguns caminhos. Nesses momentos é que se discute e se tenta definir o caminho de trabalho.

Desse modo, ao se referir às ITCPs não se pode afirmar que existe uma única metodologia, mas um conjunto diversificado, cada uma das quais, por sua vez, em um processo permanente de construção, na medida em que a cada ação de incubagem são avaliadas as experiências junto aos empreendimentos econômicos incubados e, conseqüentemente, são redefinidas as estratégias de ação. As incubadoras de cooperativas são experiências totalmente brasileiras, ainda muito recentes no campo das ações coletivas, e isso faz, em parte, com que não exista um formato homogêneo a ser seguido.

Pelo exposto, a prática de incubagem, enquanto experiência que advém da universidade brasileira no campo da economia solidária, segue objetivos e princípios orientadores comuns. Porém, a forma como cada ITCP se organizou e operacionalizou esses objetivos e princípios varia muito de incubadora para incubadora. Assim, a seguir será descrita e analisada a experiência da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Católica de Pelotas – INTECOOP-UCPel.

3 – A INCUBADORA TECNOLÓGICA DE COOPERATIVAS POPULARES

A Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Católica de Pelotas – INTECOOP-UCPel foi implantada em 2000, como um projeto interdisciplinar de extensão. Seu principal objetivo é dar suporte à formação e ao desenvolvimento de empreendimentos de economia solidária criados por iniciativa de grupos de desempregados ou daqueles que vivenciam situações de precarização do trabalho, na região de Pelotas, através da socialização do conhecimento científico e tecnológico acumulado na Universidade Católica. Uma ação que se volta para apoiar uma forma de organização socioeconômica que seja viável e autogestionária.

Assim, o objetivo deste capítulo é realizar uma análise crítica sobre a experiência de economia solidária, a partir da proposta de trabalho da INTECOOP-UCPel no município de Pelotas-RS no período de 2000-2005.

3.1 – Procedimentos metodológicos da pesquisa empírica

Nos capítulos anteriores, procurou-se compreender o movimento de desenvolvimento e ampliação da prática da economia solidária no Brasil, à luz das transformações econômicas, sociais e políticas. Entendeu-se que esse campo, por ser muito novo e ainda estar em curso, não só expressa um conjunto diversificado de formas de organização do trabalho, mas a cada momento essas formas são renovadas e outras são criadas. Entre essas formas, destaca-se, para efeitos de pesquisa, a proposta das universidades brasileiras, manifestada através das Incubadoras Tecnológica de Cooperativas Populares – ITCPs.

Tais iniciativas de apoio, no campo da economia solidária, constituem-se em projetos ou programas de extensão universitária de caráter interdisciplinar que se expressam no campo da economia solidária, através do que a literatura sobre essa temática denominou prática de incubagem. Uma ação que, embora siga princípios e objetivos comuns às demais incubadoras universitárias, assume particularidades em função do grau

do desenvolvimento econômico e social da região e especificidades de acordo com as características locais-institucionais (universidade) e as necessidades dos empreendimentos econômicos.

A partir desse pressuposto, a presente pesquisa foi estruturada no sentido de analisar a prática de economia solidária proposta pelas Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, buscando: (a) identificar os elementos que definem essa ação, a fim de poder elencar alguns elementos que pudessem servir para caracterizar essa ação; b) desvelar limites e possibilidades, para que estes possam se transformar em potenciais de trabalho e alternativas de ação reais e concretas no campo da organização socioeconômica, para todos os trabalhadores sociais.

A fim de dar maior visibilidade e concretude às experiências das incubadoras no espaço universitário, escolheu-se para analisar a Incubadora da Universidade Católica de Pelotas, cuja experiência acumulada ao longo de cinco anos vem se constituindo em uma importante referência para outras universidades, como a Fundação Universidade Federal do Rio Grande, a Universidade Estadual do Oeste, de Chapecó, a Universidade Estadual de Campinas, a Universidade Autônoma da República Oriental do Uruguai.

Considerando esses objetivos, buscou-se adotar uma metodologia adequada. Para isso, partiu-se do princípio de que a metodologia compreende a concepção teórica da realidade estudada, mas também os procedimentos metodológicos elencados, os quais possibilitam captar a realidade em questão. Nessa perspectiva, a teoria e a metodologia caminham juntas, ou seja, a escolha do método de estudo acompanha a escolha dos procedimentos metodológicos utilizados (Minayo, 1992). Nesta pesquisa optou-se por uma abordagem dialético-crítica, buscando encontrar na parte estudada a compreensão e a relação com o todo, inter-relacionando a interioridade com a exterioridade, destacando a historicidade do fenômeno estudado e suas contradições (Minayo, 1992; Lowy, 1985).

Inicialmente, foi realizada uma análise documental nos livros de atas da INTECOOP-UCPel, em anais de congressos, seminários, fóruns de economia solidária, projetos, planos de trabalho, relatórios de projetos e atividades e publicações realizadas no período de março de 1998 a agosto de 2005. Nesses documentos foram levantados dados relativos: ao objetivo geral; à metodologia; ao apoio institucional interno e externo; à estrutura do programa; aos EES incubados, e à trajetória histórica.

Numa segunda etapa e de forma complementar, foram colhidas informações pertinentes ao objeto de estudo com os atores acadêmicos e o público-alvo do programa, através da técnica de entrevista na forma semi-estruturada (Minayo, 1992). Essa coleta de informações teve por objetivo compreender e aprofundar os diferentes limites e as potencialidades da prática de economia solidária proposta pela Incubadora, a partir das percepções desses atores.

Para a realização desse fim, foi efetuado um corte qualitativo no universo da pesquisa, trabalhando-se com uma amostra não-probabilística intencional (Marconi; Lakatos, 2002). A escolha desse tipo de corte deveu-se ao fato de que nesta pesquisa não houve a preocupação de buscar elementos que pudessem ser generalizados, mas sim de tentar compreender e aprofundar as questões relacionadas com a prática de incubagem, o que permitiu que o critério utilizado no processo de definição da amostra não fosse numérico (Minayo, 1992).

Com essa orientação, foram realizadas 15 entrevistas. Destas, oito foram efetuadas com os gestores e executores do programa, dos quais: dois são coordenadores gerais do programa, dois são coordenadores das equipes de incubagem, dois são técnicos executores e dois são monitores. A maioria dos entrevistados escolhidos tinha no mínimo três anos de atuação junto ao programa, com exceção dos monitores e um coordenador de equipe de incubagem, que ingressaram no programa em 2004. As outras seis entrevistas foram realizadas com os participantes dos empreendimentos de economia solidária incubados pelo programa. Destes, foram escolhidos empreendimentos incubados nas diferentes fases do programa, a fim de poder compreender e reconstituir a prática de incubagem a partir das várias experiências desenhadas junto ao público-alvo. Os sujeitos entrevistados foram os presidentes das iniciativas econômicas ou pessoas indicadas por eles.

Para análise dos dados seguiram-se os procedimentos quantitativos e qualitativos para mensurar e quantificar as informações relevantes referentes ao programa, visando a dar visibilidade à proposta. Também foi analisada a percepção dos diferentes atores, com o intuito de compreender e aprofundar a prática de incubagem. Nesse sentido, foi usada para análise do material obtido nas entrevistas a análise textual discursiva (Moraes, 2003a; 2003b).

Seguindo os procedimentos metodológicos, as diferentes fases da análise textual discursiva foram organizadas em quatro momentos cronológicos: 1) as leituras exaustivas e repetitivas dos textos, procurando identificar e apreender as idéias centrais que os atores sociais expressam. Os conjuntos de textos constituem os *corpus* textuais da análise dos dados; 2) a desconstrução e a unitarização do *corpus* textual, em que o texto é fragmentado em unidades de análise em torno das idéias centrais que emergem repetidamente nos textos. Nesse momento faz-se uma leitura transversal de cada *corpus*, destacando de cada entrevista os elementos relacionados com as unidades de análise; 3) categorização, que permite desmembrar ainda mais as unidades de análise, procurando estabelecer relações entre si, as quais são reagrupadas na forma de categorias; 4) a produção do texto, que é o processo de explicitação, interpretação e confronto das categorias emergentes com a teoria, na forma de um texto, o que permite uma nova compreensão sobre o objeto de estudo.

Para análise quantitativa, as informações numéricas extraídas dos documentos analisados foram agrupados e categorizados conforme: o tipo de iniciativa de economia solidária incubada; o tipo de público-alvo; o local de incubagem; o número de trabalhadores envolvidos e o número de acadêmicos envolvidos. A seguir, as informações foram sistematizadas em quadros e em tabelas explicativas.

Assim, os procedimentos quantitativos e qualitativos de análise dos dados foram empregados de maneira articulada e complementar, possibilitando um aprofundamento maior do objeto de estudo.

Para uma melhor compreensão e aprofundamento dos resultados apresentados nesta pesquisa, faz-se necessário compreender o contexto econômico e político em que a proposta da INTECOOP-UCPel é construída.

3.2 – Contexto local-regional da pesquisa

O município de Pelotas localiza-se a cerca de 250km ao sul de Porto Alegre, à margem da Lagoa dos Patos e próximo ao porto marítimo de Rio Grande, ponto de escoamento da produção agrícola e industrial da região. Possui uma população de 323.034

mil habitantes – destes, 300.950 residem na zona urbana e 22.082 na zona rural (ITEPA, 2003)²⁸, portanto a maior parte da população está localizada na zona urbana. O município é considerado um pólo econômico regional, cuja economia é caracterizada pela “especialização de suas atividades, assentada em ramos tradicionais como a agroindústria e a produção de alimentos” (Collares; Farias, 2005, p. 1).

Nas últimas décadas, o município de Pelotas, assim como os demais municípios da região sul, foi atingido pelos impactos provocados pela reestruturação produtiva operada, preponderantemente, no setor agroindustrial. Soma-se a esse processo a adoção de políticas de abertura dos mercados, na década de 90, as quais expuseram os produtos regionais- locais a uma situação de desvantagem em relação aos produtos internacionais. O resultado desses processos foi a desativação ou desaceleração de várias unidades produtivas locais – por exemplo, houve uma diminuição do número de unidades produtivas do setor conserveiro, que na década de 1990 totalizava 23 empresas, as quais em 2002 foram reduzidas a 12 (Collares; Farias, 2005), o que contribuiu para a diminuição significativa de postos de trabalho no mercado formal. Somente em 2002 foi registrada a perda de aproximadamente 13.064 (21,9%) empregos com vínculo.

Por outro lado, a região de Pelotas, bem como todo o Rio Grande do Sul, caracterizou-se no cenário político e social pela emergência e evolução de diferentes agências de fomento a experiências associativas (Gaiger, 2000). Um dos pontos de partida para desencadear esse processo de organização socioeconômica foi o trabalho realizado pela Cáritas Brasileira, que desde meados de 1980 desenvolve ações de incentivo à geração de trabalho e renda em torno das comunidades pobres da cidade. Outra experiência importante de associativismo na região é a do Movimento dos Trabalhadores sem Terra – MST, que a partir dos assentamentos instalados nos municípios de Pelotas, Capão do Leão, Canguçu, Piratini, Herval e Cristal, desde meados da década de 1990, vem organizando a produção e a comercialização de seus produtos de forma associativa. Nessa mesma direção, a da Universidade Católica de Pelotas, que através da escola de Serviço Social, desenvolvia nas Vilas Reunidas do FRAGETT um projeto de extensão de incentivo à organização de cooperativas de trabalho. Além dessas, foram germinando muitas outras experiências, que desenvolveram suas ações de forma isolada na região. Em outra faixa, o

²⁸ Boletim informativo n.º 14/2003 – Banco de Dados da Zona Sul – Instituto de Pesquisa e Assessoria da UCPel – ITEPA.

Governo do Estado do Rio Grande do Sul, na gestão do Partido dos Trabalhadores – PT, a partir de 1999 criou pela primeira vez na história do Rio Grande do Sul o Programa de Investimentos da Secretaria Estadual de Desenvolvimento e Assuntos Internacionais – SEDAI²⁹, que no seu programa de governo contemplou ações de apoio a empreendimentos de economia solidária mediante a contratação de organizações da sociedade civil. Uma das principais organizações de apoio contratada para mediar a relação do Estado com os empreendimentos foi a Associação Nacional de Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária (ANTEAG). Soma-se ainda a esse processo de ampliação do campo da política pública voltada para a economia solidária o Orçamento Participativo do Governo do Estado, em 2001, que definiu a geração de trabalho e renda como a segunda prioridade de investimento para 2002 (Cruz, 2001).

Por tudo o que foi exposto, o desenvolvimento e ampliação das experiências no campo da economia solidária, no Estado do Rio Grande Sul, especificamente no município de Pelotas e sua região de entorno, foi resultado da reestruturação produtiva, do processo de desregulamentação do mercado, entre outros fatores, o que implicou a desindustrialização regional acelerada. Conseqüentemente, os postos de trabalho diminuíram, expressos pelo aumento dos índices de desemprego. Por outro lado, há na região uma larga experiência acumulada por vários atores sociais no campo da organização social, junto aos setores excluídos da região e de Pelotas, que, frente a uma conjuntura de crise, passam a ter como instrumento de ação a organização socioeconômica na perspectiva da economia solidária. Entre esses atores destaca-se a Universidade Católica de Pelotas, que passa a atuar nesse campo no final da década de 1990, por meio da Incubadora de Cooperativas Populares. É esse contexto econômico, social e político em âmbito local que irá influenciar na implantação da Incubadora Universitária.

²⁹ O Programa de Economia Popular e Solidária, dirigido pela Coordenação de Economia Popular e Solidária (Ecopopsol) da SEDAI, do Estado do Rio Grande do Sul, começou a operar desde meados do primeiro semestre de 1999 e foi até o final de 2001. Durante esse período, mais de 120 cooperativas foram organizadas e apoiadas, orientadas por princípios autogestionários e estruturadas nos mais diversos ramos da produção e dos serviços. Em número de unidades e em número de trabalhadores, grande parte ficou concentrada na região metropolitana de Porto Alegre, que agrega o Vale dos Sinos, tradicional região de indústria de calçados (Cruz, 2001).

3.3 – Processo histórico de formação e implantação

Historicamente, é em agosto de 1999, no I Seminário Regional de Economia Popular Solidária – Sul RS, realizado pelo Núcleo Local UNITRABALHO da Universidade Católica de Pelotas, que foi lançado o **Projeto Interdisciplinar de Extensão: Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da UCPel**. O lançamento contou com a presença do coordenador da Rede Nacional de Incubadoras, Prof. Dr. Gonçalo Guimarães, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, além de outras autoridades, pesquisadores, alunos, representantes de sindicatos e movimentos sociais. Embora o projeto de implantação de uma Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares tenha sido lançado em agosto de 1999, a história do projeto teve início bem antes, em 1998, quando um grupo de professores de diferentes áreas do conhecimento, como Filosofia, Sociologia, Serviço Social, Psicologia, Direito, entre outras, decidiu reunir-se sistematicamente para estudar e discutir as questões referentes às relações de trabalho e o papel da Universidade frente a essas questões. A partir dessas reuniões, o grupo de professores resolveu fundar na Universidade um núcleo interdisciplinar de estudos sobre o mundo do trabalho, o **Núcleo Local UNITRABALHO** da Universidade Católica de Pelotas, o qual foi implantado oficialmente no dia 17 de setembro de 1998³⁰. O Núcleo Local UNITRABALHO da UCPel, seguindo a proposta estatutária da Rede UNITRABALHO – Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas Sobre o Mundo do Trabalho, procurou desde o princípio não ficar restrito apenas ao estudo e à pesquisa do mundo do trabalho com especificidade em questões regionais e locais, mas também procurou sistematizar alternativas de enfrentamento das conseqüências das mutações do mundo do trabalho, principalmente aquelas que atendem os grupos mais afetados pela crise nacional/regional. A proposta do grupo foi, desde o começo, estudar alternativas reais e viáveis que pudessem ser implementadas na Universidade. Na esfera nacional havia dois

³⁰ Fizeram parte do lançamento do Núcleo Local UNITRABALHO estudantes, professores, o reitor da UCPel, o diretor da Escola de Serviço Social, a Diretoria Executiva da Rede UNITRABALHO, o Coordenador da Regional Sul da UNITRABALHO, a Reitora da Universidade Federal de Pelotas, a Coordenadora do Núcleo UNITRABALHO UFPel, representantes da Regional Sul da CUT e o Sindicato dos Bancários de Pelotas. Foi fundado o Núcleo Local UNITRABALHO da UCPel, o qual está inserido na Escola de Serviço Social – UCPel (ata de instalação do Núcleo Local UNITRABALHO da Universidade Católica de Pelotas, 17 out. 2000).

projetos em andamento vinculados à Rede UNITRABALHO³¹: o Projeto de Pesquisa sobre Economia Solidária e Autogestão, coordenado pelo Prof. Dr. Paul Singer, do Departamento de Economia da USP, e o Projeto Permanente da Rede Interuniversitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, coordenado pelo Prof. Dr. Gonçalo Guimarães, da coordenação de Pós-Graduação e Pesquisa em Engenharia da UFRJ.

A partir das referências nacionais desses dois projetos, em 1999, os integrantes do Núcleo Local UNITRABALHO passaram a engendrar esforços para a criação de uma Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares. Embora as experiências de outras incubadoras ainda fossem muito recentes (não esquecer que a primeira ITCP surgiu apenas em 1995) e existisse pouca literatura sobre economia solidária associada às ITCPs³², o grupo iniciou seus trabalhos através da sistematização de pesquisas de métodos, conteúdos e atividades vinculadas ao processo de incubação de cooperativas populares, já implementadas por outras incubadoras no Brasil e de incubadoras de empresas. O projeto tomado como referência foi a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal do Rio de Janeiro – ITCP /COPPE.

Nesse mesmo ano, o Núcleo Local da UNITRABALHO/UCPel promoveu o I Seminário de Economia Popular Solidária Sul – RS³³, em que foi lançada oficialmente para a comunidade acadêmica a proposta de criar uma Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares. O lançamento da proposta contou como o apoio do Coordenador da Rede Universitária das ITCPs. Em setembro do mesmo ano, o coordenador da Rede voltou à UCPel para relatar a experiência da ITCP/UFRJ para os integrantes do Núcleo Local UNITRABALHO, expondo os objetivos, a metodologia desenhada pela UFRJ, bem como os problemas e desafios que o projeto encontrou para ser implantado e desenvolvido.

³¹ A Rede UNITRABALHO concretiza sua missão através da elaboração e implementação de projetos, a saber: a) projetos de referência – considerados de vital importância para a compreensão do mundo do trabalho. Têm como um de seus objetivos integrar as instituições acadêmicas das diversas regiões; b) os programas permanentes, que concretizam de maneira emblemática a missão da UNITRABALHO e devem possuir abrangência nacional (Rede UNITRABALHO, jul. 1999).

³² Em 1998, além da COPPE /UFRJ, somente tinham projetos de incubadoras implementados e financiados por instituições públicas a Universidade Federal do Ceará, a Universidade de São Paulo, a Universidade Federal de Juiz de Fora, a Universidade Estadual da Bahia e a Universidade Federal Rural de Pernambuco. Fonte: www.acompanhamentoproninc.org.br. Acesso em 16 ago. 2004.

³³ O I Seminário Regional sobre o Trabalho e Economia Popular Solidária foi promovido pela Universidade Católica de Pelotas, através do Núcleo Local UNITRABALHO, em parceria com o Governo do Estado do Rio Grande do Sul (Fonte: ofício /convite, Pelotas, 14 out. 1999).

Embora a ITCP da UFRJ fosse uma experiência importante e de referência, o grupo da UNITRABALHO local teve um importante desafio, o de adaptar a proposta dessa ITCP para a realidade local/regional e institucional. Os estudos e as discussões continuaram ao longo desse ano, culminando com a realização de um seminário interno, no dia 12 de outubro. Nesse momento o grupo decidiu, além de estudar e sistematizar as várias formas de organizar os trabalhadores na perspectiva da economia solidária proposta pelas incubadoras já implementadas, também estudar sobre a história do cooperativismo e da conjuntura nacional/regional/local, buscando subsidiar teoricamente a ação que se pretendia realizar. Essas informações serviram para apresentar a proposta aos gestores da UCPel, ou seja, a Reitoria, com o objetivo de garantir o apoio à implantação do projeto; buscar possíveis parceiros sociais que pudessem contribuir com a proposta, principalmente do ponto de vista financeiro. Nesse contexto, à luz das experiências em curso em outras universidades, a proposta começou a ganhar força no grupo.

Ao longo do ano de 1999, foram configuradas as linhas fundamentais que definiram o projeto da INTECOOP-UCPel, no entanto somente no primeiro semestre de 2000 foi iniciado o processo de implantação do Projeto Interdisciplinar de Extensão: Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da UCPel. Posteriormente, à medida que os atores acadêmicos foram acumulando experiência junto aos EES e avaliando os resultados alcançados, a prática de incubagem foi sofrendo modificações. Ainda que no dia-a-dia as atividades de incubagem frente às dificuldades emergentes demandem sempre pequenas inovações e/ou revisões dessa prática, essas modificações foram sistematizados pelos gestores do programa em três momentos, a saber:

1º MOMENTO: Projeto Interdisciplinar de Extensão – Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares. Período de 2000-2001.

2º MOMENTO: Projeto de Assessoramento de Incubagem das Iniciativas de Geração de Renda da Incubadora Duna. Período: 2002-2003.

3º MOMENTO: Programa Permanente – Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares. Período: 2004-2005.

Cada um desses momentos foi sistematizado na forma de projetos ou programas e corresponde a um determinado período. A seguir serão apresentados os eixos centrais da proposta de trabalho da incubadora e indicadas as principais variações que

sofreu a prática ao longo dos cinco anos de experiências junto às iniciativas econômicas populares. A identificação dessas variações é importante, pois entende-se que estas são decorrentes das dificuldades e dos desafios enfrentados ao longo do processo de incubagem. Com isso, podem servir de referência para que outros grupos em outras incubadoras universitárias possam discutir a sua proposta de trabalho.

3.4 – A prática de economia solidária proposta pela INTECOOP-UCPel

A experiência da UCPel no campo da economia solidária, através da INTECOOP, procurou, ao longo dos cinco anos de prática, manter os objetivos e princípios propostos pela Rede ITCPs. Contudo, a análise do caminho trilhado na construção dessa proposta pelo grupo de trabalho da incubadora revela as especificidades e as particularidades dessa experiência, resultantes do aprendizado acumulado entre a universidade e as várias iniciativas de economia solidária. A fim de facilitar a sistematização da análise da prática de incubagem, foram utilizados os seguintes eixos: 1) a proposta de trabalho da INTECOOP-UCPel; 2) a relação da proposta com os grupos incubados; 3) a relação com a universidade.

3.4.1 – A proposta de trabalho

Neste eixo foram analisados aspectos relevantes relacionados com a proposta de trabalho e que são importantes para compreendê-la. Por isso, a análise será iniciada identificando e problematizando os objetivos norteadores da prática, ações realizadas no processo de incubação, fases no processo de incubação, estrutura da ação, público-alvo e critérios de seleção.

Objetivos norteadores da prática

A partir da análise dos três momentos da incubadora, pode-se constatar que não houver grandes variações quantos aos objetivos que norteiam a prática de incubagem.

A proposta central que atravessa todas os momentos é a busca de outros modos de organização do mundo do trabalho, a partir de novas práticas democráticas, autogestionárias, participativas e solidárias, estruturadas no fator trabalho. A partir desse ponto comum, notam-se nuances ou pesos diferenciados nos objetivos, que não são excludentes entre si. No primeiro e segundo momento da prática de incubagem, há uma ênfase na organização dos empreendimentos, a partir da construção e do exercício dos elementos que garantem a autogestão. No terceiro momento, além do fundamento da autogestão, há grande ênfase na busca da viabilidade econômica dos empreendimentos incubados, tencionando para inserção destes no mercado de trabalho. Isso demonstra a complexidade do objeto de intervenção, pois, além da autogestão, há a viabilidade econômica, que não podem ser objetivos incompatíveis “mas, ao contrário, há sim necessidade de complementaridade, entre a viabilização econômica imediata e consolidação de longo prazo, pois para esses grupos a questão econômica é prioritária e qualquer retardamento na ação significa sempre a sua dispersão” (Cruz, 2004b, p. 23). Ora, trabalhar no campo da organização popular sob uma dupla dimensão (econômica e social) é um desafio: primeiro, porque as experiências acumuladas com grupos populares na sua maior parte estão vinculadas à dimensão do social, existindo uma ampla produção nesse campo, com vários tipos de técnicas, ferramentas, procedimentos metodológicos, entre outros, que já foram largamente utilizados pelos atores sociais. Mas, no campo econômico voltado para esse setor, quase não há experiências nem produções que pudessem subsidiar essa prática. Soma-se a esse desafio o fato de que não existe adesão por parte dos professores vinculados às áreas das ciências econômicas, empresariais e contábeis com a proposta da INTECOOP. Entretanto, estes desafios têm sido superados com a contratação de profissionais oriundos dessas áreas na condição de técnicos. Por exemplo, no terceiro momento foram contratados dois técnicos em ciências contábeis e econômicas, com quarenta horas cada um. Além disso, um dos professores integrantes da equipe de trabalho, embora seja procedente das ciências sociais, está se doutorando em economia aplicada.

Assim, a ênfase dada para a viabilidade econômica, após cinco anos trabalhando junto às iniciativas populares, manifesta o amadurecimento sobre os conhecimentos necessários para concretizar essa prática, ou seja, empreendimentos de economia solidária. São eles: conhecimentos de gestão econômica, de gestão técnica, de gestão cooperativa (NÚCLEO UNITRABALHO/ UCPel 2004).

Na atual proposta, o objetivo do processo de incubação deve ter a perspectiva de que ao final de suas intervenções a iniciativa da economia solidária – o coletivo e cada trabalhador – tenha incorporado os conhecimentos básicos necessários para que seu funcionamento possa ser orientado para a *autogestão*, para a *viabilidade econômica*, para a *preservação ambiental* e para a *cidadania ativa* (NÚCLEO UNITRABALHO/UCPel 2004). O objetivo de preservação do meio ambiente é um elemento muito novo e reflete as discussões e debates em curso no Brasil sobre o papel da economia solidária para o desenvolvimento sustentável. Quando esse objetivo deve ser manifestar? Quando a incubadora está discutindo e planejando junto com o grupo sobre a atividade econômica e o emprego de tecnologias nas suas atividades. Na busca desses elementos, devem ser encontradas mediações que preservem “na máxima medida possível o meio ambiente” (NÚCLEO UNITRABALHO/UCPel, 2004, p.15). Outras incubadoras, como a da Universidade Estadual de Campinas, têm procurado inserir esse objetivo na sua prática, pois para esse grupo de trabalho “A proposta das universidades através das ITCPs surge não somente como uma opção para inserir as pessoas no mercado de trabalho formal, mas desenvolver um trabalho de transformação, tanto na promoção da cidadania, viabilidade econômica como na preservação ambiental” (Azevedo et al., 2003, p. 3).

Neste sentido, as incubadoras devem procurar adequar esses objetivos para que a tecnologia incorporada em equipamentos, os insumos e as formas de organização da produção, entre outros elementos, promovam a preservação do meio ambiente. Para tanto, propõem que sejam inseridas tecnologias alternativas. Embora o objetivo proposto ainda esteja muito longe de ser concretizado, a sua inclusão aponta não só para o desejo da geração de trabalho e renda, mas também para a construção de uma nova sociedade, com maiores níveis de qualidade de vida.

Ações realizadas no processo de incubação

À medida que foram ficando mais claros os objetivos que norteiam a metodologia da INTECOOP-UCPel, foram sendo pontuadas mais fortemente as questões relacionadas: a) ao assessoramento e formação, qualificação dos trabalhadores nos empreendimentos; b) às etapas definidas no processo de incubagem – sua disposição e relacionamento; c) à estruturação interna da incubadora; d) às formas de inserção acadêmica no trabalho; f) à identificação das dificuldades e soluções apontadas. O grupo

percebeu que uma iniciativa econômica, quando apresenta elevados níveis de organização, como uma cooperativa já constituída, não requer um acompanhamento sistemático, mas necessita de assessoria (Anexo 1). Isto impôs, entre outros elementos, uma alteração da metodologia empregada. Nesse sentido, no terceiro momento têm início as assessorias para determinadas áreas: jurídica, contábil, de crédito, de publicidade, de saúde e de meio ambiente, organizadas na forma de *núcleos de assessoria e pesquisa aplicada*.

A proposta de organizar atividades na forma de assessorias teve como vantagem otimizar os recursos no trabalho de campo, já que são, em alguns momentos, limitados. Por outro lado, quando os grupos têm níveis baixos de organização, a metodologia expressa limitações, pois estes exigem um acompanhamento sistemático e intensivo das diversas áreas do conhecimento, para que ao final do processo de incubação possam alcançar os objetivos que se propuseram.

Fases no processo de incubação

O processo de incubação é organizado em diferentes fases, mas que não seguem necessariamente a ordem, e algumas fases podem ser simultâneas, dependendo da dinâmica interna de cada grupo incubado. Ao longo dos cinco anos de atividades da incubadora, foi possível observar que a cada revisão da proposta de trabalho vai se dando mais ênfase na definição de cada uma das etapas. Nos três momentos analisados, o período de incubagem manteve-se centrado em duas fases, porém é alterado o tempo de duração de cada uma. Por exemplo, no terceiro momento o tempo de duração total previsto para o processo de incubagem é de 36 meses, em vez dos 24 meses previstos nas versões anteriores do projeto. Ademais, são ampliados os procedimentos e atividades a se realizar em cada uma delas.

Ampliar o tempo necessário do programa para que uma iniciativa possa se consolidar, seguindo os princípios fundantes da economia solidária, resulta, em parte, da percepção de que o acompanhamento deve procurar respeitar os ritmos e as necessidades do tipo de público-alvo com que se trabalha: geralmente, trabalhadores com baixos níveis de escolaridade, alguns dos quais analfabetos e com pouca ou nenhuma experiência no campo da gestão de negócios. Além disso, muitos dos trabalhadores estão fora do mercado formal há um longo período e têm dificuldade em realizar atividades planejadas de curto ou médio prazo, pois a sua trajetória laboral está impregnada pela necessidade diária de

garantir a sua sobrevivência e de sua família. A proposta de organizar um empreendimento – para se viabilizar no mercado e ser gerido nos parâmetros da autogestão – passa pela mudança e pela superação da realidade vivida no dia-a-dia por esses grupos. Por exemplo,

autogestão envolve formação sobre questões técnicas, administrativas e comerciais específicas do ramo de atividade do empreendimento. Pressupõe também a existência de novas formas de participação e de tomada de decisões coletivas. Alguns desafios referem-se à formação sobre a cultura da autogestão do trabalhador e a cultura e a história do grupo [...]. Recomenda-se que a autogestão seja entendida como um processo longo e complexo que articula sobrevivência no mercado com as necessidades de aprendizagem para melhor eficiência organizacional e desenvolvimento pessoal para a cidadania (Eid, 2005, p. 5).

As várias experiências de prática de economia solidária propostas pelas incubadoras vêm indicando que se trata de um processo essencialmente sócio-educativo de médio a longo prazo. O alargamento do tempo necessário para o empreendimento incubado levanta uma questão importante: Como conciliar o curto prazo dos projetos financiados por organizações (públicas e privadas) de fomento à prática de economia solidária com o processo longo que requer a incubação? Ora, este se constituiu em um desafio não só da INTECOOP, mas de todas as incubadoras, e deve ser discutido em âmbito nacional, já que uma das possíveis soluções é a de que o tempo necessário para alcançar os objetivos propostos pelas incubadoras possa ser um dos critérios para elaboração de políticas públicas para esse setor da economia solidária.

Em linhas gerais, o processo de incubagem é organizado em duas etapas. Na *primeira etapa* é realizado o processo de seleção das iniciativas econômicas para serem incubadas. Nesta é realizada a pesquisa diagnóstica, o estudo de viabilidade econômica e a oficina de organização e gestão do tipo de empreendimento. A proposta é de que sejam selecionados os grupos que tenham razoável coesão interna, não importando muito sua situação econômica, pois a construção da identidade do grupo é um processo longo e muito difícil para uma proposta de ação que trabalha com tempos predeterminados e recursos humanos e financeiros limitados.

A segunda fase, denominada *de incubação*, é subdividida em três subetapas: a primeira, denominada de pré-incubação, tem início quando a incubadora elabora junto

com a iniciativa o *plano de incubação*, tendo por função orientar o desenvolvimento dos projetos de intervenção e de pesquisa. Este tem um tempo de duração de um a seis meses. A segunda subetapa, a de incubação propriamente dita, tem início quando a incubadora realiza uma série de *assessorias técnicas* junto às iniciativas, com o objetivo de transformar o grupo em um “negócio”. Essas assessorias dizem respeito ao processo de regularização jurídica, consolidação dos mecanismos de decisão, regulação de fluxos de produção e desenvolvimento de estratégias de mercado etc. Além dessas atividades, fazem parte dessa subetapa o processo de *formação e qualificação dos trabalhadores associados*, realizado através de oficinas e cursos sobre a autogestão. Essas atividades são realizadas durante aproximadamente 18 a 24 meses. Na terceira e última subetapa é realizado o processo de desincubação, em que a incubadora, junto com a iniciativa, estabelece os procedimentos para a sua desvinculação do programa. O tempo total do processo de incubação das iniciativas é de aproximadamente 24 a 36 meses.

Estrutura da ação

Constatou-se que a estrutura de ação da incubadora foi construída em uma perspectiva interdisciplinar, a qual é operacionalizada pelas *equipes interdisciplinares de incubagem*. Toda a proposta de trabalho gira em torno dessas equipes, pois são elas que fazem o “elo” entre a universidade e os empreendimentos econômicos. Elas atuam diretamente junto aos empreendimentos, assessorando e realizando atividades de formação e capacitação. Sempre foram integradas por um professor na condição de orientador e estagiários de diferentes áreas dos cursos da universidade. No decorrer dos três momentos do projeto/programa, essas equipes mantiveram a sua proposta de trabalho, contudo foi possível perceber que foram ampliadas em número e diversificadas as áreas de conhecimento. Cabe ressaltar que a integração de alunos e professores no trabalho direto com os empreendimentos sempre esteve presente na proposta de trabalho e se constitui em uma das características particulares dessa incubadora em relação às demais. Isso porque em outras incubadoras, como a ITCP-Unicamp, o processo de incubagem é realizado somente por técnicos e estudantes. Esse é um elemento importante e deve ser uma referência para que outras incubadoras reflitam, pois a “ida” do professor às iniciativas populares garante níveis altos de qualificação dessa prática.

Público-alvo e critérios de seleção

Observou-se que, em relação ao público-alvo, a questão dos critérios e procedimentos para seleção de demandas não é ainda bem-definida na incubadora. Na maior parte, os documentos analisados expressam que são alvo das ações os trabalhadores excluídos do mercado de trabalho, com exceção de um documento, que tem como proposta “construir uma iniciativa de geração de renda para os alunos carentes da Universidade Católica de Pelotas, os quais poderiam trabalhar na organização de eventos, formaturas etc.” (NÚCLEO UNITRABALHO/UCPel, 2002, p.4). Essa proposta nunca chegou a ser concretizada.

Entre os critérios usados para selecionar a demanda, são levados em conta, por exemplo: o tipo de grupo social beneficiado pelo programa (prioritariamente integrado por pessoas de baixa renda), desempregados(as) por um longo período de tempo, com dificuldades de inserção no mercado formal de trabalho. Além desses, é preciso identificar as afinidades e identidades do grupo social, os objetivos comuns, e verificar se estes podem ser elementos que servem para construir um projeto coletivo nos moldes da economia solidária. É fundamental que a incubadora tenha clareza sobre os critérios de seleção da demanda, pois o alcance dos resultados esperados através do processo de incubagem depende, em grande parte, das potencialidades e da identidade dos grupos em relação aos objetivos propostos (autogestão, viabilidade econômica, cidadania ativa e preservação do meio ambiente) pela prática de economia solidária.

Por fim, cumpre referir que a prática da economia solidária proposta pela INTECOOP-UCPel, bem como sua metodologia de incubagem, foi organizada em torno de pontos comuns às demais incubadoras, sendo estes os elementos que caracterizam e definem a prática de incubagem, a saber: a) a organização das equipes de incubagem é integrada por estudantes em estágio avançado dos diferentes cursos existentes nas universidades; b) o processo de incubagem é realizado no local em que as iniciativas concretizam suas atividades c) todas as atividades de incubagem são realizadas de forma sistemática e estão centradas no processo de educação unitário, que busca superar do conhecimento por via de um processo interativo entre os representantes da universidade e os integrantes dos empreendimentos de economia solidária.

Assim, a prática de economia solidária proposta pela INTECOOP–UCPel acumulou experiência junto aos empreendimentos populares, produzindo conhecimento sobre esse campo de ação. O contínuo desenvolvimento e aprimoramento

deste processo e da metodologia da incubação por parte da universidade vem gerando inúmeros subprodutos inovadores, tais como: metodologia de formação em gestão, contabilidade, administração, marketing para população com baixa renda; metodologias de curso de capacitação de profissionais [...] (Guimarães, 2000, p. 112).

Nesse sentido, a prática de incubagem proposta INTECOOP-UCPel, assim com as demais incubadoras, vem se aprimorando e se adequando às necessidades dos empreendimentos incubados. Além do mais, uma prática que, embora esteja vinculada às atividades de extensão da universidade, demanda a produção de conhecimento específico para esse campo e a formação e qualificação de profissionais para execução dessa prática. Esta tem sido a essência da Incubadora na UCPel – integrar pesquisa, ensino e extensão.

A fim de compreender e aprofundar a discussão sobre a prática de incubagem, além de analisar a proposta da INTECOOP, faz-se necessário conhecer os grupos incubados e, com isso, ter uma visão dos resultados quantitativos do trabalho desenvolvido. Neste sentido, serão apresentadas a seguir algumas características sobre os empreendimentos, como: o número e o tipo de iniciativas incubadas; a localização e distribuição espacial, tipo de público-alvo, entre outras. Entretanto, não foi possível obter informações sobre a renda, o nível de escolaridade etc. As informações obtidas foram analisadas de maneira quantitativa, a partir da análise dos documentos da incubadora, de março de 1998 a agosto de 2005.

3.4.2 – EES incubados

Visando a dar visibilidade à prática de economia solidária proposta pela INTECOOP – UCPel, apresentam-se alguns quadros e tabelas sobre os empreendimentos econômicos incubados.

Desde que a incubadora foi implantada na universidade, em 2000, sua proposta de trabalho junto aos empreendimentos econômicos passou por um conjunto de experimentações, pesquisas e avaliações que serviram de substrato para redefinir sua prática. A partir da análise documental foi possível identificar e sistematizar sua proposta, para efeitos de estudo, em três momentos: a) o primeiro, o Projeto Interdisciplinar de Extensão – Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares, de 2000-2001; b) o segundo, o Projeto de Assessoramento de Incubagem das Iniciativas de Geração de Renda da Incubadora Duna, 2002-2003; c) o terceiro, o Programa Permanente – Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares, 2004-2005.

No período de março de 2000 a julho de 2005, foram público-alvo da ITCP-UCPel 17 iniciativas de economia solidária. Através da compilação de todos os registros das atividades, constatou-se que três iniciativas foram objeto da ação da Incubadora mais de uma vez em diferente momentos: a Cooperativa de Reciclagem, Integração e Ação Social do Bairro Getúlio Vargas – CRIAS-BGV; Dunas Art e Grupo de Catadores do Loteamento Dunas – Dunas Reciclagem. Para efeito de análise dos dados, foram consideradas dezessete *iniciativas econômicas* e vinte *ações de incubagem*. No Quadro 3 é possível observar os grupos e as cooperativas incubadas ao longo dos três momentos do projeto/programa. O primeiro momento corresponde ao período de março de 2000 a dezembro de 2001; o segundo momento, de março de 2002 a março de 2003, e o terceiro, de dezembro de 2004 a julho de 2005.

Quadro 3 – Distribuição das iniciativas de economia solidária incubadas pela ITCP no período de março de 2000 a julho de 2005.

Cooperativas / Grupos	
<i>1º MOMENTO</i>	
1	Unimetal – Cooperativa de Reforma de Ônibus e Motor-Home
2	Coopernova – Cooperativas de Novos Valores
3	Coopal – Cooperativa de Pequenos Agricultores Produtores de Leite da Região Sul
4	CRIAS-BGV – Cooperativa de Reciclagem, Integração e Ação Social do Bairro Getúlio Vargas
5	Cooperdunas – Cooperativa de Produção de Materiais Sanitários do Bairro Dunas
<i>2º MOMENTO</i>	
6	Dunasvest – Grupo de Artesanato do Bairro Dunas
7	Dunas Reciclagem – Grupo de Catadores do Loteamento Dunas
8	Cooala – Cooperativa de Alimentos Alternativos
<i>3º MOMENTO</i>	
9	Cooperativa dos Assentamentos de Reforma Agrária – Regional de Canguçu
10	Cooperativa dos Assentamentos de Reforma Agrária – Regional de Piratini
11	Cooperativa dos Assentamentos de Reforma Agrária – Regional de Herval
12*	Cooperativa de Reciclagem, Integração e Ação Social do Bairro Getúlio Vargas – CRIAS-BGV
13	Dunas Art – Grupo de Artesanato do Bairro Dunas
14	Coleta Solidária de Santa Teresinha
15	Coleta Solidária do Balneário dos Prazeres
16	Grupo de Catadores Reciclagem da Luta
17	Grupos de Catadores da Vila Fraget
18**	Grupo de Catadores do Loteamento Dunas – Dunas Reciclagem
19**	Dunasvest – Grupo de Costureiras do Bairro Dunas
20	Artera – Grupo de Confecção e Arte

Fonte: NÚCLEO UNITRABALHO/ UCPel, Relatório Anual de 2000. UCPel, Pelotas/RS; Relatório Anual de 2001. UCPel, Pelotas/RS; Relatório Anual de 2002. UCPel, Pelotas/RS; Relatório Anual de 2003. UCPel, Pelotas/RS; Relatório Anual de 2004. UCPel, Pelotas/RS; Relatório Técnico Parcial – PRONINC/Finep/Fundação Banco do Brasil, 19/7/2005.

Organizada pela autora.

* Iniciativa de economia solidária incubadas no 1º momento.

** Iniciativa de economia solidária incubada no 2º momento.

Das 20 ações de incubagem realizadas pela INTECOOP-UCPel, 12 estão em processo de incubação e se enquadram no terceiro momento, cinco foram realizadas no primeiro momento do programa, três no segundo momento. Isso demonstra que houve

ampliação quantitativa do número de iniciativas econômicas incubadas no terceiro momento, em relação às demais. Essa constatação está ligada a quatro fatores principais: 1) a experiência acumulada em relação à Gestão e ao Planejamento do Programa; 2) a captação de recursos financeiros externos junto a programas públicos em âmbito federal, estadual e municipal; 3) a ampliação das parcerias interinstitucionais com outras universidades, Prefeitura Municipal de Pelotas, Governo do Estado do Rio Grande do Sul, Governo Federal, entre outros; 4) o aprimoramento e consolidação da estrutura organizacional, operacional e técnica da ITCP. Isso demonstra que a incubadora, por ser uma proposta nova, tem uma “perspectiva de crescimento, expansão e de melhoria do processo de incubagem, e em particular, do fortalecimento de suas ações junto das cooperativas e comunidade”(Guimarães, 2000, p.112), mas também em relação à universidade e outros atores sociais.

O Quadro 4 mostra a distribuição segundo o tipo de iniciativa incubada. No total foram incubadas 17 iniciativas econômicas. Destas, sete são iniciativas de Trabalho/Serviços, cinco são iniciativas de Trabalho/Fabricação, quatro são iniciativas de Produtores Associados e uma Empresa Recuperada.

QUADRO 4 – Distribuição das iniciativas de economia solidária segundo o tipo

Tipo de iniciativa	Número
Trabalho / Serviços	7
Trabalho / Fabricação	5
Produtores Associados	4
Empresa Recuperada	1
Total	17

Fonte:NÚCLEO UNITRABALHO/UCPel, Relatório Anual de 2000. UCPel, Pelotas/RS; Relatório Anual de 2001. UCPel. Pelotas/RS; Relatório Anual de 2002. UCPel. Pelotas/RS; Relatório Anual de 2003. UCPel. Pelotas/RS; Relatório Anual de 2004. UCPel. Pelotas/RS; Relatório Técnico Parcial – PRONINC/Finep/Fundação Banco do Brasil. 19/7/2005.

Tipo de iniciativa:

- Trabalho/Fabricação: cooperativas de produção (ou trabalho) a partir das unidades de trabalho comuns (coletivas), voltadas para alguma forma de industrialização.
- Trabalho/Serviços: cooperativas de produção (ou trabalho) estruturadas como unidades de trabalho coletivo, voltadas para alguma forma de prestação de serviço.
- Produtores Associados: cooperativas voltadas para o apoio e a comercialização de produtos fabricados por produtores individuais. Podem ser urbanas (artesãos, por exemplo) ou rurais (pescadores ou apicultores, por exemplo).
- Empresas Recuperadas: empresas (industriais ou de serviços) que faliram e foram ocupadas e reorganizadas pelos trabalhadores na forma de cooperativas.

Tomando como referência os relatórios da INTECOOP-UCPel, das sete **iniciativas de Trabalho/Serviços**, seis são iniciativas centradas na atividade de reciclagem de lixo, das quais a grande maioria são grupos em processo de constituição, com a exceção de duas, a saber: 1) Cooperativa CRIAS BGV – que, embora tenha 20 associados e esteja legalmente constituída no forma jurídica de cooperativa, não está operando; 2) Coopernova – que tem suas atividades centradas na prestação de serviços de limpeza e vigilância, cujo principal contratante é a Universidade Católica de Pelotas. Na primeira fase, a cooperativa contou com aproximadamente 60 associados; atualmente é integrada por 120 associados.

Todas as **iniciativas de Associação/Produção** são integradas por famílias de pequenos agricultores e localizadas nos municípios vizinhos a Pelotas, a saber: 1) A COOPAL, uma cooperativa legalmente constituída, localizada no município de Canguçu, cuja atividade econômica está centrada na produção de leite e derivados. Cabe ressaltar que esta foi incubada no primeiro momento pela incubadora, tendo naquele período 470 famílias associadas. Atualmente o número de famílias associadas quase triplicou – são 1200 famílias; 2) as três Cooperativas de Assentamento de Reforma Agrária – localizadas no municípios de Piratini, Canguçu e Herval (Quadro 3) – legalmente constituídas, tendo suas atividades econômicas na produção de alimentos para o autoconsumo, mas que pretendem organizar e diversificar sua produção para a comercialização. Embora sejam integradas por aproximadamente 5.000 famílias, as ações de incubagem estão voltadas para aproximadamente 50 famílias associadas e multiplicadoras dessas ações.

A única iniciativa incubada do tipo **Empresa Recuperada** foi a UNIMETAL (Quadro 3), cuja atividade era centrada na atividade de manutenção de veículos e *motor-homes*. Esta foi incubada no primeiro momento, integrando 22 associados. Atualmente não está operando por problemas de mercado.

Aqui cabe esclarecer que, embora a incubadora inclua no seu nome a expressão “de cooperativas populares”, o seu objeto de ação são os diferentes tipos de empreendimentos de economia solidária. Contudo, grande parte das iniciativas tem prevalecido na forma de cooperativas, com alguma exceções. Um dos motivos é o fato de que a cooperativa é o tipo mais conhecido e difundido pelos atores que trabalham nesse campo. Tanto é assim que Paul Singer afirma: “a unidade típica da economia solidária é a cooperativa” (2000, p. 13). Além disso, foi possível perceber que entre as cooperativas

incubadas, as que predominam são as de trabalho/serviços. Essa constatação reflete uma tendência nacional, pois em 2004, do total de cooperativas incubadas no Brasil, aproximadamente 70% estavam concentradas nessa área (Kruppa, Sanchez, 2002). Os motivos podem ser vários – por exemplo, a baixa qualificação profissional e a falta de recursos para investir na iniciativa. Mas essa escolha pode estar vinculada à presença limitada de professores e técnicos oriundos das áreas das ciências empresariais e econômicas, pois o estudo mercadológico é fundamental para se saber se realmente há espaço para atuar nesse setor e que tipos de atividades podem ser realizadas.

Das cinco **iniciativas do tipo Trabalho/Produção**, duas têm suas atividades econômicas voltadas para a produção de artesanato, uma para o vestuário, uma para a produção de *kits* sanitários e uma para a produção de alimentos embutidos. Destas, as duas últimas iniciativas não estão operando, por problemas de organização interna dos grupos e de mercado. As demais são grupos e estão em processo de formalização.

O Quadro 5 mostra a distribuição territorial da ação do projeto/programa. Os resultados indicam que, das 17 iniciativas incubadas, 13 estão localizadas no município de Pelotas e quatro se distribuem por outros municípios: Canguçu, Arroio Grande, Herval e Piratini.

Quadro 5 – Distribuição territorial do campo de ação do projeto /programa

Localização geográfica	Iniciativa econômica
Pelotas	13
Outros municípios da região	4
Total	17

Fonte: NÚCLEO UNITRABALHO / UCPel, Relatório Anual de 2000. UCPel, Pelotas/RS; Relatório Anual de 2001. UCPel. Pelotas/RS; Relatório Anual de 2002. UCPel. Pelotas/RS; Relatório Anual de 2003. UCPel. Pelotas/RS; Relatório Anual de 2004. UCPel. Pelotas/RS; Relatório Técnico Parcial – PRONINC/Finep/Fundação Banco do Brasil. 19/7/2005

O Quadro 6 indica a distribuição segundo do tipo de público-alvo. Das 16 iniciativas de economia incubadas, os dados mostram que a maioria das ações estão concentradas no público urbano, com 13, seguido do rural, com quatro iniciativas.

QUADRO 6 – Distribuição dos trabalhadores segundo o tipo de público alvo do projeto / programa

Público-alvo	Iniciativas econômicas
Popular	13
Rural	4
Médio	0

Fonte: NÚCLEO UNITRABALHO / UCPel, Relatório Anual de 2000. UCPel, Pelotas/RS; Relatório Anual de 2001. UCPel. Pelotas/RS; Relatório Anual de 2002. UCPel. Pelotas/RS; Relatório Anual de 2003. UCPel. Pelotas/RS; Relatório Anual de 2004. UCPel. Pelotas/RS; Relatório Técnico Parcial – PRONINC/Finep/Fundação Banco do Brasil. 19/7/2005

Tipo de público-alvo:

- Popular: trabalhadores pobres, de baixos ingressos e pouca ou nenhuma escolarização, em geral em situação de desemprego ou trabalho precário;
- Médio: trabalhadores egressos da universidade ou com algum grau de escolarização ou com experiência qualificada no mercado formal.
- Rural: pequenos produtores rurais ou agricultores assentados da reforma agrária.

Essa distribuição espacial de atuação da INTECOOP-UCPel reflete em parte a área de influência das atividades de ensino e extensão da UCPel na microrregião, bem como as facilidades logísticas e de recursos para realizar as atividades de incubagem num raio de ação próximo à sede da incubadora.

Tomando como referência as informações dos relatórios e dos quadros 5 e 6, observa-se que há forte relação entre o tipo de atividade econômica, localização espacial e público-alvo. De modo geral, as ações de incubagem, quando realizadas no perímetro urbano do município de Pelotas, têm como foco iniciativas econômicas vinculadas ao setor de serviços, principalmente nas atividades de reciclagem de lixo. Por outro lado, quando as ações de incubagem são realizadas nos municípios vizinhos a Pelotas, constata-se que o foco está voltado para iniciativas de pequenos produtores associados a atividades de agropecuária.

Do total de sete iniciativas incubadas no primeiro e no segundo momento do projeto, duas foram desincubadas e permanecem no mercado (a Coopal e a Coopernova) e três iniciativas (CRIAS-BGV, Dunas Art, Dunas Reciclagem) voltaram a ser incubadas pelo programa no terceiro momento, pois não conseguiram se consolidar no mercado. As

outras duas iniciativas (Unimetal e a Cooperdunas) extinguiram-se por problemas de mercado e/ou organização interna.

Considera-se aqui que tanto a extinção de alguns empreendimentos devido à inviabilidade econômica como a necessidade de reciclagem de algumas iniciativas, estão ligadas principalmente aos seguintes fatores:

a) contexto econômico: o município de Pelotas, assim como os demais municípios de entorno, situam-se em uma região em depressão econômica, a qual se expressa pela retração no mercado e, conseqüentemente, pelos altos índices de mortalidade de micro e pequenas empresas³⁴. Se a manutenção e consolidação de uma empresa tradicional no mercado é um desafio, em relação às iniciativas de economia solidária de cunho popular esse desafio se potencializa, pois esses empreendimentos são integrados por trabalhadores na maioria com baixo grau de instrução e pouca experiência empreendedora.

b) característica do público-alvo: considerando que no contexto regional poucos grupos de trabalhadores são constituídos na forma de cooperativas e outras formas de economia solidária, o programa incuba, na maioria das vezes, grupos em diferentes estágios de organização e em fase de escolha de seus produtos ou serviços.

c) diferença dos procedimentos metodológicos: considerando-se o contexto econômico, as características do público-alvo, os procedimentos metodológicos elencados pela INTECOOP-UCPel em parte não levaram (e não levam!) em conta as especificidades requeridas pelos grupos em diferentes níveis de organização e as possibilidades de sustentação de suas atividades econômicas no mercado local.

De qualquer maneira, a questão da conquista do mercado é uma das dificuldades mais apontadas pelas Incubadoras implantadas no Brasil: “existe uma percepção praticamente consensual de que uma parcela majoritária dos empreendimentos incubados ainda enfrenta grandes dificuldades do ponto de vista de sua viabilização e sustentabilidade econômica” (Seminário de Incubadoras de Cooperativas do PRONINC, 2005, p. 5). Isso quer dizer que não é uma dificuldade específica da INTECOOP-UCPel, e que há questões de ordem estrutural que influenciam na viabilização dos grupos, como a

³⁴ No Brasil, mais da metade das micro, pequenas e médias empresas (56%) fecha as portas até o terceiro ano de vida, segundo dados fornecidos pelo SEBRAE (Fonte: www.commerce.org.br).

inexistência de linhas de crédito e financiamento para esse setor, a falta de estímulo à comercialização e consumo desses produtos, entre outras. Por outro lado, algumas ações podem e devem ser feitas para superar esses problemas, como buscar maior articulação entre a rede de incubadoras, principalmente as que estão implantadas nas universidades do entorno do município de Pelotas, como a Incubadora da Fundação Universidade Federal do Rio Grande.

Desde que o programa foi implantado, em 2000, já participaram diretamente:

- a) 749 trabalhadores;
- b) 70 alunos na condição de monitores, em estágio curricular ou como bolsistas de extensão, integrantes das diversas áreas do conhecimento;
- c) 300 alunos foram formados e capacitados para atuar no campo da economia solidária, junto às INTECOOP-UCPel;

Esses resultados expressam que a prática de economia solidária proposta pela INTECOOP-UCPel tem propiciado a emergência e ampliação de espaços de debate sobre as questões referentes ao mundo do trabalho – sobre direitos, suas relações, discutindo e mostrando que existem outras possibilidades e formas de organização desse mundo. Essa importância é constatada através do número de estudantes que já participaram dos cursos de formação e qualificação, aliado ao número de alunos que desenvolvem atividades na condição de estagiários e monitores, junto aos empreendimentos populares. Uma discussão que atravessa os muros da universidade, quando se constata o número de trabalhadores que foram e estão envolvidos no programa. Talvez a sua maior contribuição, no atual momento histórico da incubadora, seja propiciar um espaço de discussão e de reflexão, tanto interna quanto externamente à universidade, sobre o mundo do trabalho, aliada à possibilidade de gerar renda e trabalho junto aos empreendimentos populares.

Os resultados quantitativos referentes à prática de economia solidária proposta pela INTECOOP-UCPel ganham um novo significado quando são analisadas as percepções dos gestores, executores do programa e os integrantes das iniciativas econômicas incubadas sobre os limites e as potencialidades dessa prática. Nesse sentido, foram participantes da pesquisa, como entrevistados, quinze pessoas, representantes dos diferentes contextos, a universidade e os empreendimentos populares. Os representantes da

universidade são identificados pela denominação de atores acadêmicos, e os dos empreendimentos, de integrantes de EES. Teve-se o cuidado de não especificar cargo ou função dos entrevistados, com a finalidade de que os sujeitos não sejam identificados pelos diferentes participantes do programa, e com isso garantir maior espontaneidade nos depoimentos.

A seguir apresentam-se as categorias que emergiram da análise discursiva das entrevistas com os participantes da pesquisa.

3.4.3– Contexto universitário

Uma das categorias que emergiram nesta pesquisa foi o papel exercido pelas universidades brasileiras no campo da economia solidária. Nesse sentido, os atores acadêmicos entrevistados foram unânimes em concordar com o papel limitado das instituições nesse campo de atuação, como revela a seguinte fala:

[...] a economia solidária chega de maneira muito limitada às universidades. Não dá para dizer que ela chega às universidades brasileiras. Ela chega a algumas universidades, em alguns cursos específicos e com um número muito limitado de professores e alunos envolvidos dentro da universidade (depoimento de um dos atores acadêmicos).

O desenvolvimento e ampliação da prática de economia solidária no Brasil, de modo geral, é um fenômeno relativamente recente. Porém, mais nova ainda é a contribuição das universidades brasileiras nesse campo. A prova disso é que, embora existissem desde a década de 80 diversos tipos de organização socioeconômica, somente em 1996 essa forma de organização dos trabalhadores foi denominada de economia solidária³⁵. O primeiro grupo de pesquisadores sobre a temática se formou na Faculdade de Filosofia e Ciências da UNESP, no mesmo ano. Posteriormente, em 1997, a Fundação

³⁵ O termo economia solidária foi proposto pelo Prof. Dr. Paul Singer, da USP, em 1996.

UNITRABALHO criou um grupo de trabalho de economia solidária em âmbito nacional, coordenado pelo Prof. Dr. Paul Singer (Lechat, 2002).

As razões por que a economia solidária tem uma inserção limitada na Universidade, na perspectiva dos atores acadêmicos, foram muito variadas de ator para ator. Entre os principais fatores, pode-se citar: a relação histórica das universidades brasileiras com a sociedade, o modelo hegemônico de pesquisa, ensino e extensão.

Na Universidade o esforço de pesquisa é muito pequeno sobre economia solidária. Mas, de alguma forma ela representa o grau de importância que a economia solidária tem para a sociedade. Atualmente a economia solidária tem um impacto pequeno na sociedade (Ator acadêmico).

A Universidade, por ser uma instituição social, “realiza e exprime de modo determinado a sociedade de que ela faz parte. Não é uma realidade separada mas sim uma expressão historicamente determinada de uma sociedade determinada” (Chauí, 2001, p. 120). Nesse sentido, pode-se dizer que as universidades brasileiras refletem, em maior ou menor grau, as características históricas, socioculturais e políticas da sociedade. Por ser uma sociedade assentada historicamente no autoritarismo, fortemente hierarquizada e centralizada, alheia aos problemas sociais, que aliada a uma nova conjuntura marcada pela hegemonia do pensamento pós-moderno nitidamente alinhada com o projeto teórico neoliberal, serviu para ampliar e aprofundar a valorização do individualismo, da competição e do conformismo, levando o indivíduo a “encerrar-se em sua única realidade que existe para ele: a do seu próprio interesse” (Cattani, 2000, p. 24).

Como uma das resultantes das características da sociedade brasileira, tem-se que

As tentativas de apropriação coletiva e criativa das condições de existência, de trabalho, do espaço e do tempo são ridicularizadas em favor de comportamentos individuais, que abdicam atuar na esfera pública, legitima-se o isolamento, o enfiamento da vida doméstica (Cattani, 2000, p. 24).

Se a sociedade é alheia às conseqüências sociais decorrentes da reestruturação produtiva e da reforma do Estado, a Universidade, por ser uma instituição

social, reflete em parte a falta de compromisso e de interesse sobre temáticas que dizem respeito a uma grande parcela da população. Mas cabe ressaltar que essa falta de compromisso social e político não é um elemento novo, pois historicamente a universidade não tem procurado produzir conhecimento científico voltado para os setores excluídos da população brasileira. É claro que não se pode generalizar, pois dentro dessas instituições sempre existiram, e continuam existindo, grupos de pesquisadores, docentes, discentes e técnicos sensíveis e comprometidos com os problemas sociais.

Um outro fator que influi para a inserção limitada da universidade na temática de economia solidária é em relação ao modelo hegemônico de pesquisa, ensino e extensão. Como na sociedade está instituída uma visão e práticas inspiradas nos pressupostos teóricos neoliberais (Chauí, 2001),

a produção do conhecimento e do ensino não está voltada para atender as demandas sociais, econômicas, políticas e culturais da grande maioria da população. É um problema histórico da universidade, que foge ao seu papel clássico de ensino e pesquisa e não consegue se inserir em outras dimensões (Astor acadêmico).

A relação da Universidade com a produção do conhecimento, com o ensino e a extensão é um dos elementos-chaves para compreender por que a economia solidária ainda é uma temática restrita no espaço acadêmico. A noção histórica da instituição universitária assentada na articulação do tripé ensino, pesquisa e extensão, na atualidade, é uma noção que está sendo abandonada.

O modelo hegemônico de pesquisa, ou seja, a produção do conhecimento, está centrado no desenvolvimento da ciência e da tecnologia de ponta, voltado para atender as demandas das médias e grandes empresas, no Brasil, com o objetivo de melhorar a produtividade e os rendimentos dos processos produtivos e de trabalho. Em realidade, trata-se de uma forma de produzir conhecimento que há muito tempo faz parte da universidade, mas que nos últimos tempos passou a ser, via de regra, uma perspectiva dominante.

Mais pontualmente, a questão da produção do conhecimento voltado para atender os interesses do capital torna-se um modelo hegemônico, no Brasil, a partir da década de 1990, quando um conjunto de mudanças econômicas se materializou. O que

chama atenção é o fato de que esse modelo de pesquisa foi crescendo e dominando o espaço universitário, em detrimento de pesquisas voltadas para atender as demandas sociais, locais e regionais de grande parte da população brasileira. Nessa lógica, a produção e a construção de saberes sobre a economia solidária ainda é muito limitada nas universidades, sendo essa lógica percebida por parte dos atores acadêmicos:

A universidade é lugar de hiperespecialização, ela é racional produtivista. O resultado é que nem sempre o conhecimento que está sendo produzido ou construído está voltado para atender as demandas do mundo do trabalho, e muito menos da economia solidária. Isso é uma contradição, pois se por um lado a universidade tem muito mais condições de pesquisar, refletir e discutir as questões referentes à economia solidária que qualquer outra iniciativa de apoio aos empreendimentos, por outro lado essa produção, reflexão e discussão está obrigada a atender outros objetivos (Ator acadêmico).

Nesse contexto, outro elemento importante que interfere no desenvolvimento da economia solidária na universidade encontra-se no campo do ensino das ciências. Ora, se a produção e a construção do conhecimento está voltada para atender as necessidades do grande capital, o ensino também está. Nesse sentido, o papel central da educação universitária volta-se para as novas exigências do mercado profissional. Um mercado altamente competitivo, exigindo formação hiperespecializada, grande domínio de técnicas e acúmulo de muita informação.

Uma das conseqüências do processo de formação voltado essencialmente para as exigências do mercado é o abandono da construção de senso crítico, produzindo pessoas apenas para consumirem e reproduzirem as informações e técnicas ensinadas nas universidades.

Isso supõe admissão da inutilidade do pensamento e da compreensão do real, levando à crença na possibilidade de passar imediatamente à sua transformação, porque já existiria pronta e acabada, pronta para ser aplicada.[...] Os estudantes tendem a reduzir o trabalho teórico à repetição e à prática da aplicação mecânica desses modelos (Chauí, 2001, p. 65).

Como resultado disso, quando estudante em processo de formação ou o profissional são chamados para atividades em outras esferas de trabalho que exigem compreensão teórica do real mais elaborada, bem como uma prática articulada a essa teoria, sua formação tecnicista e hiperespecializada entra em choque.

Na universidade está instituída uma visão que não é a visão proposta pela INTECOOP. É uma proposta muito difícil se integrar com a visão da universidade. Essa é a verdade. Só ver o meu caso. Quase tudo o que eu apreendi na vida acadêmica, para trabalhar com empreendimentos populares, 80% eu tive que colocar no lixo. Isso é muito complicado. Além disso, tens que te adaptar à maioria das coisas que apreendeste na academia, pois quando tu chegas lá nos empreendimentos eles não entendem nada do que tu estás falando. Aí tu tens que readaptar e/ou reaprender tudo. Muitas vezes tive que recorrer ao dicionário para poder adaptar a linguagem acadêmica, que é muito técnica, para as pessoas dos grupos (Ator acadêmico).

O processo de formação universitária atrelado às novas exigências do mercado reduz o ensino e a aprendizagem a uma mera “transferência” de conhecimentos que podem ser aplicáveis. Um conhecimento que se torna cada vez mais limitado, mais técnico, mais codificado, e por isso, cada vez mais inacessível para os que não têm acesso a essa formação. Como desdobramento disso, quando os estudantes da universidade vão trabalhar junto aos empreendimentos de economia solidária, há um choque de saberes entre o “acadêmico” e o “popular”. O desencontro desses dois mundos é percebido pelos atores acadêmicos, principalmente os monitores integrantes das equipes de incubagem, pois são eles que trabalham diretamente com os empreendimentos de economia solidária. Mas essa dicotomia de saberes também foi mencionada pela metade dos representantes dos empreendimentos de economia solidária entrevistados:

Nas reuniões e discussões, o pessoal da universidade vinha aqui. Todos se apresentavam e cada um dizia a sua função. Cada um dizia: “Eu sou o fulano de tal e sou da área de administração”. Outro dizia: “Eu sou o fulano e sou da área de marketing”. Era tanta bobagem que não dá para dizer tudo. Mas eu sei lá o que é “marketing”! Não sei o que é isso. Aí eu pensava... “Mas para que tudo isso, se nem sei o que é!” [...]. No início tudo era muito estranho, quando resolvíamos nas reuniões com o pessoal da universidade que íamos fazer alguma coisa. Sei lá, qualquer coisa, os estudantes que estavam nas reuniões diziam: “Isso não é comigo, isso tens que falar com o estudante fulano de tal, que é área

dele”. Aí ficávamos esperando que o fulano aparecesse, pois só com ele podíamos resolver, pois era área dele. Então eu me perguntava: “Por que esses outros estudantes estão aqui, se não conseguem nos ajudar no que realmente queremos e precisamos para começar a trabalhar?”. Outra coisa é que eles diziam, quando tudo começou, que nos íamos ser “incubadas” pela universidade. O que é ser incubado? Aí eu pensava: “Será que eles querem que nós viremos galinhas?” O bom de tudo isso é que tem alguém que se interessa pela gente. A universidade nunca se interessou pela gente. Nunca nem veio aqui. Se eles soubessem a vontade que temos de trabalhar... Só que com nossas próprias pernas é possível, mas é muito demorado, muito mais difícil [nesse momento, a entrevistada se emocionou e chorou] (integrante dos EES).

Nessa perspectiva, a universidade, que já tinha uma lacuna histórica com a classe-que-vive-do- trabalho, ao aderir aos novos referenciais calcados no projeto neoliberal, viu ampliar-se essa lacuna (Chauí, 2001). Isso significa dizer que a grande maioria da produção científica interage pouco com os que mais precisam, os trabalhadores. Estes têm enorme carência de subsídios científicos para que possam alicerçar suas ações no sentido de potencializar a construção de projetos alternativos de geração de trabalho e renda, no sentido de tensionar e, conseqüentemente, transformar a difícil realidade de exclusão social que os afeta.

Se não há, na atualidade, articulação entre o que é produzido e ensinado na estrutura universitária e a dura realidade que assola grande parte da população, as ações sociais, ou melhor, aquilo que se denominou de extensão, é realizado, na maior parte das vezes, numa perspectiva assistencialista.

Outro elemento apontado pelos sujeitos da pesquisa que influencia a prática de incubagem no campo universitário é o modelo hegemônico de extensão universitária. A grande maioria dos atores acadêmicos manifestou que a proposta de economia solidária, através da INTECOOP, por ser uma proposta diferente das tradicionais formas de fazer extensão, encontra certas limitações ou até dificuldades no cotidiano. Entre os principais fatores que influenciam a prática de incubagem no campo da extensão estão a visão utilitarista e produtivista da universidade, o assistencialismo e o preconceito ideológico.

O desdobramento disso é que a produção do conhecimento não tem gerado subsídios científicos para atender as demandas sociais vigentes, no sentido de possibilitar a construção de projetos ou ações que pudessem transformar a dura realidade de exclusão e injustiça social, sobretudo no momento em que grandes parcelas da classe-que-vive-do-

trabalho enfrentam grandes obstáculos determinados pela reestruturação produtiva e pela reforma do Estado no Brasil.

Em continuidade da análise dos dados do *corpus* textual, emergiu como uma grande potencialidade da prática de economia solidária, advindo do espaço universidade, o trabalho interdisciplinar.

A grande maioria dos atores acadêmicos e grande parte dos integrantes de empreendimentos econômicos incubados e que foram entrevistados acreditam que um dos grandes méritos da economia solidária advindos da universidade (por meio das ITCs) é a possibilidade de poder estruturar o trabalho numa perspectiva interdisciplinar. Do ponto de vista dos atores acadêmicos, isso é possível porque a universidade³⁶ está composta por diferentes áreas do conhecimento científico, o que possibilita uma análise mais integral do objeto de estudo e, conseqüentemente, uma intervenção mais ampla. Um dos atores acadêmicos manifesta que as Incubadoras de Cooperativas Populares, por estarem inseridas no espaço universitário e dele fazerem parte, têm possibilidade de “*dispor para as iniciativas de economia solidária de ferramentas de ação aos vários campos do conhecimento que lhes permitam alcançar seus objetivos*” (ator acadêmico).

Na perspectiva dos representantes dos EES, o trabalho interdisciplinar é muito importante para a consolidação de uma cooperativa, como no caso narrado por um dos participantes da pesquisa:

Nos fazíamos reuniões com a incubadora. Daí o pessoal nos orientava sobre todas as coisas. Desde como fundar uma cooperativa até de tudo aquilo que era necessário para começarmos a trabalhar. Eles nos orientaram de como organizar uma assembléia e realizar reuniões para discutir e decidir as nossas coisas. De como deve ser prestado um serviço. De como se deve vender o teu produto. De como se deve chegar num cliente. De como conseguir novos contratos. Nós não tínhamos conhecimento sobre administração, da parte financeira, de como trabalhar em grupo. Nós não tínhamos idéia de nada. Estávamos muito confusos. A maioria não tinha estudo e nunca tinha trabalhado dessa maneira. Daí que as equipes de incubagem foram fundamentais, pois os estudantes vinham para aqui, muitos deles ficavam o dia inteiro com a gente, tiravam nossas dúvidas. Claro, muita coisa eles estavam aprendendo, nós também. Vou te dar um exemplo, a gente fazia a contabilidade, aí eles vinham aqui, nós mostrávamos para eles e

³⁶ A Universidade Católica de Pelotas atualmente, possui 27 cursos de graduação, dois cursos sequenciais, três cursos de pós-graduação *stricto sensu* e 11 cursos de pós-graduação *lato sensu*.

discutíamos se estava tudo certinho. Na parte do serviço social, quando tínhamos conflito as estagiárias faziam reuniões e discutiam com a gente (integrante dos EES).

A idéia de construir uma proposta de trabalho interdisciplinar no campo da economia solidária a partir dos recursos disponíveis na universidade é considerada pela grande maioria dos entrevistados como um dos pontos fortes dessa prática. Entretanto, a construção de uma proposta que busca olhar o objeto de intervenção a partir da interação de diferentes olhares vinculados às disciplinas ainda é um desafio. Isso porque, na universidade, no transcorrer de seu percurso, foi se instituindo uma visão fragmentada e hiperespecializada sobre o “universo de estudo”. A questão da fragmentação do saber tem raízes históricas e está vinculada à “a emergência de uma metodologia de estudo positivista hegemônica” que penetrou e atravessou “as consciências sociais” (Moraes, 1999, p. 12). Atualmente, frente a mudanças econômicas, sociais e políticas, essa visão encontrou um terreno fértil para se desenvolver no espaço acadêmico. Uma das conseqüências da ampliação da visão fragmentada no campo da pesquisa e da extensão é a realização de análises parciais, superficiais e unilaterais sobre a realidade.

A hegemonia de uma visão unidisciplinar sobre qualquer campo de estudo no espaço universitário é um fato que pode ser constatado, pois, quando existem outras visões mais integradoras e abrangentes, na maioria das vezes se constituem como exceção à regra, conforme manifesta uma dos atores acadêmicos participantes da pesquisa:

a INTECOOP-UCPel, através do Núcleo Local UNITRABALHO, é que tem um grupo interdisciplinar trabalhando na universidade. É claro que tem outros pesquisadores de diferentes áreas trabalhando junto, mas esses são geralmente unidisciplinares e quando muito multidisciplinares. Além disso, quando eles trabalham em grupo, é para fazer trabalhos pontuais (ator acadêmico).

A proposta de trabalho interdisciplinar se diferencia da proposta multidisciplinar e pluridisciplinar “pelo nível de coordenação e cooperação entre as disciplinas” (Martins de Sá, 2000, p. 82). Enquanto nestas há apenas uma justaposição de conteúdos e *integração* de disciplinas, integrando métodos e teorias, a primeira estabelece uma *interação* entre as diferentes disciplinas, por meio de um processo de discussão,

diálogo e reflexão, porém preservando a integralidade de seus métodos e de conceitos da cada área.

Assim, a proposta de organizar um trabalho interdisciplinar na universidade para atuar no campo da economia solidária, além de ser um desafio, tem um significado muito importante para os atores acadêmicos, significa redimensionar a produção do conhecimento científico e sua relação com a sociedade:

A proposta da incubadora, por ser de caráter interdisciplinar, demonstra para a universidade que existem outras possibilidades de se trabalhar, como interdisciplinarmente. Pois é um trabalho que envolve não só diferentes áreas do conhecimento, mas também professores, técnicos, estudantes, bolsistas, não só desta universidade mas de outras. Isso vem se construindo cada vez mais na incubadora e a tendência é ampliar. A interdisciplinaridade fica muito evidente para a universidade em si quando fazemos os cursos de formação e capacitação para trabalhar na incubadora, pois aparecem pessoas de todos os níveis e de todas as áreas do conhecimento (ator acadêmico).

A implantação de uma proposta interdisciplinar no seio da instituição representa muito mais que a interação das disciplinas no campo da produção do conhecimento e da intervenção. Ela representa uma “*crítica a uma forma de educação fragmentada, que não vê uma ligação entre o que é produzido e o que é ensinado e o que pode servir de substrato para atuar*” (ator acadêmico) na sociedade.

O exercício da proposta interdisciplinar no cotidiano do desenvolvimento das ações junto aos empreendimentos de economia solidária, para a grande maioria dos sujeitos integrantes da INTECOOP-UCPel, tem sido um fator muito positivo para o processo de formação, como expressa uma das monitoras:

Faço parte das Equipes Interdisciplinares. O papel do monitor é o de acompanhar os grupos, a partir das áreas específicas. Mas como tem essa proposta de interdisciplinar, a proposta é de não se centrar nos territórios específicos de cada área, de a gente poder estar trocando. Fazer isso é um desafio por conta da formação acadêmica, das suas divisões e das suas especificidades, isso às vezes, no cotidiano com a cooperativa ou grupo, é meio complicado (...). Mas não é uma coisa que dá para homogeneizar. Essa interdisciplinaridade vai de cada equipe. A interdisciplinaridade, tu te comunicas com as outras áreas mas tu ainda

tens tuas especificidades. A transdisciplinaridade tu consegues uma mistura disso. Tive uma experiência muito legal da transdisciplinaridade. Às vezes, trabalhando junto, a gente esquecia das áreas de conhecimento a que pertencíamos. Porque a gente conseguia coletivamente com os grupos romper isso em alguns momentos (ator acadêmico).

Assim, no processo de incubagem emergem diferentes tipos de experiências que vão além do esperado, como relatou a monitora. Quando questionados sobre isso, alguns atores relatam que existem diferentes concepções sobre os objetivos do trabalho, sobre a metodologia, sobre conceitos básicos como o de autogestão, viabilidade econômica, entre outros, o que em última instância se reflete nas diferentes formas de operacionalizar as atividades. O que chama atenção, é que esses conceitos, os objetivos e a metodologia estão descritos nos documentos (programas e projetos). A questão é: por que isso acontece? Entre os motivos principais manifestados pelos atores acadêmicos estão: a) *“a dificuldade que os professores têm em superar o foco especializado da intervenção, ou seja, de superar o caráter disciplinar”*; b) *“preconceito muito forte ao uso de ferramentas de outras ciências, como as da administração e da economia”*; c) *“a não-definição de conceitos e objetivos comuns sobre o processo de incubagem”*; d) *“inexistência de espaços de discussão e de avaliação do trabalho”*.

Cabe ressaltar que a possibilidade de se construir e, conseqüentemente, de se operacionalizar uma proposta de interação entre as diversas disciplinas não tem por objetivo eliminar as diferenças. Bem pelo contrário, a proposta é reconhecer estas, mas sabendo que elas *“se reencontram, se complementam, contraditoriamente e dialeticamente, fundando-se o pressuposto epistemológico de que a verdade não se alcança a partir de uma única ciência, mas ela só se constitui num processo de concorrência solidária de várias disciplinas”* (Martins Sá, 2000, p. 20).

A interação entre as diferentes disciplinas exige que o grupo da INTECOOP mantenha um processo constante de ação-discussão-reflexão-avaliação e de adequação de perspectivas diferenciadas em relação ao processo de incubagem.

Outro ponto importante é que, para a maioria dos atores acadêmicos entrevistados, a proposta de ação das incubadoras de cooperativas de cunho popular, por ser uma ação universitária, permite a construção de uma proposta mais abrangente para

atender os empreendimentos de economia solidária, constituindo-se esse em um elemento característico dessa ação e diferenciador das demais ações nesse campo.

A universidade se diferencia da Cáritas e de outros grupos no campo do conhecimento, portanto a idéia de interligação entre as diferentes áreas, podendo pensar, potencializar, analisar e contribuir melhor para as diferentes necessidades que demandam as iniciativas de cooperativas populares. Diferentemente da Cáritas, por exemplo, que aborda só uma questão. Isso porque hoje se sabe que existem outras questões envolvidas e necessárias para atuar no campo da economia solidária, como a questão estrutural: de mercado, capacidade técnica de gestão do empreendimento, contabilidade, financiamento [...](ator acadêmico).

A questão de dizer que a interdisciplinaridade é uma característica central das Incubadoras de Cooperativas Populares no campo da economia solidária não passa necessariamente pela concepção do que se entende por esse campo, mas sim pelas possibilidades estruturais que a universidade oferece para trabalhar nesse campo, em relação às demais agências de apoio. Como manifesta um dos atores acadêmicos entrevistados:

Não estou dizendo que as ITCPs fazem isso. Só que as universidades têm essa possibilidade. O papel das universidades é trazer o senso crítico e do outro lado e pegar o conhecimento técnico (gestão do negócio, contabilidade) e dar apoio. Por exemplo, o trabalho da CUT não dá conta disso, não é porque não percebe as várias dimensões necessárias para atuar junto aos empreendimentos de economia solidária, mas porque não tem possibilidade de fazer isso. A universidade dá a possibilidade de articular o conhecimento acumulado nos diferentes campos e deslocá-lo para esses setores (ator acadêmico).

Mas foi somente um dos atores acadêmicos que ressaltou, de maneira muito pertinente, que essa prática, por advir da universidade, expressa limites e possibilidades que a diferencia das demais iniciativas de apoio aos empreendimentos de economia solidária:

Do ponto de vista das outras iniciativas de apoio à economia solidária, elas têm uma compreensão mais clara das demandas dos empreendimentos, porque seu objetivo é apoiar as IES e, portanto, elas se

estruturam e constroem uma lógica em função disso. Agora a universidade, através das ITCP, é uma das atividades que ela realiza, e essa atividade, por sua vez, está subordinada à lógica da universidade. O que gera muitas contradições. Por outro lado, as iniciativas de apoio, embora estejam mais próximas das IES, elas carecem de produção de conhecimento interdisciplinar (ator acadêmico).

A construção prática de incubagem a partir da interação das diferentes áreas do conhecimento é uma proposta em constante processo de construção, que vai sendo definida e redefinida de acordo com a experiência que se acumula junto aos empreendimentos de economia solidária. Nesse sentido, a grande maioria dos entrevistados apontou a ampliação das diferentes áreas do conhecimento participantes no processo de incubagem como uma das mudanças importantes para melhorar a ação. Como relata um dos atores acadêmicos:

As primeiras incubagens nossas ficavam muito centradas na questão da constituição dos grupos, da idéia de autogestão, organização. Não tínhamos condições naquele momento de resolver questões de mercado, questões técnicas, jurídicas, de marketing de produtos. Ainda temos esses problemas, mas avançamos em relação a isso, na medida em que conseguimos envolver cursos ligados à área de comunicação, economia, marketing. Isso nos dá uma maior facilidade para enfrentar as questões estruturais. Os avanços foram: ampliar a diversidade do corpo docente, estudantes e de áreas afins (ator acadêmico).

Esse depoimento expressa o longo caminho e o esforço que o grupo de trabalho vem empreendendo não só para perceber e atender as diferentes necessidades que demandam os grupos, mas para poder organizar uma proposta de ação ampla e concreta.

Portanto, as ITCPs encontram-se em sua quase totalidade vinculadas às áreas de extensão das universidades. De alguma forma as limitações impostas às áreas de extensão das universidades têm se refletido no trabalho das incubadoras. Apesar dessas limitações, as universidades oferecem importantes potencialidades para sediar processos de incubagem principalmente pela sua qualidade e pela diversidade de seus recursos técnicos e científicos, manifestos pela interdisciplinaridade da ação. Por outro lado, a própria existência das incubadoras tem contribuído para a revitalização das áreas de extensão e, em sentido mais amplo, vem favorecendo a produção de conhecimento, promovendo

renovação do ensino, por meio de formação e qualificação de profissionais voltados para as questões do mundo do trabalho, em especial a economia solidária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação teve por objetivo analisar a prática de economia solidária proposta pelas Incubadoras Universitárias de Cooperativas de cunho popular. A fim de compreender as determinações econômicas e sociais que propiciaram o desenvolvimento e ampliação da economia solidária no Brasil, primeiro se realizou uma sistematização histórica sobre as metamorfoses do mundo do trabalho nos países capitalistas, desde o advento da primeira onda de transformação produtiva, enfatizando as transformações operadas a partir da década de 1980 e suas conseqüências sociais.

Nesse sentido, destacou-se a mudança ocorrida após os anos 1980, quando o mundo do trabalho vivencia profundas transformações, as quais foram resultados das diferentes estratégias econômicas e sociais adotadas pelos países de economia de mercado, no final da década de 1970, para fazer frente à crise de acumulação. Foi possível perceber que as principais estratégias adotadas foram: a reestruturação produtiva e a reforma do Estado de Bem-Estar Social. Ambas provocaram graves conseqüências sociais, como o aumento e a ampliação das expressões da exclusão social.

A partir da análise histórica foi possível perceber que as transformações na esfera do trabalho representaram a ruptura de um modelo de desenvolvimento econômico e social que tinha sido adotado no pós-guerra, o qual teve um grande significado para a classe-que-vive-do-trabalho, pois foi resultado, em parte, dos acordos políticos estabelecidos naquele momento histórico. Ademais de possibilitar, pela primeira vez na história da sociedade capitalista, que um amplo contingente de trabalhadores fosse absorvido pelo mercado formal de trabalho e que direitos fossem assegurados, o que proporcionou a integração dos trabalhadores à ordem econômica capitalista. Devido a isso, uma grande parcela da sociedade deixou de conviver com a insegurança econômica e social presente e dominante nas fases anteriores a 1945.

Posteriormente, essas estratégias foram se estendendo aos demais países, principalmente os países em desenvolvimento, como o Brasil. Entretanto, é necessário destacar que essas estratégias implantadas produziram conseqüências contraditórias. De um lado, a ampliação de enormes excedentes de mão-de-obra que estiveram integrados e empregados no setor industrial, os quais vieram a se somar aos trabalhadores

historicamente excluídos do mercado. De outro lado, foi possível constatar que houve um movimento de reação composto por diferentes segmentos da sociedade civil e pelos próprios trabalhadores engajados na construção de formas alternativas de organização do trabalho para gerar trabalho e renda. Tais alternativas buscavam viabilizar-se enquanto empreendimento econômico a partir da reunião solidária de trabalhadores. É dessa situação que começam a surgir as cooperativas de produção, de serviços, de consumo, associações de produtores, fábricas falidas recuperadas pelos próprios trabalhadores, clubes de trocas etc. Essas formas alternativas de organização são experiências baseadas nos laços da solidariedade entre os seus partícipes e consideradas uma alternativa na medida em que juntos buscam se inserir no mercado de trabalho. Esse conjunto de experiências econômicas e sociais vem sendo denominado de Economia Solidária.

Entretanto, essas iniciativas são obrigadas a concorrer no mercado de bens e serviços com empresas tradicionais, em condições de desvantagem, pois a grande maioria dos integrantes dessas iniciativas carece de conhecimento necessário para gerir, administrar e viabilizar economicamente o seu empreendimento. Assim, o acesso ao mercado está limitado, em parte, pelas características do público-alvo. É nesse campo que surge um conjunto de iniciativas de apoio, entre as quais incluem-se as universidades, por meio das Incubadoras de Cooperativas Populares. Elas começam como projetos, programas de extensão acadêmica, com a finalidade de disponibilizar conhecimento técnico-científico, produzido e difundido pelas universidades, às iniciativas de economia solidária, permitindo a viabilização destas em empreendimentos econômicos autogestionários surgidos nas universidades brasileiras. Historicamente, a primeira incubadora foi implantada na Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 1995. Atualmente existem 33, distribuídas em todo o território nacional.

A partir da análise da prática de economia solidária proposta pela INTECOOP- UCPel, percebeu-se que essa experiência de apoio não pode ser avaliada somente pelos resultados quantitativos obtidos junto aos empreendimentos. Suas potencialidades vão além, propondo a revitalização do papel social da universidade frente aos problemas que afetam grande parcela da população, na busca por construir projetos ou ações que pudessem transformar a dura realidade de exclusão e injustiça social, sobretudo no momento em que grande parte da classe-que-vive-do-trabalho enfrenta grandes obstáculos determinados pela reestruturação produtiva e pela reforma do Estado

no Brasil. Assim, essa ação da universidade contrapõe-se à relação que a universidade historicamente vem estabelecendo com a sociedade, de prestação de serviços assistencialistas para esses setores populares e de privatização do conhecimento com o setor empresarial.

Ademais, a incubadora demanda mudanças no espaço acadêmico, no campo da pesquisa, tais como a explicitação de novos conceitos, a priorização de temáticas e de conteúdos não-habituais a esse espaço, a transposição de linguagem da academia para o setor popular, o desenvolvimento de metodologias e procedimentos pedagógicos adequados à temática. Também o programa vem propiciando novas experiências de aplicação dos conhecimentos adquiridos na academia, formando profissionais competentes, críticos e comprometidos com os setores mais vulneráveis da sociedade.

Por fim, ao perceber a necessidade de desenvolver uma pesquisa no âmbito das práticas emergentes que vêm demandando o trabalho do assistente social, entende-se como necessária a compreensão da prática de economia solidária, nos seus limites e potencialidades, pois somente assim essa prática poderá se constituir verdadeiramente em um instrumento de ação. Portanto, o profissional deve apropriar-se teoricamente dessa prática inovadora que está ligada ao campo da organização social e desenvolver e transformar os limites identificados em novas possibilidades de atuação junto à classe trabalhadora, na perspectiva de cumprir o seu compromisso ético-político e teórico-metodológico de qualificar as experiências e práticas sociais na sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANPROTEC. Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos de Tecnologia Avançada. Incubadoras de Empresas, 2005. Disponível em :<www.e-commerce.org.br>.[Acesso em : 25 de agosto de 2005].

ANDERSON, P. B. Balanço do neoliberalismo: leitura de apoio. In: SADER, Emir; GENTILI, P. (org.). Pós-neoliberalismo, as políticas sociais e o Estado Democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 9-23.

ANTUNES, R. Dimensões da crise e metamorfoses do mundo do trabalho. Revista de Serviço Social & Sociedade, n. 50, p. 79-86, abr. 1996.

_____. Adeus ao trabalho?: ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. Campinas, SP: Cortez, 1999, 155p.

_____. As dimensões da crise no mundo do trabalho. 2001 Disponível em: <www.oohodahistória.ufba.br>. [Acesso em: 25 maio 2005].

AZEVEDO, Alessandra; OLIVEIRA, Luiz; BALDEÓN, Ngyen. Incubadoras Tecnológica de Cooperativas – ITCP X Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica – IEBT: Diferenças e semelhanças no processo de incubação. Revista Iberoamericana de Ciências e Tecnologia, Sociedade e Inovación, n.06, p.1-15, maio-agosto 2003. Disponível em : www.compus-oei.org/revistactsi/numero6/articulo01.htm. [Acesso em : 18 de setembro de 2005].

BEHRING, E. Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003.

BENKO, G. Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI. São Paulo: HUCITEC; Annablume, 2002.

BERTULUCCI, Ademar de A.; SILVA, Roberto M. A. Vinte anos de economia popular solidária: trajetórias de Cáritas Brasileira dos PACs à EPS. Brasília: Cáritas Brasileira, 2003.

BOCAYUVA, Pedro C. Incubadora Tecnológica de Cooperativa Populares/COPPE/UFRJ. Desempregados e trabalhadores informais encontram nesta experiência uma oportunidade em se organizar, ter acesso ao mercado formal de trabalho e conquistar direitos básicos a cidadania. In: Redução da Pobreza e Dinâmica Locais. Camarotti, I. Spink, P (org.). Rio de Janeiro, FGV, 2001, 328p. Disponível em: <www.itcp.coppe.ufrj.br>. [Acesso em: 06 abril de 2005].

CASTEL, R. As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário. Tradução de Iraci D. Poletti. Petrópolis: Vozes, 1998.

CATTANI, A. D. Trabalho e autonomia. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

CHAHAD, J.; PICCHETTI, P. Estudos e análises com vistas à definição de políticas, programas e projetos relativos ao mercado de trabalho brasileiro: a evolução da taxa de desemprego estrutural no Brasil – uma análise das regiões e características dos trabalhadores. Tema 35. Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE. Ministério do Trabalho, São Paulo, dez. 2002, 41p.

CHAUÍ, Marilena. Escritos sobre a universidade. São Paulo: Ed. da UNESP, 2001.

COCCO, Giuseppe. Trabalho e cidadania: produção e direitos na era da globalização. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

COLLARES, Leni B. C.; FARIA, Elásio S. de. Gênero e mercado de trabalho em Pelotas: balanço dos últimos anos. Banco de Dados da Zona Sul do Rio Grande do Sul. 2005.

CRUZ, Antônio. Tecnologia de extensão universitária e uma (recente) experiência em meio a turbulências do ensino superior – incubando a incubadora de cooperativas populares da UCPEL. Trabalho apresentado no Seminário Internacional Trabalho e Emprego no Desenvolvimento Sustentável Regional e Local. Workshop “A posição dos atores sociais”. UCPel, Pelotas, out. 2000, 17p.

_____. É caminhando que se faz o caminho – diferenças metodológicas das incubadoras tecnológicas de cooperativas populares no Brasil. CAYAPA Revista Venezolana de Economia Social, año 4, n. 8, dic. 2004^a, p.38-57.

_____. Incubadoras universitárias de cooperativas populares: duas experiências, muitas perguntas e algumas propostas. 2004b. [No prelo].

_____. Uma contribuição crítica às políticas públicas de economia solidária. Universidade Estadual de Campinas. Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares. São Paulo, janeiro de 2002, 28p. Disponível em: <www.itcp.unicamp.br/downloads>. [Acesso em: 23 de março de 2005].

DORNELLES, Aline E. Reestruturação produtiva, exclusão social e programas de renda mínima: variantes de uma metamorfose contemporânea. Porto Alegre, 2000. 116p. Dissertação [Mestrado em Serviço Social] – Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

EID, Farid. Sobre a concepção de incubadoras universitárias de empreendimentos de economia solidária da Unitrabalho e sobre metodologia de incubação. Rede UNITRABALHO, 2005, 18p. Disponível em: www.unitrabalho.org.br. [Acesso em: 12 de novembro de 2005].

FERNANDES, Maria I. A. Abandono das instituições: construção de políticas públicas e universidade. Psicologia/USP, v. 12, n. 2, 2001.

FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos. Programas – PRONINC, 2005. Disponível em : <www.finep.gov.br/>.[Acesso em : 22 de abril de 2005].

GAIGER, Luiz. Significados e tendências da economia solidária. In: CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. Sindicalismo e economia solidária: reflexões sobre o projeto da CUT. Set. 2000. p.29-42.

_____. As organizações do terceiro setor e a economia popular solidária. In : Revista Ciências Sociais, UNISINOS, n.159, 2001, p.103-151. Disponível em: www.ecosol.org.br/acervo.htm. [Acesso em: 12 de dezembro de 2004].

Gohn, Maria da G. Movimentos sociais e educação. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. Políticas públicas e sociedade civil no Brasil nas últimas décadas. In: CARVALHO, D. B. B. Novos paradigmas da política social. Brasília: UnB, Programa de Pós-Graduação em Política Social, Departamento de Serviço Social, 2002.

_____. Os sem terra, ONGs e cidadania: a sociedade civil brasileira na era da globalização. São Paulo: Cortez, 2003.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Estratégias de desenvolvimento econômico. Jul. 2000.

GUIMARÃES, G. Incubadoras tecnológica de cooperativas populares: contribuição para um modelo alternativo de geração de trabalho e renda. In: SINGER, Paul; SOUZA, André (org.). A economia solidária no Brasil: autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000, p.111-122.

HARVEY, D. A condição pós-moderna. Tradução de Adail U. Sobral e Maria Stela Gonçalves. 8. ed. São Paulo: Loyola, 1996.

HERKERT, Sonia M. A emergência e potencialidades da economia solidária e autogestão no contexto das transformações do mundo do trabalho: a participação da universidade. Mercado de Trabalho, IPEA, n. 24, ago. 2004, p.7-8. Disponível em: <www.ipea.gov.br>. [Acesso em: 15 de setembro de 2005].

HOBSBAWM, E. A era dos extremos: o breve século XX – 1914-1991. Tradução de Marcos Santa Rita. Revisão técnica de Maria Célia Paoli. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IANNI, O. O mundo do trabalho. In: FREITAS, M. (org.). A reinvenção do futuro: trabalho, educação, política na globalização. 2. ed. São Paulo: Cortez; Bragança Paulista, SP: USF-IFAN, 1999.

ITCP/COOPE/UFRJ. Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares / Coordenação do Programa de Pós-graduação em Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. ITCP/COOPE/UFRJ, 2005. Disponível em: <www.coppe.ufrj.br/>. [Acesso em: 20 de outubro de 2005].

ITEPA/ UCPEL. Instituto de Pesquisa e Assessoria da Universidade Católica de Pelotas. Banco de Dados da Zona Sul. Boletim informativo nº 14 /2003.

KRUPPA, S.; SANCHEZ, C. Projeto Incubadores 2001: metodologias de incubagem, uma tentativa de problematização. Rede UNITRABALHO / Rede ITCP. Jul. 2002, 73p.

LECHAT, Noelle M. P. As raízes históricas da economia solidária e seu aparecimento no Brasil. Palestra proferida na UNICAMP, no II Seminário de Incubadoras Tecnológicas de

Cooperativas Populares, mar. 2002, p.10. Disponível em: <<http://www.ecosol.org.br/acervo.htm>>. [Acesso em: 10 de novembro de 2004].

LÖWY, M. Ideologia e ciência social: elementos para uma análise marxista. 12. ed. São Paulo: Cortez, 1985.

MANCE, Euclides André. Redes de colaboração solidária: aspectos econômico-filosóficos: complexidade e libertação. Petrópolis: Vozes, 2002.

MARCONI, M.; LAKATOS, E. M. Técnicas de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2002.

MARQUES, Rosa J.; REGO, José M. Economia brasileira. São Paulo: Saraiva, 2000.

MARTINS DE SÁ, JEANETE L. Serviço Social E Interdisciplinariedade : Dos Fundamentos Filosóficos À Prática Interdisciplinar No Ensino, Pesquisa E Extensão. 3 Ed. São Paulo : Cortez, 2000.

MARX, K. Manifesto do Partido Comunista. Tradução de Sueli Tomazzini Barros Cassal. Porto Alegre: L&PM, 2001.

MINAYO, Maria Cecília. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: ABRASCO, 1992.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. Secretaria Nacional de Economia Solidária. Plano de Ação 2004-2006. p. 25.

MORAES, R. Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva, 2001. Apostila da disciplina Análise Qualitativa de Informações Discursivas, Mestrado em Educação Ambiental, FURG, Rio Grande, 2003a. 23p.

_____. Explosão de idéias: a unitarização de informações como encaminhamento de uma leitura aprofundada e compreensiva na análise textual discursiva, 2001. Apostila da disciplina Análise Qualitativa de Informações Discursivas, Mestrado em Educação Ambiental, FURG, Rio Grande, 2003b. 16p.

_____. Análise de conteúdo. Educação, Porto Alegre, n. 37, p. 7-32, 1999.

MOREIRA, I. O espaço geográfico: geografia geral e do Brasil. 45. ed. São Paulo: Ática, 1999.

NAKANO, Marilena. Anteag: a autogestão como marca. In: SINGER, Paul; SOUZA, André (org.). A economia solidária no Brasil: autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000.

NÚCLEO UNITRABALHO / UCPel. Projeto Interdisciplinar de Extensão - INTECOOP-UCPEL : Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Católica de Pelotas. UCPel, Pelotas, julho de 1999. 22p.

NÚCLEO UNITRABALHO / UCPel. Projeto de Assessoramento de Incubagem das Iniciativas de Geração de Renda da Incubadora Dunas. UCPEL, Pelotas, janeiro de 2003. 16 p.

NÚCLEO UNITRABALHO/ UCPel. Programa Permanente Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares. Pelotas, dezembro de 2004. 25p.

OLIVEIRA, Jane S. Mutações no mundo do trabalho: o (triste) espetáculo da informalização. Democracia Viva, IBASE, n. 21, abr.-maio 2004, p.6-13.

OLIVEIRA, T.; TEIXEIRA, F. J. S. (org.). Neoliberalismo e reestruturação produtiva: as novas determinações do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez; Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará, 1996.

PEDRO, Antônio. História da civilização ocidental: geral e Brasil. São Paulo: FTD, 1997.

PEREIRA, A. Incubadora tecnológica de cooperativas populares – COPPE /UFRJ. In: FRANÇA, C.; VAZ, L.; SILVA, P. Aspectos econômicos de experiências em desenvolvimento local. São Paulo: Instituto Polis, 2002, p.80-100.

PEREIRA, Ricardo S. A criação de cooperativas como instrumentos de geração de trabalho e renda: o caso da incubadora tecnológica de cooperativas populares da COPPE/UFRJ. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998. 110p. Dissertação [Mestrado em Engenharia de Produção] – Universidade Federal do Rio de Janeiro.

POCHMANN, M. A década dos mitos. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. O trabalho sob fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2002.

_____. A economia solidária no Brasil: possibilidades e limites. Mercado de Trabalho, IPEA, n. 24, ago. 2004, p.23-34. Disponível em: <www.ipea.gov.br>. [Acesso em: 15 de setembro de 2005].

REIS, Carlos Nelson dos. A relação Estado-Sociedade – o desmonte das instituições sociais e a exclusão social. Análise, Porto Alegre, v. 8, n. 2, 1997.

_____. Exclusão social e atividade produtiva: a dinâmica socioeconômica dos Coredes do Estado do Rio Grande do Sul. Análise, Porto Alegre, v. 16, n. 1, p.45-65, jan.-jul. 2005.

REZENDE, Cyro de B. F. Economia brasileira contemporânea. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2002.

SANCHEZ, Fábio J. B ; KRUPPA, Sonia M. P. Projeto Incubadores 2001: Metodologias de Incubagem – uma tentativa de problematização. Rede UNITRABALHO, 71p., julho de 2002. Mídia eletrônica.

SEMINÁRIO DE INCUBADORAS DE COOPERATIVAS DO PRONINC. Relatório. São Paulo, 2 e 3 maio 2005, p.30. Disponível em: <www.acompanhamentoproninc.org.br>.[Acesso em: setembro de 2005].

SCHMIDT, M. F. Nova história crítica. 2. ed. São Paulo: Nova Geração, 2002.

SHONS, S. M. Assistência social: entre a ordem e a desordem. São Paulo: Cortez, 1999.

SINGER, P. Incubadoras universitárias de cooperativas: um relato a partir da experiência da USP. In: SINGER, Paul; SOUZA, André (org.). A economia solidária no Brasil: autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Cortez, 2000, p. 123-133.

_____. Introdução à economia solidária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

_____. A economia solidária no governo federal. Mercado de Trabalho, IPEA, n. 24, ago. 2004, p.2-5. Disponível em: <www.ipea.gov.br>. [Acesso em: 15 de setembro de 2005].

UCPEL – UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS. Relatório Anual de 2000. UCPel, Pelotas / RS. 377 p.

UCPel – UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS Relatório Anual de 2001. UCPel. Pelotas / RS. 200p.

UCPel – UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS Relatório Anual de 2002. UCPel. Pelotas / RS. 280p.

UCPel – UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS Relatório Anual de 2003. UCPel. Pelotas / RS. 100p.

UCPel – UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS Relatório Anual de 2004. UCPel. Pelotas / RS. 160p.

UCPel – UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS. Relatório Técnico Parcial – PRONINC / Finep / Fundação Banco do Brasil. 19/7/2005. 19p.

UNITRABALHO. Rede Interuniversitária de Pesquisa e Estudos sobre o Mundo do Trabalho. UNITRABALHO, 2005. Disponível em :<www.unitrabalho.org.br>. [Acesso em : 25 de agosto de 2005].

VICENTINO, Cláudio. História geral. São Paulo: Scipione, 2002.

ANEXO 1

ESTRUTURA SINTETIZADA DA INTECOOP-UCPel



Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)